

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	6
------------------------------	---

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	7
-----------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	8
---	---

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	10
--	----

3.7 - Nível de endividamento	11
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	12
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	13
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	16
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	26
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	27
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	33
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	35
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	37
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	38
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	39
---	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	43
--	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	44
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	45
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	46
---	----

6.3 - Breve histórico	47
-----------------------	----

Índice

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	49
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	61
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	62
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	69
7.3 - Produção/comercialização/mercados	70
7.4 - Principais clientes	71
7.5 - Efeitos da regulação estatal	72
7.6 - Receitas relevantes no exterior	73
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	74
7.8 - Políticas socioambientais	75
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	76
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	87
8.2 - Alterações na condução de negócios	98
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	99
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	100
9.1.a - Ativos imobilizados	101
9.1.b - Ativos Intangíveis	102
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	103
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	104
10.2 - Resultado operacional e financeiro	128
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	145
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	147
10.5 - Políticas contábeis críticas	154
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	155
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	156
10.8 - Plano de Negócios	157
10.9 - Outros fatores com influência relevante	158
11. Projeções	

Índice

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	159
11.2 - Acompanhamento das projeções	163
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	165
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	183
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	184
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	185
12.7/8 - Composição dos comitês	206
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	211
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	212
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	220
13.2 - Remuneração total por órgão	222
13.3 - Remuneração variável	226
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	227
13.5 - Remuneração baseada em ações	229
13.6 - Opções em aberto	230
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	231
13.8 - Precificação das ações/opções	232
13.9 - Participações detidas por órgão	233
13.10 - Planos de previdência	234
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	235
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	236
13.14 - Remuneração - outras funções	237
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	238
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	239
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	240
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	241
14.3 - Política remuneração dos empregados	242
14.4 - Relações emissor / sindicatos	243

Índice

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária	244
15.3 - Distribuição de capital	250
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	251
15.5 - Acordo de Acionistas	252
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	253
15.7 - Principais operações societárias	254

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	255
16.2 - Transações com partes relacionadas	256
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	265

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social	267
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	268

18. Valores mobiliários

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	269
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	270
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	271
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	274
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	275
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	276

19. Planos de recompra/tesouraria

20. Política de negociação

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	282
---	-----

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	283
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	284
21.3 - Responsáveis pela política	287
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	288

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	02/07/2007 a 30/07/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria Demonstr. Contáb. Anuais (20F); Auditoria Demonstr. Contáb. Anuais (IFRS); Auditoria Demonstr. Contáb. Anuais (Legis. Bras.); Auditoria Demonstr. Contáb. Trimestrais (Legis. Bras.); Diagnóstico de procedimento de SOX- Seções 302 e 404 da Lei Sarbanes Oxley; Relatório atestando a avaliação dos controles Internos (SOX); Revisão Declaração Rendimentos; Revisão trimestral das provisões do IR e CS s/lucro; Tradução de Relatórios; Análise de valor P&D 2008 e 2009 projetos 803,804 E805 Conf despacho ANEEL 512/2011; Treinamento mudança de legislação Treinamento DIPJ.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados até 30 de julho de 2012, os auditores independentes receberam a remuneração total de R \$286.756,85 segregada em: (i) R\$229.523,94 Auditoria das demonstrações contábeis; (ii) R\$ 33.458,74 Avaliação de controles internos – SOX; (iii) R\$22.755,64 Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL (iv) R\$ 1.018,53 Tradução de relatórios.
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2012 foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes, sendo que a partir dessa data foi substituída pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que executaram os serviços de revisão e auditoria independente nos demais períodos de 2012, com previsão, conforme contrato assinado entre as partes, para realização dos serviços de auditoria, também dos exercícios 2013, 2014. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a KPMG Auditores Independentes pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007 a 30/07/2012	499.953.166-68	Rua Paraíba, 1122, 13º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/08/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014; (ii) revisão especial das Informações trimestrais a partir de 30 de junho de 2012 até 31 de março de 2015, (iii) asseguração de controles SOX – seção 404 da lei Sarbanes-Oxley (como suporte ao relatório da controladora CEMIG; (iv) relatório Circunstanciado – PAC; (v) revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições; (vi) Assessoria tributária contínua; (viii) Demandas adicionais, referentes a relatórios de asseguração relacionados a projetos específicos ou novas regulamentações eventualmente expedidas, conforme usualmente exigidas por órgãos fiscalizadores, tais como a ANEEL e CVM.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>Pelos serviços contratados para o período de 36 meses, os auditores independentes receberão a remuneração total de R\$1.128.976, segregada entre: (i) R\$350.359 relativos à auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014; (ii) R\$156.528 relativos à revisão especial das informações trimestrais a partir de 30 de junho de 2012 até 31 de março de 2015; (iii) R\$359.502 relativos à asseguração de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley; (iv): R\$40.961 relativos ao relatório Circunstanciado – PAC; (v) R\$38.766 relativos à revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições; (vi) R\$60.953 relativos à assessoria tributária contínua; (vii) R\$121.907 relativos às demandas adicionais, referentes a relatórios de asseguração relacionados a projetos específicos ou novas regulamentações eventualmente expedidas, conforme usualmente exigidas por órgãos fiscalizados, tais como ANEEL e CVM.</p> <p>Pelos serviços prestados a partir de 01 de agosto de 2012, os auditores independentes receberam a remuneração total de R\$91.351, segregada entre: (i) R\$24.046 relativos à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (ii) R\$17.433 relativos à revisão especial das informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2012; (iii) R\$47.934 relativos à asseguração de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) R\$1.938 relativos à revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições.</p>
Justificativa da substituição	-
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/08/2012	144.346.268-33	Rua Paraíba, nº 1122, 20º e 21º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697400, e-mail: danrodrigues@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Os serviços prestados não configuram, na avaliação da Administração da Companhia, em perda de independência dos auditores independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no artigo 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2012)

Exercício social (31/12/2011)

Exercício social (31/12/2010)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Cabe à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre a retenção de lucros. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores. O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 50% será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável;
- o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), será distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

Adicionalmente, a Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Valores das Retenções de Lucros	No exercício social de 2012, o valor das retenções de lucros foi de 1.035.076	No exercício social de 2011, o valor das retenções de lucros foi de 669.185	No exercício social de 2010, o valor das retenções de lucros foi de R\$ 578.086
---------------------------------	---	---	---

b. regras sobre distribuição de dividendos

As regras sobre distribuição de dividendos se encontram no Estatuto Social estão conforme os Artigos 21 a 24 do Estatuto Social da Cia.:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório ao Acionista Único - CEMIG, observadas as demais disposições do Estatuto e a legislação aplicável;

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

- c) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o item anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem eventuais restrições à distribuição de dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 3 de dezembro de 2012, deliberou declarar dividendos intermediários no montante de R\$684.300 milhões com base nos lucros acumulados do exercício, representando R\$0,33 por ação.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente a 2011 inclui o valor de R\$605.734 mil à conta de lucros acumulados decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade, com o registro dos efeitos retroativos anteriores a 2010 diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	10.828.564.000,00	Índice de Endividamento	2,00291000	Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por Dívida líquida/ (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (Cinquenta por cento) Para maiores informações sobre o cálculo da Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), definições e conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia, veja item 3.9 deste Formulário de Referência.
	0,00	Outros índices	0,57501000	
	0,00	Outros índices	2,02687000	Índice => Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia, que determina que o endividamento consolidado da Companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes e meia o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2012)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		203.903.781,73	450.506.826,25	305.733.856,32	1.180.033.532,63	2.140.177.996,93
	Quirografárias		2.705.093.218,27	2.410.093.252,21	1.585.708.758,28	1.987.490.774,30	8.688.386.003,06
Total			2.908.997.000,00	2.860.600.078,46	1.891.442.614,60	3.167.524.306,93	10.828.563.999,99

Observação

O montante total da dívida nesta tabela é o somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, não se limitando ao saldo devedor de empréstimos e financiamentos. As dívidas com garantia real são aquelas por meio das quais o devedor destaca um bem específico que garantirá o ressarcimento ao credor na hipótese de inadimplemento, e as dívidas com garantia quirografária, são aquelas que estão baseadas na fidelidade do garantidor em cumprir as obrigações caso o devedor não o faça. Garantia flutuante é constituída por todo o ativo da companhia emitente, ativo esse que pode ser alterado no curso dos negócios da companhia até o prazo de vencimento da dívida.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Composição dos empréstimos da Companhia, por moeda e indexador, com a respectiva previsão de amortização:

Posição em 31/12/2012 (em R\$ mil):

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar (1)	19.900	19.440	20.791	22.977	24.725	28.314	25.806	64.314	226.267
Indexadores									
UMBND (2)	7.460	7.338	7.338	6.771	5.316	4.530	3.238	270	42.261
IGP-M (3)	-	-	-	-	-	-	-	52.758	52.758
FINEL (4)	12.998	-	-	-	-	-	-	-	12.998
IPCA (5)	729.535	486.393	500.376	(112)	(112)	220.498	220.510	1.202.140	3.359.228
CDI (6)	942.358	443.733	290.925	232.689	1.000.246	(28)	(28)	(134)	2.909.761
TJLP/URJ	87.313	107.713	117.099	116.055	109.394	105.775	97.997	727.713	1.469.059
Outros	1.772	1.777	3.986	5.272	5.272	5.272	5.154	39.486	67.991
	<u>1.781.436</u>	<u>1.046.954</u>	<u>919.724</u>	<u>360.675</u>	<u>1.120.116</u>	<u>336.047</u>	<u>326.871</u>	<u>2.022.233</u>	<u>7.914.056</u>
	<u>1.801.336</u>	<u>1.066.394</u>	<u>940.515</u>	<u>383.652</u>	<u>1.144.841</u>	<u>364.361</u>	<u>352.677</u>	<u>2.086.547</u>	<u>8.140.323</u>

(1) Dólar Norte-Americano

(2) Unidade Monetária BNDES - UMBNDS

(3) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(4) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL

(5) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(6) Certificado Depósito Interbancário – CDI

Posição em 31/12/2011 (em R\$ mil):

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Moedas									
Dólar (1)	10.030	11.346	11.647	12.43	13.73	14.77	16.92	54.57	145.46
Euro	1.387	-	-	-	-	-	-	-	1.387
	<u>11.417</u>	<u>11.346</u>	<u>11.647</u>	<u>12.43</u>	<u>13.73</u>	<u>14.77</u>	<u>16.92</u>	<u>54.57</u>	<u>146.85</u>
Indexado									
UMBND	1.979	1.944	1.944	1.944	1.261	305	25	-	9.402
IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	46.89	46.896
FINEL	12.887	12.716	-	-	-	-	-	-	25.603
IPCA (5)	233.78	544.93	473.13	486.4	(11)	-	-	-	1.738.2
CDI (6)	3.424.1	559.71	487.77	187.4	111.3	110.3	(85)	-	4.880.7
TJLP/UR	75.923	78.368	98.230	108.7	107.6	100.7	98.06	806.9	1.474.6
Outros	3.299	3.441	3.483	3.497	3.512	3.106	2.916	2.215	25.469
	<u>3.752.0</u>	<u>1.201.1</u>	<u>1.064.5</u>	<u>788.0</u>	<u>223.8</u>	<u>214.5</u>	<u>100.9</u>	<u>856.0</u>	<u>8.201.0</u>
	<u>3.763.4</u>	<u>1.212.4</u>	<u>1.076.2</u>	<u>800.4</u>	<u>237.5</u>	<u>229.3</u>	<u>117.8</u>	<u>910.5</u>	<u>8.347.9</u>

(1) Dólar Norte-Americano

(2) Unidade Monetária BNDES - UMBNDS

(3) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(4) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL

(5) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

(6) Certificado Depósito Interbancário – CDI

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata). Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Emissora divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento.

Cemig GT	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e Equivalentes de Caixa	825.362	1.550.033	1.761.817
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	8.140.323	8.347.940	7.635.770
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa)	7.314.961	6.797.907	5.873.953
Total do Passivo	10.828.564	10.595.171	9.614.679
Patrimônio Líquido	5.406.406	5.086.076	5.050.645
Lajida - R\$ mil			2.353
Resultado do exercício	1.919	1.269	1.084
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	693	494	382
(+) resultado Financeiro	640	692	513
(+) Amortização e Depreciação	357	366	374
(=) LAJIDA	3.609	2.821	2.353
Lajida: calculado em conformidade com a instrução CVM nº 527/12;			
Índice de endividamento (Total do Passivo / Patrimônio Líquido)	2,00	2,08	1,90
Dívida Líquida / LAJIDA 12 meses	2,03	2,41	2,50
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	0,58	0,57	0,54

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Para fins deste Formulário de Referência, “LAJIDA” é uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a. com relação à Companhia

A Companhia não tem certeza da renovação de suas concessões.

A Companhia conduz a grande maioria das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico.

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579 (“MP 579/2012”), posteriormente convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 (“Lei 12.783”), que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do Poder Concedente. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia assinou o terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 006/1997, que garantiu a prorrogação dessa concessão por 30 anos, nos termos da MP 579/2012, contados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Contudo, a Companhia optou por não solicitar a prorrogação das concessões de geração cujo termo ocorrerá entre 2013 e 2017. Nesses empreendimentos de geração que têm o termo de suas concessões entre 2015 e 2017, a saber, Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Piau, Gafanhoto, Peti, Tronqueiras, Joasal, Martins, Cajuru, Paciência, Marmelos, Sumidouro, Anil, Poquim, Dona Rita e Volta Grande, a Companhia optou por não solicitar a sua prorrogação nos termos da MP. Para o caso das usinas que teriam uma primeira prorrogação antes da edição da MP 579/2012, a saber, Jaguará, São Simão e Miranda, a Companhia entendeu que a cláusula quarta do Contrato de Concessão de Geração nº 007/1997 garante o seu direito de prorrogação por mais 20 anos sem a aplicação de nenhuma condicionante, mantendo as condições antigas do referido contrato.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal, em relação aos novos contratos de concessão, ao que diz respeito à renovação de concessões existentes, bem como pelas recentes disposições estabelecidas por meio da MP 579/2012 e, conseqüentemente por meio da Lei 12.783, para as renovações das concessões de distribuição, geração e transmissão, a Companhia não pode garantir que novas concessões serão obtidas ou que as concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer das concessões da Companhia poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia, controlada indireta do Estado de Minas Gerais, está sujeita a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos captados, o que poderá nos impedi-la de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, a Companhia está sujeita a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se a Companhia não atender a essas condições e parâmetros, ela poderá enfrentar dificuldade para obter

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação de seu plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de transações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinar obrigções financeiras. Como resultado dessas regras, a capacidade de endividamento da Companhia fica limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do seu plano de investimento.

Podemos incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

Somos réus em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, regulatória, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a nossa Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem provisões para contingências no montante de R\$ 468 milhões em 31 de dezembro de 2012, para ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que improvável. Adicionalmente, na hipótese de as nossas provisões legais serem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e condição financeira.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.

A Companhia está a certas restrições sobre sua capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em seus contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da Companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em seus contratos de empréstimo, a totalidade do valor do principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. Em 2009, 2010, 2011 e 2012, a Companhia esteve, algumas vezes, em descumprimento de suas obrigações previstas em seus contratos de empréstimo e, apesar de a Companhia ter sido capaz de obter renúncias de seus credores com relação a esse descumprimento, nenhuma garantia pode ser dada de que a Companhia será bem-sucedida em obter alguma renúncia no futuro. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia poderá prejudicar sua situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (*cross default*) contidas em diversos de seus contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre o endividamento da Companhia poderá impedi-la de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento de suas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia pode ser penalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), em função do descumprimento dos contratos de concessão da Companhia, e/ou autorizações concedidas, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

A Companhia realiza atividades de geração e transmissão de energia elétrica, nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da ANEEL e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias do grupo CEMIG, conforme o caso. A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia, caso deixe de observar qualquer

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por um período de até dois anos;
- intervenção pela ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar qualquer uma das concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão, no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da ANEEL, que, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações.

A ANEEL poderá impor multas e até mesmo revogar as concessões ou autorizações da Companhia, na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que a Companhia a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar o valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por culpa da Companhia, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão dos contratos de concessão da Companhia ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Atrasos na expansão das instalações da Companhia poderão aumentar significativamente seus custos.

Atualmente a Companhia se dedica à construção de novas usinas hidrelétricas, eólicas, linhas de transmissão e subestações, bem como à avaliação de outros potenciais projetos de expansão. A capacidade da Companhia de concluir um projeto de expansão dentro do prazo e de determinado orçamento, sem efeitos econômicos adversos, está sujeita a vários riscos. Por exemplo:

- problemas diversos na fase de construção de um projeto de expansão (exemplos: embargos de obras, condições geológicas imprevistas, incertezas políticas e ambientais, liquidez dos parceiros, contratados e subcontratados) e no caso das usinas geradoras, problemas e atrasos nos prazos de construção das linhas de transmissão que deverão escoar a energia para o SIN);
- desafios regulatórios ou legais que protelem a data inicial de operação de um projeto de expansão;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- as instalações novas poderão não operar à capacidade designada ou os custos para sua operação poderão ser maiores do que o previsto;
- capacidade de obter capital de giro adequado para financiar os projetos de expansão; e
- questões ambientais e reivindicações da população durante a construção de usinas de geração, linhas de transmissão e subestações.

Caso a Companhia enfrente esses problemas ou outros relacionados à expansão de sua capacidade de geração ou transmissão, a Companhia poderá incorrer em aumento de custos, ou, talvez, não atingir a receita prevista relacionada a tais projetos de expansão, alterando seus Planos de Negócios.

A Companhia opera sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil.

Exceto pelos seguros descritos no item abaixo, a Companhia não possui seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicita propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, a Companhia não solicita proposta, tampouco contrata cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente os negócios, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

A Companhia mantém apenas Seguro de Incêndio, Aeronáutico e Riscos Operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles compulsórios por determinação legal, como Seguro de Transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas. A Companhia não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados poderá gerar à Companhia custos adicionais inesperados e significativos, que poderão resultar em efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia tem responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de geração e transmissão de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de geração ou transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema (“ONS”), são compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um responsável final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia tem direito nas assembleias gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados por quaisquer desses danos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Disputas trabalhistas, greves e/ou paralisações de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o negócio da Companhia.

Praticamente todos os empregados da Companhia estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. A Companhia celebra acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de seus empregados.

A Companhia figura no polo passivo em reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados que se referem, em sua grande maioria, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. A Companhia também é parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes.

Em 2008 e 2009 não enfrentou nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do Acordo Coletivo de 2010, parte dos empregados da Companhia entrou em greve por 20 dias. Durante as negociações de 2011, para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho, ocorreram cinco dias intermitentes de paralisação de seus empregados. Em 2012, durante as negociações, ocorreu um dia de paralisação com a participação de cerca de 12% dos empregados.

A Companhia não possui seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções nos negócios causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, A Companhia poderá enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a seus empregados ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o negócio, resultados operacionais ou condição financeira da Companhia ou sobre a capacidade da Companhia de manter níveis normais de serviço.

Interrupções na operação ou distúrbios na qualidade dos serviços poderão prejudicar a Companhia e as suas controladas.

A operação de complexas redes e sistemas de transmissão de energia elétrica envolve diversos riscos, tais como dificuldades operacionais e interrupções não previstas, ocasionadas por eventos fora do controle da Companhia e das suas controladas. Esses eventos incluem acidentes, quebra ou falha de equipamentos ou processos, desempenho abaixo de níveis esperados de disponibilidade e eficiência dos ativos de transmissão e catástrofes como explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares. Além disso, ações por parte das autoridades governamentais responsáveis pela rede de energia elétrica, meio ambiente, operações e outras questões que afetem as linhas de transmissão podem prejudicar o funcionamento eficiente e lucrativo das linhas de transmissão.

A cobertura de seguro da Companhia poderá ser insuficiente para cobrir integralmente os custos e perdas que elas poderão incorrer em razão de danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia. Para maiores informações sobre a cobertura de seguros, ver o Fator de Risco “*Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos*”.

Ademais, as receitas que a Companhia e suas controladas auferem em decorrência da implementação, operação e manutenção de suas instalações estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os respectivos contratos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de concessão, a Companhia e suas controladas estão sujeitas à redução de suas respectivas receitas anuais permitidas (“RAP”) e à aplicação de determinadas penalidades dependendo do nível e duração da indisponibilidade dos serviços. Desse modo, interrupções em suas linhas e subestações poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, o que poderá afetar adversamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, além de interferir nas operações e receitas provenientes das operações das instalações da Companhia e de suas controladas. Em caso de intervenção, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

b. com relação a seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia uma vez que ela é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”).

c. com relação a suas controladas e coligadas

As concessionárias Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), controladas pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica, que por sua vez é controlada pela Companhia, são dependentes de prestadores de serviços terceirizados para a operação e manutenção de suas instalações.

As concessionárias ETAU e Brasnorte celebram contratos de prestação de serviços de operação e manutenção, relacionados às suas linhas de transmissão e subestações, com prestadores de serviço de reputação no mercado brasileiro. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá colocar as controladas em situação de inadimplemento nos termos dos respectivos contratos de concessão e causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais e na capacidade financeira destas controladas e, conseqüentemente, da Companhia.

Ademais, a rescisão desses contratos de operação e manutenção, ou a incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso relevante nas controladas, afetando essas sociedades, e, conseqüentemente, a Companhia.

d. com relação a seus fornecedores

Não há fatores de risco com relação a fornecedores da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

e. com relação a seus clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Não há fatores de risco com relação a clientes da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

f. com relação aos setores da economia nos quais o emissor atue

Há fatores de risco regulatórios no mercado de energia elétrica brasileiro, por meio da promulgação da Lei 12.783, o Governo Federal alterou consideravelmente alguns aspectos da legislação aplicável ao setor da economia em que a Companhia atua, eventualmente tais alterações, bem como outras poderão influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

g. com relação à regulação dos setores em que o emissor atue

A ANEEL possui alguma discricionariedade para estabelecer as receitas anuais permitidas.

A RAP da Companhia é determinada pela ANEEL considerando o disposto nos contratos de concessão celebrados com ela em nome do Governo Federal, conforme definido na legislação setorial já citada. As receitas são estabelecidas e calculadas pela disponibilização de ativos (linhas e subestações) para o SIN (Sistema Interligado Nacional). Os contratos de concessão preveem dois mecanismos de correção da receita: (i) o reajuste tarifário; e (ii) a revisão tarifária periódica – RTP. O reajuste tarifário ocorre anualmente no mês de junho, e passa a vigorar a partir de julho do referido ano. No reajuste, são consideradas as receitas autorizadas de obras que entraram em operação no período de maio de 2012 a abril de 2013 e a receita do período anterior é atualizada pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A revisão tarifária periódica acontecia de quatro em quatro anos, mas com a Lei 12.783, ela passou a acontecer de cinco em cinco anos. No momento da revisão tarifária são analisados os investimentos feitos pela concessionária no período e os custos operacionais, sendo que a ANEEL considera somente os investimentos tidos como prudentes e os custos operacionais tidos como eficientes por meio da metodologia de *benchmarking* entre as empresa transmissoras de energia elétrica. Desta forma, o mecanismo de revisão tarifária está sujeito, em certa medida, ao poder discricionário da Agência Reguladora, já que pode glosar investimentos efetivamente capitalizados e pode também reconhecer custos operacionais menores que os praticados pela Companhia. Tal fato poderá causar um efeito adverso relevante no negócio, afetando negativamente os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

Requerimentos e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à Companhia.

As operações relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou indeferimentos de pedidos de licença por parte dos órgãos ambientais, bem como a eventual impossibilidade da Companhia de cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos, durante os processos de licenciamento ambiental podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir ou comprometer, conforme o caso, a construção e manutenção desses projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida ou em desacordo com os seus termos - poderá, além da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, resultarem na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como de restrição de direitos e de prisão podem ser aplicadas às pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Com relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais, bem como proibir a Companhia de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderiam afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita à legislação brasileira que exige pagamento de compensação caso suas atividades tenham efeitos poluidores. De acordo com o Decreto Federal nº 6.848/2009 e o Decreto do Estado de Minas Gerais nº 45.175/2009 até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias. O montante exato das medidas compensatórias será definido pela agência ambiental, com base no nível específico de poluição e impacto ambiental do projeto. O Decreto Estadual nº 45.175/2009 (“Decreto 45.175”) também indicou que a taxa de compensação será aplicada retroativamente a projetos implementados anteriormente à promulgação da atual legislação. O referido Decreto Estadual foi alterado pelo Decreto nº 45.629/2011, que estabeleceu que o valor de referência dos projetos que causam impacto ambiental significativo: (i) para os projetos executados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conforme alterada (“Lei Federal 9.985”) será utilizado o valor escritural líquido, excluindo reavaliações ou, na sua falta, o valor do investimento apresentado pelo representante de tal projeto, e (ii) a compensação para projetos ambientais executados após a publicação da Lei Federal 9.985 irá usar a referência estabelecida no item IV do artigo 1º do Decreto 45.175 calculada no momento da execução do projeto e corrigida com base em uma taxa de reajuste pela inflação.

Ademais, as leis do Estado de Minas Gerais, onde a maior parte dos empreendimentos da CEMIG está localizada, exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural utilizada em empreendimentos –da Companhia(Lei Estadual Nº 14.309, de 19 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 43.710, de 8 de janeiro de 2004).

Contudo, em 2012, foi aprovado o novo Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, Conversão da Medida Provisória nº 571, de 2012) que alterou a legislação brasileira em relação ao tema, instituindo no seu artigo 12, § 7º, o seguinte:

“Não será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.”

Entretanto, como na legislação brasileira os Estados podem ter legislações específicas acerca de questões ambientais, a Companhia aguardará uma possível revisão da legislação de Minas Gerais, em função do estabelecido no novo Código Florestal para uma correta avaliação de seus impactos nos empreendimentos localizados no Estado de Minas Gerais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis e regulamentos de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro podem exigir que a Companhia realize investimentos adicionais ou que incorras em despesas operacionais adicionais a fim de manter suas operações atuais, restringir suas atividades de produção ou que a Companhia adote outras ações que poderiam ter um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais ou condição financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

Essa estrutura regulatória vem sofrendo diversas alterações ao longo dos últimos anos sendo as modificações mais recentes inseridas via MP 579/2012, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) que até a data deste Formulário de Referência ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão estando, portanto, em pleno vigor. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o arcabouço regulatório introduzido pela Lei poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e em que caso o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Dessa forma, qualquer decisão pela constitucionalidade do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá fazer com que a Companhia efeito adverso relevante em suas atividades, resultados operacionais e situação financeira. Em tempo, a Companhia não pode garantir que novas concessões serão obtidas ou que as concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, a Companhia não está autorizada a vender energia diretamente para as distribuidoras da CEMIG. Dessa forma, a Companhia vende a energia em um mercado regulamentado, através de leilões públicos realizados pela ANEEL (“Mercado Regulamentado”, “Ambiente de Contratação Regulado - ACR” ou o “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores que celebrarem contratos com a Companhia no âmbito do ACR a reduzir a quantidade de energia contratada, de contratos de energia existente, em até 4% ao ano do montante original contratado durante todo o período contratado, expondo a Companhia ao risco de não conseguir vender a energia assim descontratada a preços adequados.

Os contratos firmados no ACL podem ser celebrados com outros agentes de geração, de comercialização e principalmente com os “Consumidores Livres”, que são os consumidores com demanda igual ou superior a 3MW, os quais podem escolher seu fornecedor de energia. Alguns contratos com esse tipo de consumidor possibilitam ao mesmo comprar um maior ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

menor volume de energia (de 5% em média) da Companhia em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Outros contratos, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia, mas o aumento das pressões da concorrência no mercado livre pode influenciar a ocorrência desse tipo de condição contratual nas negociações de venda de energia no mercado livre.

Além dos Clientes Livres mencionados acima, há uma classe de clientes denominada “Consumidores Especiais”, que são aqueles com demanda contratada entre 500kW e 3MW, que são elegíveis para aderirem ao ACL desde que comprem energia de fontes alternativas incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa ou usinas eólicas. A Companhia realiza operações de venda desse tipo de energia a partir de alguns recursos próprios de geração alocados em determinadas empresas do grupo, mas, a partir de 2009, vem sendo incrementada a comercialização desse tipo de energia incentivada e a empresa formou um portfólio de contratos de compra para ocupar um importante espaço no mercado brasileiro deste tipo de energia. Os contratos de venda a esse tipo de cliente possuem flexibilidades específicas para atendimento de suas necessidades e essas flexibilidades de consumo a menor ou a maior, estão vinculadas ao comportamento histórico dessas cargas. Variações de mercado muito amplas podem gerar posições de curto prazo que podem ter impacto financeiro prejudicial nos resultados da Companhia.

É importante ressaltar que a Lei 12.783 trouxe algumas mudanças na organização do mercado brasileiro de energia e os impactos dessa nova regulamentação ainda não podem ser avaliados, no entanto o seu resultado pode afetar as operações da Companhia de forma menos favorável.

A falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia não consiga vender todos os seus recursos - capacidade de geração própria adicionada aos contratos de compra - nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a preços de liquidação de diferenças, ou PLD, que tendem a ser muito voláteis. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, as receitas e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente.

h. com relação aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há fatores de risco com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atue que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia tem como prática a análise e monitoramento dos riscos aos quais está exposta e que possam impactar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultados, incluindo eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente o desenvolvimento de suas atividades, assim como a oferta e demanda de transmissão de energia elétrica.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como provável era de, aproximadamente, R\$15,2 milhões e como perda possível era de, aproximadamente, R\$2,3 bilhões.

Encontram-se relacionados neste Formulário de Referência todos os processos administrativos e judiciais em andamento, nos quais a Companhia figura como parte devedora, classificados como relevantes, com a posição atualizada até 31 de dezembro 2012. Na avaliação da relevância, a Companhia, além de se ater à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, considerou também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a determinada prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em “provável”, “possível” ou “remota”, considerando os critérios determinados nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos administrativos e judiciais, nos quais a Companhia figura como parte, que não estão sob sigilo e que são relevantes para os negócios da Companhia, em 31 de dezembro de 2012:

Processo Judicial de Natureza Ambiental	
Processo nº 002408137311-0	
a. juízo	Justiça Comum Estadual - 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estadual de Belo Horizonte – MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22/07/2008
d. partes no processo	Autor: Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio – AMAR (“ <u>AMAR</u> ”) Réus: Companhia, Companhia Energética de Minas Gerais (“ <u>CEMIG</u> ”), Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM (“ <u>FEAM</u> ”) e Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“ <u>Southern Electric</u> ”)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.582.046.190,91
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela AMAR, contra a CEMIG, a Companhia, Southern Electric e FEAM, que teve por objeto pedido de indenização e reparação de danos ambientais causados pela Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. À época, foi impugnado o valor da causa, o qual foi julgado improcedente. Em audiência a MM. Juíza "a quo" acolheu a exceção de incompetência e declinou a competência para o foro da capital do Estado. A Cemig e a Companhia protocolizaram Agravo Retido em face da decisão interlocutória que deferiu o pedido de emenda à inicial. Foi designada realização de perícia. O perito apresentou proposta no valor de R\$ 2.060.000,00, que foi impugnado pelas partes. Intimado, o perito não concordou com a redução dos honorários. Em 09/02/2013, foi publicado despacho intimando as partes para se manifestarem acerca do requerimento do Ministério Público, que solicitou que as partes

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	fizessem uma análise dos quesitos formulados e verificassem a real necessidade de resposta de todos eles. Assim, a Cemig e a Companhia, em 26/02/2013, protocolizaram petição informando que procedeu à análise dos quesitos anteriormente oferecidos e que constatou a impossibilidade de redução das 10 indagações apresentadas, ratificando, o inteiro teor da petição de fls. 1.246-48, na qual consta o rol de quesitos e a indicação de assistente técnico. A ação se encontra em fase instrutória / pericial.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
Processo nº 20023400026509-0	
a. juízo	Justiça Comum Federal - 15ª Vara Federal de Brasília - DF
b. instância	2ª instância (TRF 1ª Região - Brasília - DF - 3ª Seção)
c. data de instauração	23/11/2002
d. partes no processo	Autor: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“AES Sul”) Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica, Companhia, Centrais Elétricas de Santa Catarina, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Guarani Comércio e Serviços S.A. e Rosal Energia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 135.113.354,97
f. principais fatos	Em 04/11/2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança requerendo sua habilitação como assistente litisconsorcial passivo em Ação Ordinária ajuizada pela AES Sul contra a ANEEL, por meio da qual aquela autora requer a anulação do Despacho ANEEL nº 288/2002 que determinou as diretrizes de interpretação da Resolução ANEEL nº 290/2000, e assim, modificou a situação da AES Sul, de credora para devedora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), antecessor Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O pedido da Companhia para se habilitar como assistente litisconsorcial passivo se fundou no fato de que, caso a AES Sul fosse vitoriosa na Ação Ordinária e fosse considerada credora da CCEE, a Companhia teria que pagar o valor requerido pela AES Sul. A Companhia obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira no valor histórico e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo. Assim, a Companhia apresentou defesa refutando todos os argumentos trazidos pela AES Sul. Em 29 de junho de 2012, foi publicada sentença da lavra da Juíza Federal, da 15ª Vara Federal do DF, que julgou improcedentes os pedidos da AES-SUL, por entender que as regras de mercado trazia a obrigação do registro das quantidades de energia de Itaipu contratadas pelas concessionárias quotistas, pelo que não

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>havia a possibilidade da opção pela contratação do “alívio de exposição”. Contra tal sentença, foi interposto Recurso de Apelação pela AES SUL. Ato contínuo, a AES SUL ajuizou ação cautelar inominada requerendo a concessão de liminar para promover a antecipação de tutela recursal na apelação interposta nos autos da ação n. 2002.34.00.026509-0, com o intuito de proibir (i) que a requerente seja considerada inadimplente para com suas obrigações setoriais referentes ao período afetado pelo Despacho 288, e (ii) que a requerente seja considerada devedora e portanto, sofra cobranças de qualquer espécie, de quaisquer agentes do setor em decorrência de operações afetadas pelo Despacho 288 até o julgamento da apelação já interposta" A liminar foi deferida pelo TRF1 nos termos requeridos. O Recurso de Apelação e a Ação Cautelar Inominada estão pendentes de julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
Processo nº 20063800022523-7	
a. juízo	Justiça Federal - 14ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG
b. instância	2ª instância (TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma)
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia, CEMIG e Cemig Distribuição S.A. (“ <u>Cemig Distribuição</u> ”) Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 112.096.951,44, sendo R\$26.903.268,35 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	<p>No ano de 2006, a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre a qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerado pelas referidas companhias que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias. As companhias foram notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as companhias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF. Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. As Companhias interpuseram recurso de Apelação, que foi recebido em seu efeito devolutivo e está aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região. Em 08/05/2008 foi apresentado Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo improvimento do recurso de apelação, pois considerou que o “anuênio” possui natureza patrimonial, a qual não se desfigura em razão da forma de pagamento desse benefício, pelo que deve ser tributado pelo imposto de renda.</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Tanto o STJ, como o TRF da 1ª Região adotam o entendimento de que não há incidência do imposto em parcelas decorrentes da supressão de vantagens por meio de acordo coletivo, uma vez que tais valores possuem caráter indenizatório.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
Processo nº 20063800021839-6	
a. juízo	Justiça Comum Federal -20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG
. instância	2ª instância (TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma)
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Companhia e Cemig Distribuição. Réu: Superintendente Regional do INSS/MG, FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria – SESI.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$92.285.104,84, sendo R\$22.148.425,16 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	Em 2006, a CEMIG, a Companhia e a Cemig Distribuição pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que a opinião da Companhia é que tal tributo não se aplica. Como resultado, a Companhia recebeu notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, as referidas companhias impetraram Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, a análise da Companhia leva em consideração a natureza indenizatória desta verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ. Em 30/06/2006, foi Impetrado Mandado de Segurança com Pedido de Liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as companhias acima impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações. Em 03/03/2008, foi publicada sentença que denegou a segurança. Em 25/01/2008 foi protocolada Apelação das aludidas companhias requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>pela perda do direito ao recebimento de “adicional por tempo de serviço”. O juiz recebeu a apelação tempestivamente interposta no efeito devolutivo. A Apelação foi incluída na pauta de julgamento do dia 22/05/2012, tendo sido desprovida, à unanimidade. Publicado Acórdão que negou provimento à Apelação rejeitando a alegação de que a verba discutida tem natureza indenizatória, o que enseja a contribuição previdenciária patronal e empregatícia respectiva, uma vez que ela integra o salário de contribuição, advém a consequência natural de que sobre ela incidem, ainda, o adicional ao SAT, as contribuições a terceiros (SEBRAE, SESI e SENAI) e ao salário-educação (FNDE), exações que a jurisprudência abona por legais e constitucionais (STF, AI nº 622.981; RE nº 396.266). Por fim, restou consignado o entendimento de que o Adicional por Tempo de Serviço - anuênio deve integrar a folha de salários, atraindo também a contribuição ao INCRA, abonada pelo STJ (como CIDE) e pelo STF (como contribuição social). Opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CEMIG e CEMIG Distribuição, requerendo o provimento dos Embargos Declaratórios, para que seja sanada a omissão quanto à diferenciação entre a verba paga pelas Embargantes nos termos do Programa de Indenização do Adicional por tempo de serviço e o Adicional por Tempo de Serviço em si, ao qual os empregados renunciaram expressamente, mediante recebimento de indenização. Em 07/02/2013 foi publicado despacho que concedeu vista aos Embargados, pelo prazo legal, tendo em vista a oposição de Embargos de Declaração com efeitos infringentes pela CEMIG. Em 26/02/2013 foi juntado aos autos a Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela Companhia, CEMIG e CEMIG Distribuição.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
Processo nº 106807250362010-21	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/12/2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 131.416.784,76
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, recebido em 21/12/2010, decorrente da suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social, por parte da Companhia, relativas às competências de 01/2005 a 12/2006, incidentes sobre as seguintes rubricas: (i) pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados; (ii)

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	pagamentos aos empregados a título de ticket-alimentação; (iii) pagamentos aos empregados a título de ajuda de custo para formação – auxílio-educação; (iv) não recolhimento da alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. A Companhia apresentou defesa, em 01 de fevereiro de 2011, e aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
Processo nº 155047249012011-58	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	11/11/2011
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 151.419.555,66
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração decorrente da suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias sobre (i) valores pagos a segurados empregados, lançados em Folha de Pagamento a título de Participação nos Lucros e/ou Resultados referentes ao período de 01/2007 a 06/2007, 11/2007, 12/2007, 01/2008 a 03/2008, 05/2008 a 07/2008, 09/2008 e 12/2008; (ii) valores pagos pela Companhia referentes a benefício alimentação concedido aos seus empregados, no período de 01/2007 a 12/2007; (iii) valores pagos pela empresa referentes a benefício de auxílio-educação concedido aos seus empregados no período de 01/2007 a 12/2008; (iv) remuneração paga ou creditada a segurados empregados referentes a insalubridade/periculosidade, no período de 01/2007 a 12/2008. A Companhia apresentou defesa, em 13 de dezembro de 2011, e aguarda julgamento. Em 06/02/2012 a Companhia protocolizou petição de esclarecimentos a respeito do pagamento da PLR.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, nos quais administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia figurem como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não é partes em processos sigilosos relevantes (no sentido de afetar negativamente a situação financeira ou resultados operacionais da Companhia e de suas controladas ou de influenciar negativamente a decisão de investimento na Companhia).

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos Administrativos de Natureza Tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou diversos processos administrativos contra a Companhia, a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), a Cemig Distribuição S.A. (“Cemig Distribuição”), incluídos os processos citados no item 4.3 relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a riscos no ambiente de trabalho, Serviço Social do Transporte – SEST e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, multa por descumprimento de obrigação acessória.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante reivindicado nesses processos, incluídos os processos citados no item 4.3, cuja chance de perda foi avaliada como “possível”, era de, aproximadamente, R\$923 milhões, sendo R\$354 milhões de responsabilidade da Companhia.

Processos Judiciais de Natureza Tributária – Recolhimento das contribuições PIS e COFINS

A Companhia, a CEMIG e a Cemig Distribuição são partes em algumas ações relacionadas às contribuições PIS e COFINS. Em 31/12/2012, o valor envolvido nesses processos era de, aproximadamente, R\$1,04 bilhão, dos quais R\$1,02 bilhão estava relacionado a um processo onde as companhias acima referidas são credoras e a chance de perda foi avaliada como “possível”. Caso não obtenham êxito nesta ação, não haverá desembolso financeiro pelas companhias, uma vez que o valor depositado será convertido em renda para a União Federal. O restante, R\$0,02 bilhão, está relacionado a processos judiciais, cuja chance de perda foi avaliada como “remota” nos quais os autores exigem a suspensão do repasse das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS, por considerar ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica, arguindo fazer jus à devolução de todos os valores acrescidos de correção monetária e juros legais. Em alguns desses processos é requerida a devolução de 200% do valor cobrado.

Processos Administrativos de Natureza Tributária – Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Companhia, a CEMIG e a Cemig Distribuição figuram no polo passivo de diversos processos administrativos cujas respectivas decisões definitivas indeferiram as compensações de créditos dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. As referidas companhias estão contestando a cobrança dos aludidos tributos pelo fisco federal. Em 31/12/2012, o valor envolvido nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como possível era de, aproximadamente, R\$371 milhões, sendo R\$79,3 milhões de responsabilidade da Companhia.

Processos Judiciais de Natureza Ambiental – Lei Estadual nº 12.503/1997

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou sete ações civis públicas em desfavor da Companhia e da CEMIG, demandando que as referidas companhias invistam no mínimo 0,5% do valor da sua receita operacional anual na proteção e

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas suas usinas e indenização proporcional aos danos ambientais causados em decorrência de omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. Três dessas ações foram julgadas parcialmente procedentes, em 1ª e 2ª instâncias, com a condenação das Companhias a investir o percentual de 0,5% ao ano da receita operacional bruta anual, desde 1997, em medidas de preservação e proteção ambiental dos mananciais hídricos existentes no município de Ouro Preto, Uberaba (Água Comprida, Campo Florido, Delta e Veríssimo) e Araxá. Foram interpostos Recursos para Superior Tribunal de Justiça – STJ e para o Supremo Tribunal Federal. Em 31/12/2012, o valor envolvido nessas ações era de R\$94 milhões e a chance de perda foi avaliada como possível.

Processos Judiciais de Natureza Ambiental – Áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros

A Companhia, a CEMIG e a Cemig Distribuição são partes em diversos processos administrativos e judiciais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros. Em 31/12/2012, o montante envolvido nestas demandas avaliadas com chance de “perda provável” era de, aproximadamente, R\$5,4 milhões, e as avaliadas com chance de “perda possível” era de, aproximadamente, R\$7,2 milhões. Ressalta-se que, dentre os processos mencionados, existem diversas ações civis públicas, nas quais os valores envolvidos não podem ser apurados com precisão, tendo em vista que a maioria destas ações esta relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias, que serão definidas no curso do processo, muitas vezes necessitando de perícia para apuração dos valores. Ademais, por versarem sobre direitos coletivos, poderão ser ajuizadas ações individuais pleiteando reparações ou indenizações decorrentes das decisões judiciais que vierem a ser proferidas no âmbito das aludidas ações civis públicas.

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista – Obrigações trabalhistas

A Companhia, a CEMIG e a Cemig Distribuição são réis em diversas ações movidas por empregados próprios e empregados de empresas terceirizadas. Essas ações são relativas, de modo geral, a horas extras e adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas a terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria pela Fundação Forluminas de Seguridade Social e ajustes salariais. Em 31/12/2012, o valor dos pleitos com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$80 milhões, sendo R\$6,7 milhões de responsabilidade da Companhia e com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$259 milhões, sendo R\$24 milhões de responsabilidade da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, uma vez que a Companhia é de origem brasileira e só possui valores mobiliários custodiados no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2010, 2011 e 2012 foram 5,9%, 6,0% e 5,84%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2012, o real se desvalorizou 9,38 % frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se desvalorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Se o real se desvalorizar frente ao dólar, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$226 milhões (R\$145 em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Taxa de juros

Risco de taxa de juros, decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). A Companhia possui quase a totalidade de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

equivalentes de caixa, e 36% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam um passivo exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$2.164 milhões (R\$4.674 milhões em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda do tipo de contrato (Receita Anual Permitida) e da diversificação dos clientes de transmissão e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia elétrica não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

Valores em R\$ mil	Consolidado	
	2012	2011 Reclassificado
CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.550.033	1.761.817
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.177.356	2.082.720
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos	(96.314)	(110.261)
No Imobilizado	(449.008)	(475.041)
No Intangível	(203.722)	(32.947)
No Ativo Financeiro	(119.081)	(994.574)
Caixa líquido recebido na diluição de controlada em conjunto	647.140	-
Aquisição de Controlada em conjunto	(285.688)	-
Em Títulos e Valores Mobiliários	(1.249.737)	148.785
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.756.410)	(1.464.038)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Financiamentos Obtidos	3.941.610	1.192.884
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(3.888.251)	(743.640)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(219.844)	(223.011)
Dividendos Pagos	(979.132)	(1.056.699)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.145.617)	(830.466)
CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	825.362	1.550.033

Fonte: Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	08/09/2004
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (empresa de economia mista).
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/10/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 10 de outubro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como holding do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A Companhia tem por objeto, de acordo com o artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. As referidas atividades poderão ser exercidas diretamente pela Companhia ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, com a redação dada pela Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, e prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

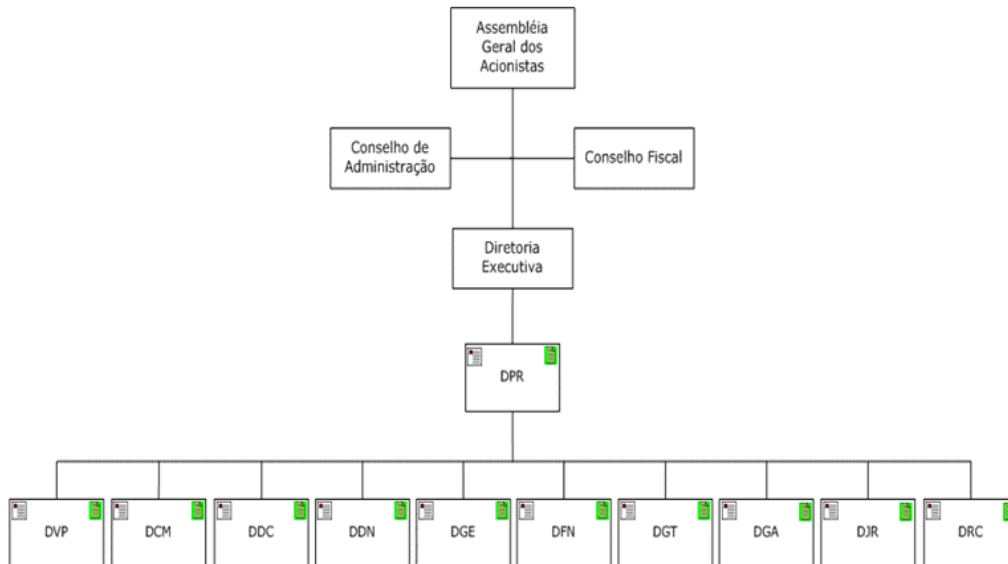
A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de proporcionar importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua controladora, a qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização(*)

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão

DGA – Diretoria de Gás

DJU – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Distribuição e Comercialização, que atua apenas na CEMIG Distribuição S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

I. Aquisição de participação acionária na Lightger

a. Evento

Aquisição, pela Companhia, de 49% do capital social total e votante da Lightger S.A. (“Lightger”), sociedade de propósito específico controlada da Light S.A. (“Light”), detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi.

b. Principais condições do negócio

Em 13 de agosto de 2010, a Companhia adquiriu da Light participação acionária equivalente a 49% do capital votante da Lightger. A Companhia pagou pela aquisição de 25.939.013 ações ordinárias do capital social da Lightger o valor global de R\$19.959.603,60, equivalente a R\$0,769482 por ação.

A aprovação da operação pela ANEEL foi obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 2.494, de 03 de agosto de 2010, foi comunicado ao mercado em 18 de agosto de 2010.

c. Sociedades envolvidas

Companhia, Light e Lightger.

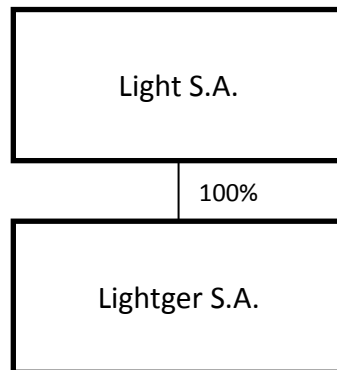
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

A Companhia passou a deter 49% do capital votante da Lightger.

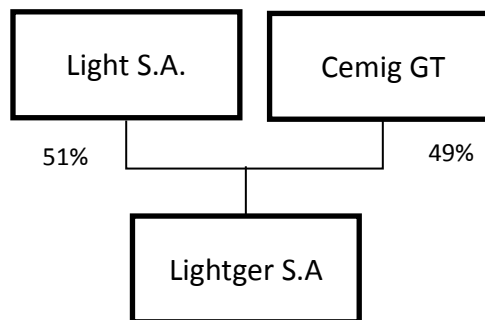
6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



II. Incorporação da Alterosa, Alvorada, TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços pela TAESA

a. Evento

Incorporação pela TAESA: (i) da Transmissora Alterosa; (ii) da Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”); (iii) das concessionárias de transmissão de energia elétrica Novatrans Energia S.A. (“Novatrans”), TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (“TSN”) e Empresa de Transmissão de Energia Oeste S.A. (“ETEO”), subsidiárias integrais da TAESA; e (iv) da TAESA Serviços Ltda. (“TAESA Serviços”), também subsidiária integral da TAESA.

b. Principais Condições do Negócio

Em 31 de dezembro de 2010, os acionistas da TAESA, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a incorporação, pela TAESA, das sociedades Alterosa, Alvorada, TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Em decorrência dessas incorporações, devidamente autorizadas pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 2.627, de 30 de novembro de 2010, e publicada na imprensa oficial em 10 de dezembro de 2010, a TAESA sucedeu as mencionadas empresas em todos os seus direitos e obrigações, nos termos da regulamentação aplicável.

Não houve aumento do capital social da TAESA, tendo em vista que as sociedades incorporadas TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços eram suas subsidiárias integrais e as sociedades incorporadas Alterosa e Alvorada não destinaram o acréscimo patrimonial à conta do capital social da TAESA.

Estas aquisições foram relevantes para aumentar a eficiência na Companhia, promovendo maior força para sua estrutura financeira e tornando-a mais competitiva.

c. Sociedades Envolvidas

Companhia, TAESA, FIP Coliseu, Alterosa, Alvorada, TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

As ações da TAESA de titularidade da Alterosa foram transferidas para a Companhia e para o FIP Coliseu, na proporção de suas participações direta e indireta na Alvorada e na Alterosa. A Companhia recebeu 12.662.469 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais de emissão da TAESA e o FIP Coliseu, por sua vez, recebeu 13.179.305 ações ordinárias de emissão da TAESA.

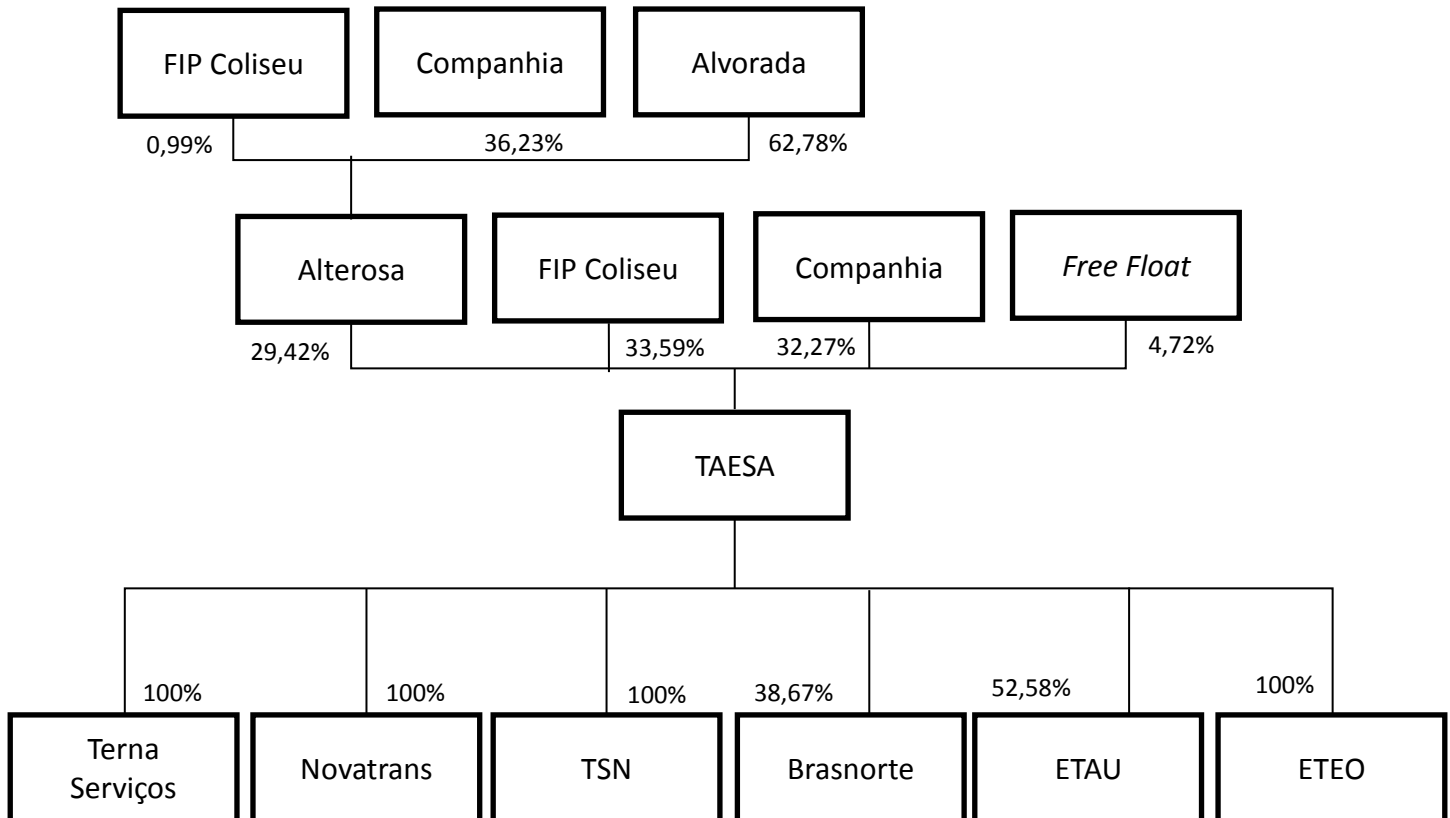
A Companhia, portanto, passou a deter 56,69% do capital social da TAESA (com o total de 149.374.291 ações, sendo 97.690.743 ordinárias e 51.683.548 preferenciais) e o FIP Coliseu passou a deter 38,59% (com o total de 101.678.120 ações ordinárias). A participação no Free Float foi mantida em 4,72% (com o total de 12.446.472 ações, sendo 4.148.824 ordinárias e 8.297.648 preferenciais).

e. Quadro societário antes e depois da operação

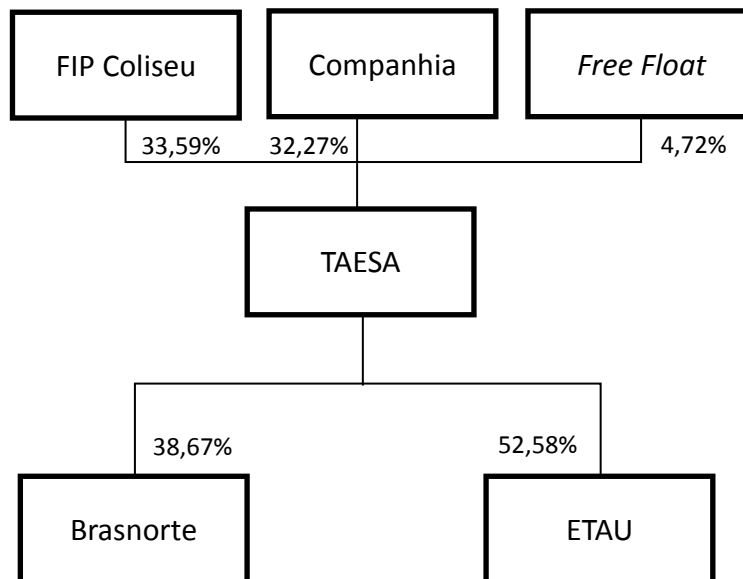
A participação acionária da Companhia no capital social total da TAESA permaneceu em 56,69%, não sofrendo alteração em decorrência das incorporações ocorridas em 31 de dezembro de 2010.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Antes



Depois



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

III. Aquisição de participação em empresas de transmissão da Abengoa

a. Evento

Aquisição de participação acionária em empresas de transmissão de energia elétrica detidas pela Abengoa

b. Principais condições do negócio

Em 30 de novembro de 2011, a TAESA concluiu a aquisição dos ativos do Grupo ABENGOA, do seguinte modo:

(i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (“Abengoa Concessões”) no capital social da União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. – UNISA (“UNISA”) (anteriormente Abengoa Participações Holding S.A.,), que detém 100% do capital social total das companhias de transmissão STE – Sul Transmissora de Energia S.A. (“STE”), ATE Transmissora de Energia S.A. (“ATE”), ATE II Transmissora de Energia S.A. (“ATE II”), e ATE III Transmissora de Energia S.A. (“ATE III”), e

(ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., UNISA e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. (“Abengoa Construção”, em conjunto com a Abengoa Concessões e UNISA no capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. (“NTE”).

Posteriormente, em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA.

c. Sociedades envolvidas

TAESA, Abengoa Concessões, Abengoa Construção, UNISA, STE, ATE, ATE II, ATE III e NTE.

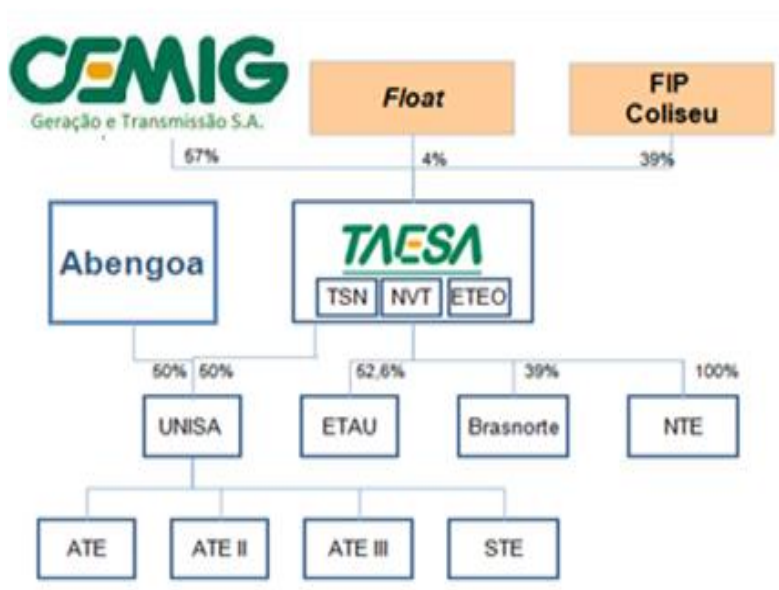
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A TAESA passou a deter: (i) 100% da participação no capital social da UNISA, detentora de 100% do capital social da ATE, ATE II, ATE III e STE.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

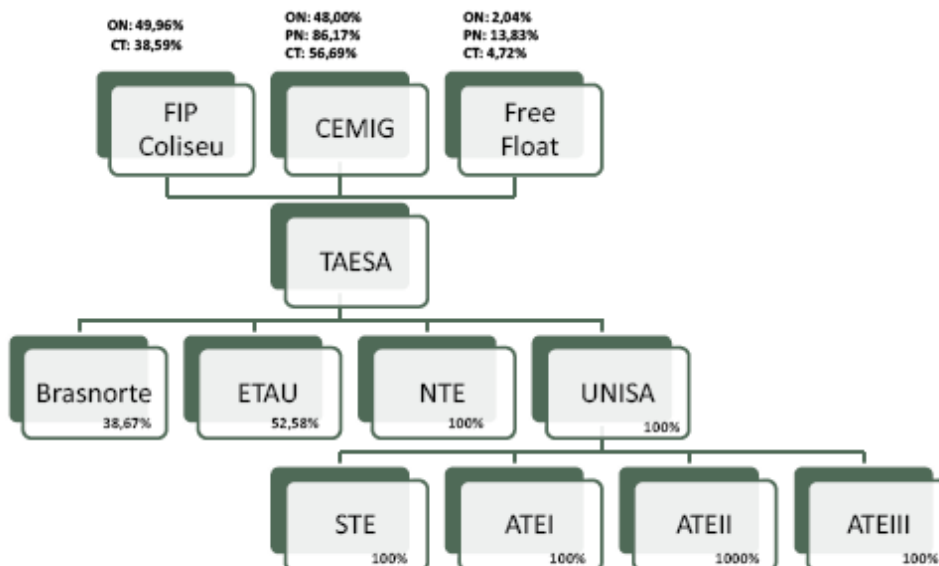
e. Quadro societário antes e depois da operação

Em 30 de novembro de 2011



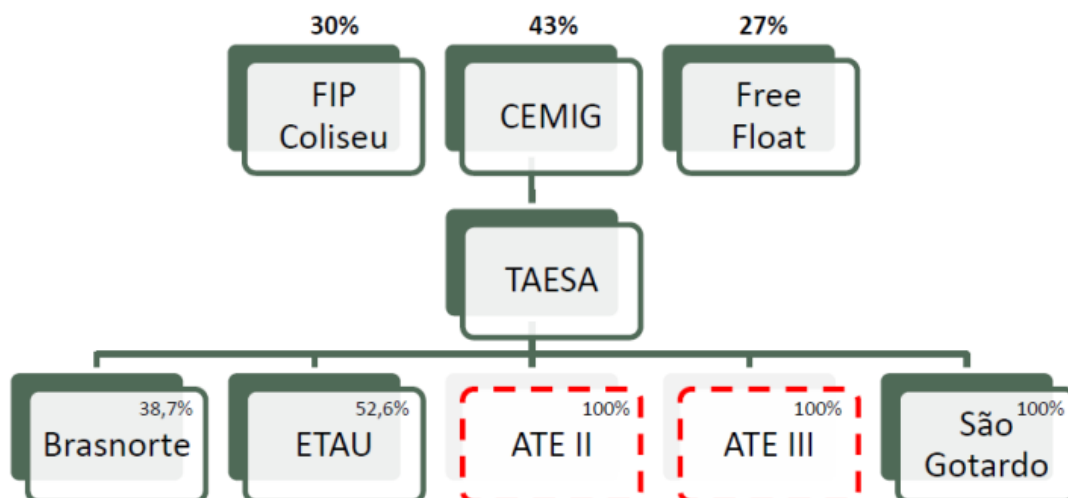
A estrutura abaixo permaneceu de 03/07/12, até a incorporação de NTE/UNISA/STE/ATEI em 31/01/2013, sendo que as participações na Taesa foram alteradas em decorrência do Re-IPO.

Estrutura do Negócio



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Estrutura após as incorporações



IV. Aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Belo Monte

a. Evento

Aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Belo Monte.

b. Principais condições do negócio

A Companhia adquiriu por meio de sua coligada Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”), 9,77% do capital social da Norte Energia S.A. (“Norte Energia”), empresa detentora da concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Em 25 de outubro de 2011, a Amazônia Energia assinou contratos de compra de ações com seis empresas que detinham, no total, uma participação de 9,77% na Norte Energia.

O preço de aquisição corresponde ao montante das injeções de capital efetuadas pelos vendedores, ajustado pelo IPCA até 26 de outubro de 2011, no montante de R\$118.691.102,79. A operação envolvendo a participação da Amazônia Energia como acionista da Norte Energia foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e pelo Conselho de Administração da Cemig e o da Light. A agência reguladora brasileira de energia elétrica, a ANEEL, foi informada acerca da operação, que foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), de acordo com a Lei 8884/94.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

c. Sociedades envolvidas

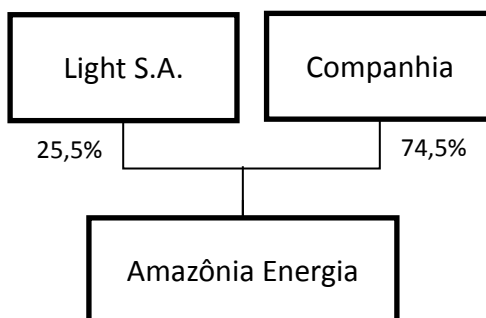
Amazônia Energia Participações S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A., Norte Energia S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora OAS Ltda., Contern Construções e Comércio Ltda., Cetenco Engenharia S.A., Galvão Engenharia S.A. e J. Malucelli Construtora de Obras S.A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

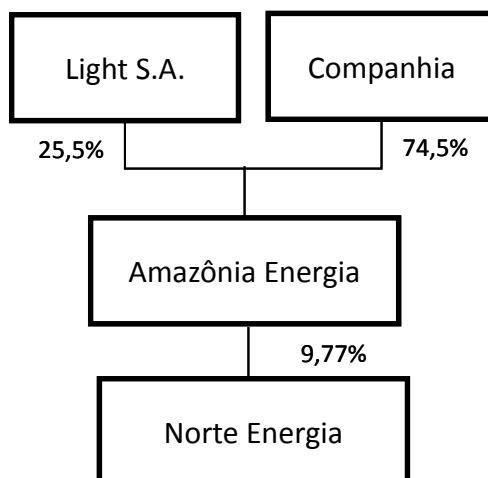
A Amazônia Participações, coligada da Companhia, passou a deter participação societária equivalente a 9,77% do capital social da Norte Energia.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

V. Participação Acionária da Light Energia em Guanhães Energia S.A.

a. Evento

Aquisição de participação acionária da Light Energia em Guanhães Energia S.A.

b. Principais condições do negócio

Em 10 de fevereiro de 2012 a Light comunicou a aprovação da aquisição, pela Light Energia S.A. (“Light Energia”), de 26.520.000 ações ordinárias da classe A da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) equivalentes a 51% de participação no seu capital social, pelo montante de propriedade da Investminas Participações S.A. (“Investminas Participações”). As Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), Dores de Guanhães, Fortuna II, Jacaré e Senhora do Porto, possuem em conjunto potência instalada de 44 MW e garantia física de 25,03 MW médios. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. As licenças de instalação já foram emitidas e o investimento total estimado na construção das PCHs é de R\$ 269,2 milhões em moeda corrente, dos quais R\$ 118,0 milhões correspondem ao aporte de capital próprio total dos acionistas da Guanhães Energia, cabendo à Light Energia o montante de R\$ 60,2 milhões. A aquisição acima mencionada está condicionada à anuência prévia da ANEEL e será submetida CADE.

Em 28 de agosto de 2012, a Light celebrou o Termo Definitivo de Fechamento com a Investminas Participações, por meio do qual adquiriu 51% de participação no seu capital social, pelo preço de R\$26.586.219,15. Em razão da celebração do Termo de Fechamento, foi também celebrado e arquivado, na sede da Guanhães Energia, o 1º Termo Aditivo ao Acordo de Acionistas da Guanhães Energia, tendo a Investminas, a Light Energia e a Companhia como partes, e a Guanhães Energia como interveniente-anuente, de forma a prever a saída da Investminas e a admissão da Light Energia aos termos e condições do Acordo de Acionistas.

c. Sociedades envolvidas

Light, Light Energia, Guanhães Energia e Companhia.

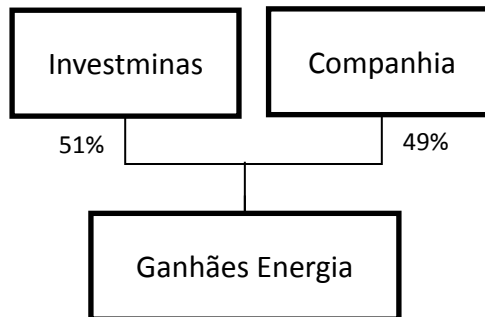
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A Light Energia adquiriu 26.520.000 ações ordinárias da classe A da Guanhães Energia S.A., equivalentes a 51% de participação no seu capital social. A Companhia detém 49% de participação no capital social da Guanhães Energia.

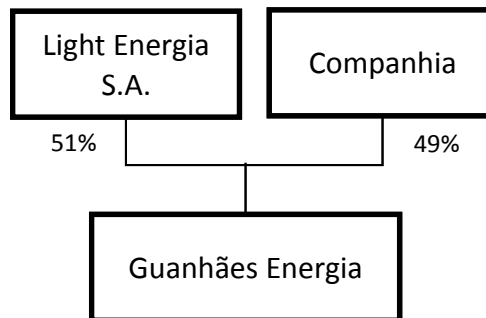
6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



VI. Participação Acionária da TAESA em Ativos de Transmissão

a. Evento

Participação Acionária da TAESA em ativos de transmissão.

b. Principais condições do negócio

Em 17 de maio de 2012, a TAESA celebrou contrato com a Companhia, e sua controladora, Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), o qual estabelece os termos e condições da operação de reestruturação societária de consolidação dos ativos de transmissão de energia elétrica da CEMIG em um único veículo, a TAESA. Referida reestruturação societária será implementada por meio da transferência, para a TAESA, da totalidade das participações acionárias detida pela CEMIG e pela Companhia, direta ou indiretamente, nas seguintes concessionárias de transmissão de energia elétrica: (i) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), (ii) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”), (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”), (iv) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), (v) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

("E~~TEP~~"), (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("~~EBTE~~"), (vii) Sistema Catarinense de Transmissão S.A. ("~~STC~~"), (viii) Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("~~ESDE~~"), (ix) Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("~~Lumitrans~~"), e (x) Empresa Serrana de Transmissão de Energia S.A. ("~~ETSE~~"). Dentro do escopo dessa reestruturação societária, a TAESA desembolsará o valor de R\$1,73 bilhões, sendo R\$1,67 bilhões para a CEMIG e R\$64 milhões para Companhia, corrigido pelo CDI, a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não. A Companhia pretende fechar a operação no próximo dia 31 de maio de 2013.

c. Sociedades envolvidas

ECTE, ERTE; ENTE, ETEP; EATE e EBTE, Companhia e TAESA.

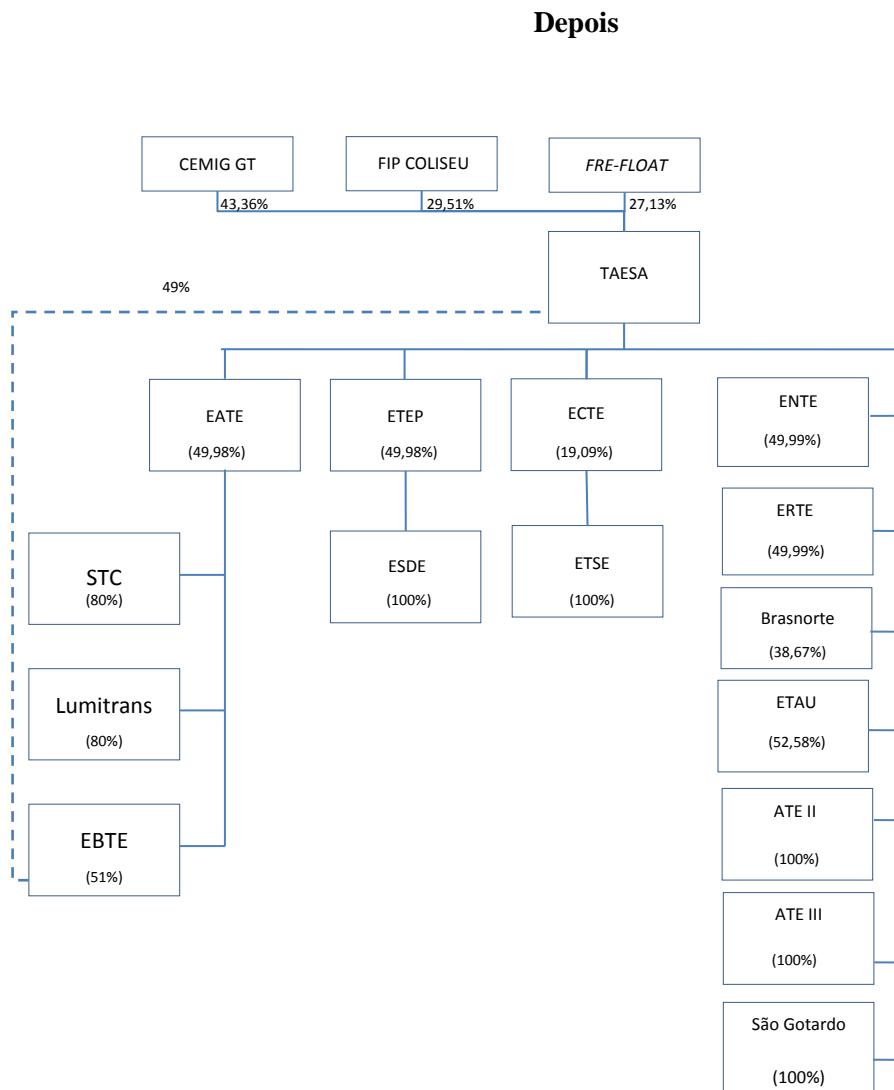
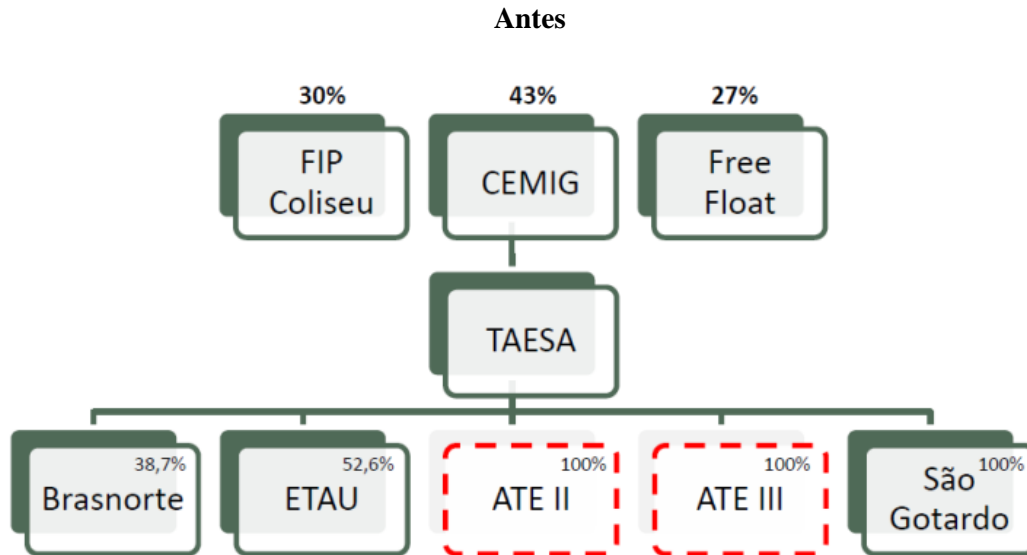
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A TAESA passará a deter as seguintes participações acionárias: (i) 49,98% do capital social da EATE; (ii) 19,09% do capital social da ECTE; (iii) 49,99% do capital social da ENTE; (iv) 49,99% do capital social da ERTE; (v) 49,98% do capital social da ETEP; (vi) 74,49% do capital social da EBTE (considerando participação de 49% da TAESA e indireta por meio da EATE de 51%, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da EATE)); (vii) 39,98% do capital social da STC (considerando participação indireta de 80% por meio da EATE, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da EATE); (viii) 49,98% do capital social da ESDE (considerando participação indireta por meio da ETEP, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da ETEP); (ix) 39,98% do capital social da Lumitrans (considerando participação indireta de 80% por meio da EATE, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da EATE); e (x) 19,09% do capital social da ETSE (considerando participação indireta por meio da ECTE, observado que a TAESA possui 19,09% das ações da ECTE).

e. Quadro societário antes e depois da operação

A participação acionária da Companhia no capital social total da TAESA permaneceu em 43,36%.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação



Ver Grupo Econômico atual no item 8.2 deste Formulário.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

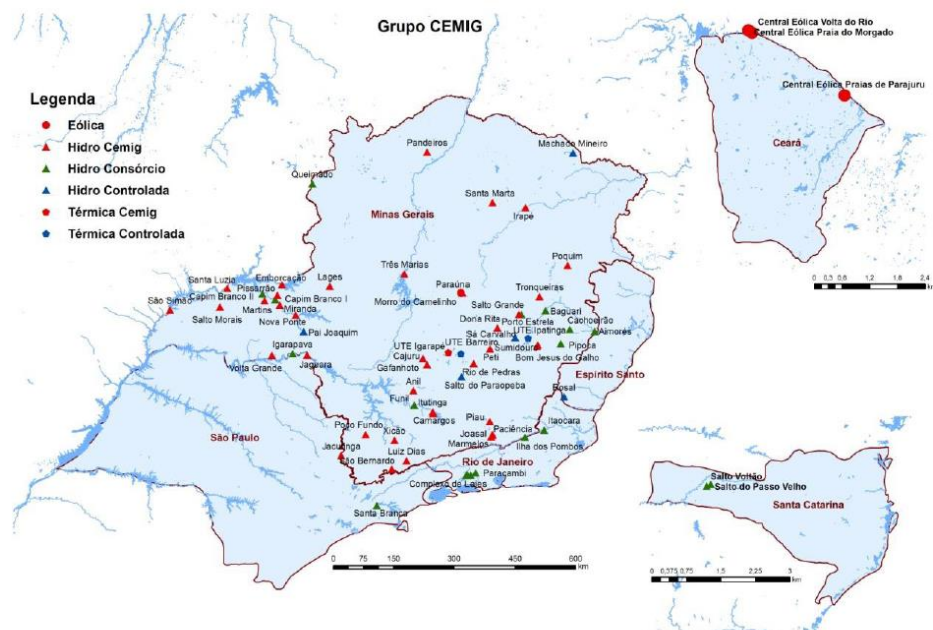
A Companhia é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, em termos de capacidade instalada de geração e receita autorizada de transmissão, respectivamente, conforme dados obtidos da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) de 2012, sendo, na visão de seus Diretores, a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. As atividades da Companhia compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada nesse Estado.

A Companhia opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com contratos de concessão para geração e transmissão, celebrados com o Governo Federal, e que pertenciam diretamente à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de sociedades de propósito específico (“SPEs”) permaneceram com as próprias SPEs controladas pela CEMIG). No âmbito do processo de desverticalização da CEMIG, referidos contratos foram devidamente aditados de forma a transferir as concessões de geração e transmissão de energia elétrica, anteriormente detidas pela CEMIG, para a Companhia.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia é a sexta maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil em capacidade instalada, conforme dados da ANEEL. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 52 usinas, sendo 46 hidrelétricas, 2 termelétrica e 4 eólicas, com capacidade instalada para 6.362 MW.

O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da Companhia no Estado de Minas Gerais:



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

As atividades de geração de energia elétrica são realizadas pela Companhia nos termos dos contratos de concessão para geração outorgados pelo Poder Concedente, com prazo de 35 anos, exceto o contrato nº 002/95 que tem prazo de 30 anos, e as concessões do contrato nº 007/97, cujo prazo se encontra fixado no ato de outorga. Em conformidade com a atual legislação, os contratos permitem a prorrogação da concessão por mais 20 anos, dos empreendimentos ainda não prorrogados após a publicação da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995 (“Lei 9.074/95”).

Após a publicação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e da Lei 9.074/95, a outorga da concessão para a geração de energia elétrica é sempre precedida de um processo licitatório, em regime de concorrência, em que a concessão de geração é dada para sociedades vencedoras de licitações para a construção, operação e comercialização da energia elétrica gerada.

De maneira geral, os contratos de concessão para geração impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de geração de energia elétrica.

Como agente de geração, a Companhia atua em dois segmentos: o Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). As principais receitas da Companhia com relação à geração de energia elétrica são auferidas: (i) da venda de energia para consumidores livres, conforme preços livremente estipulados por meio de contratos bilaterais indexados substancialmente à variação do IGP-M; e (ii) do suprimento a outras concessionárias, que consiste na venda de energia elétrica para distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). As relações comerciais são regidas por contratos de compra e venda de energia e todos os contratos celebrados no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN (“SIN”) devem ser registrados na CCEE e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.

Expansão da Capacidade de Geração

A Companhia pretende ampliar sua capacidade instalada de geração de energia elétrica principalmente por meio da repotencialização de grandes usinas e por meio de pequenas centrais elétricas.

Além disso, atualmente, a Companhia está envolvida na construção de seis usinas hidrelétricas – Dores de Guanhões, Senhora do Porto, Fortuna II, Jacaré, Paracambi e Santo Antônio (esta última com capacidade instalada de 3.150,4 MW) – que aumentarão a capacidade de geração instalada de suas instalações hidrelétricas em 82,39 MW durante os próximos 3 anos.

Ressalta-se, ainda, o investimento na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com potência instalada de 11.233 MW e previsão de entrada em operação da primeira unidade em fevereiro de 2015 e da última unidade em janeiro de 2019.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Transmissão de Energia Elétrica

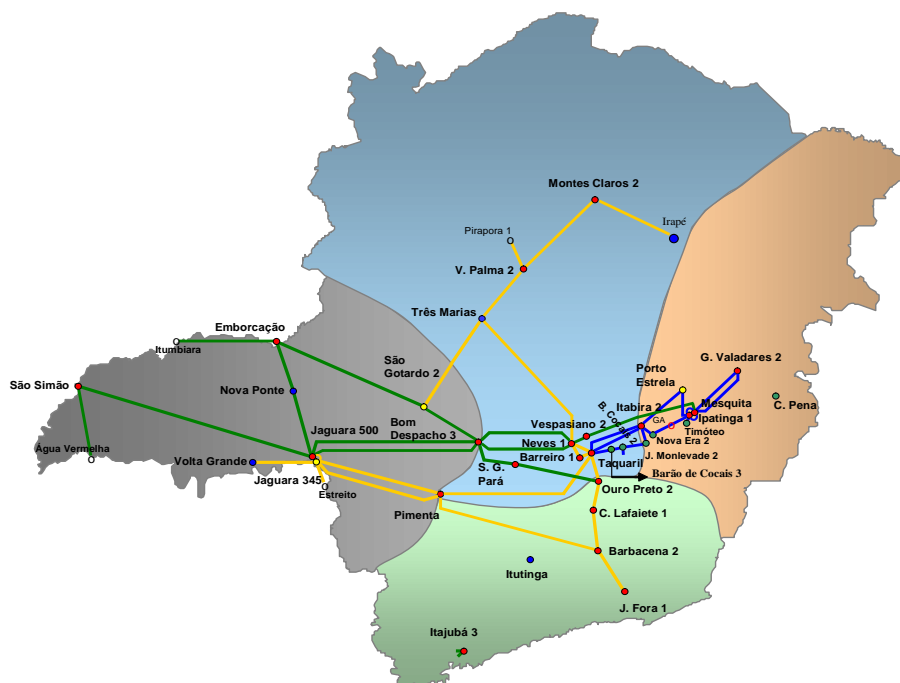
Além das atividades de geração, a Companhia ainda se dedica ao negócio de transmissão de energia elétrica, que consiste, basicamente, no transporte de energia elétrica das instalações nas quais é gerada até: (i) redes de distribuição para entrega a consumidores finais; e (ii) outros agentes consumidores conectados diretamente com a rede básica de transmissão.

A Companhia tem uma malha com alcance nacional e transporta energia produzida em suas próprias instalações de geração, bem como energia comprada de Itaipu, do SIN e de outras concessionárias. A rede de transmissão da Companhia é composta por linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira, regulamentada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional.

A Cemig GT operou uma rede de transmissão em 2012 de 9.413 km (8.794 Km em 2011).

O mapa abaixo mostra a localização da rede básica da Companhia:



Como agente de transmissão, a Companhia atua disponibilizando suas instalações para operação do SIN por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão firmado com o ONS.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A receita da Companhia com relação aos serviços públicos de transmissão de energia elétrica é proveniente da Receita Anual Permitida (“RAP”) recebida em contrapartida pela implementação, operação e manutenção de suas instalações de transmissão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pela Companhia (e aceito pela ANEEL) quando da outorga de suas concessões de transmissão de energia elétrica e não está relacionada ao volume de energia transmitido por suas instalações. A RAP é reajustada anualmente com base na inflação, medida pelo IGP-M, apurado e divulgado pela FGV, referente ao período compreendido entre junho do ano anterior e maio do ano do reajuste. A RAP poderá também ser revisada em determinados eventos extraordinários, tais como alterações na legislação tributária ou de outra natureza, bem como com base em investimentos aprovados em linhas e instalações de transmissão.

A Companhia pretende ampliar sua capacidade instalada de transmissão de energia elétrica participando de futuros leilões por meio da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”).

Participações Societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes sociedades:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Hidrelétrica Cachoeirão”): a Companhia possui participação de 49% na Hidrelétrica Cachoeirão cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou sua operação em 2009.
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”): a Companhia possui participação de 69,39% na Baguari Energia cuja atividade principal é a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação de 49% no Consórcio UHE Baguari, sendo os demais 51% detidos pela Baguari I, localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”): a Companhia possui participação de 49% na Central Eólica Praias de Parajuru cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio de usina eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operações em agosto de 2009.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”): a Companhia possui participação de 49% na Central Eólica Praias do Morgado cuja

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio de usina eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”): a Companhia possui participação de 49% na Central Eólica Volta do Rio cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio da usina eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou sua operação em setembro de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”): a Companhia possui participação de 49% na Hidrelétrica Pipoca cuja atividade principal é a produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010.
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”): a Companhia possui participação de 43,36% na TAESA, cuja atividade principal é a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 estados do país, além do Distrito Federal. A TAESA, por sua vez, controla em conjunto a ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (52,58%), a Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (38,6645%), e possui 100% de participação nas empresas: São Gotardo Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A. e ATE III Transmissora de Energia S.A., cujas principais atividades são a exploração de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da rede básica.

A Companhia possui, ainda, participação nas seguintes sociedades em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”): a Companhia possui participação de 49% na Guanhães Energia, cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início no final de 2013.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”): a Companhia possui participação de 100% na Cemig Baguari Energia, cuja atividade principal é a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos. A empresa não possui ativo vinculado, CNPJ está em aberto, será aproveitado no futuro.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- Madeira Energia S.A. (“Madeira Energia”): a Companhia tem participação de 10% na Madeira Energia, cuja atividade principal é a implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio teve início em agosto de 2008, iniciou a operação comercial em março de 2012 e deve estar totalmente concluída em novembro de 2015.
- Lightger S.A. (“Lightger”): a Companhia possui participação de 49% na Lightger cuja atividade principal é a produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. A previsão de entrada em operação da primeira máquina é no início de 2012.
- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”): a Companhia possui participação de 74,50% na Amazônia Energia, cuja atividade principal é a implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, por meio da Norte Energia S.A.

A TAESA concluiu em 30 de novembro de 2011 a aquisição de: (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da Abengoa Participações Holding S.A., que, por sua vez, é titular de 100% de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. Esta operação acrescentou 2.538km de linhas de transmissão às operações da TAESA.

Em 16 de março de 2012, a TAESA assinou um contrato de compra e venda de ações com a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. para adquirir os 50% de participação restantes nas ações detidas por ela na STE, ATE, ATE II e ATE III. O preço de aquisição das referidas ações foi de R\$903.909.935,98, que contempla a variação acumulada da SELIC entre a data-base de 31/12/2011 e o dia 02/07/2012, dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação.

Em 17 de maio de 2012, a CEMIG, a Companhia e a TAESA celebraram contrato pelo qual foi acordada a transferência à TAESA das participações acionárias minoritárias detidas pela CEMIG e pela Companhia no capital social das seguintes concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica (i) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”); (ii) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”); (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”); (iv) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”); (v) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) e (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”). Dentro do escopo dessa reestruturação societária, a TAESA desembolsará o valor de R\$1,73 bilhões, sendo R\$1,67

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

bilhões para a Cemig e R\$64 milhões para Companhia, corrigido pelo CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não. A Companhia pretende fechar a operação no próximo dia 31 de maio de 2013.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o início da operação comercial da 10 unidade geradora da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho (RO), atingindo a potência de 713,5 MW, energia suficiente para abastecer mais de 3 milhões de residências. O aval foi publicado no dia 18 de janeiro, no Diário Oficial da União.

Esta é a segunda unidade da Casa de Força II, localizada na margem esquerda do rio Madeira, em funcionamento, que também iniciou os testes da 11 unidade. A usina já opera plenamente as oito turbinas da Casa de Força I, na margem direita, e mantém dentro da previsão seu cronograma de obra e de geração.

De acordo com o cronograma, outras 17 turbinas entrarão em operação comercial durante 2013, somando 27 unidades geradoras em funcionamento. Ou seja, até o final deste ano a usina estará operando com mais de 60% da sua capacidade total.

Já em novembro de 2015, quando estiver em pleno funcionamento com todas as suas unidades em operação, a hidrelétrica terá capacidade para gerar 3.150,4 MW, atendendo a demanda de energia de mais de 40 milhões de pessoas em todo o país.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

PRINCIPAIS CONCORRENTES

A concorrência no setor de geração de energia elétrica ocorre na expansão da capacidade produtiva, por meio de leilões de concessão e no mercado de venda de energia. O mercado de venda de energia elétrica é dividido em dois ambientes de contratação: o Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A contratação no ACR é formalizada por meio de contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”), celebrados entre agentes vendedores (comercializadores, geradores, produtores independentes ou autoprodutores) e compradores (distribuidores) que participam dos leilões de compra e venda de energia elétrica.

Já no ACL, há a livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores e exportadores de energia, sendo que os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

No ACL, a Companhia concorre pela busca clientes com outras geradoras de energia elétrica, comercializadores, produtores independentes ou autoprodutores. Os geradores operam unidades produtivas e podem vender a sua energia para clientes, caracterizados pelo modelo como livres, com diferentes prazos e preços de fornecimento. Os principais concorrentes nesse segmento são Tractebel, Duke Energy, CPFL Geração, AES Tietê, Grupo Eletrobras, Petrobrás, Neoenergia e EDP – Energias do Brasil.

Outro perfil de concorrentes são as comercializadoras que não possuem unidade de produção de energia, porém podem fazer a intermediação da compra e venda de energia elétrica. Os principais concorrentes são Enertrade, Comerc, Tradener, Enecel e CMU, dentre outros.

Por último, destacam-se os autoprodutores, agentes que possuem usinas de geração térmica para atender ao consumo próprio, porém vendem o excedente no mercado de energia. Como exemplo, Vale, Samarco, Grupo Votorantim, Alcoa, Novelis e Arcelor, dentre outros.

Além disso, há concorrência por novas unidades geradoras de energia elétrica, principalmente unidades hidráulicas, que ocorre durante os leilões de concessão de novas unidades geradoras. Os concorrentes são os já mencionados acima e grandes empresas de construção.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Respeitadas as limitações impostas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (“Lei nº 8.666/93”), e de forma proativa e consciente de sua função social, a Companhia, desde a sua criação, em função de suas necessidades, estabelece parcerias e programas específicos que promovem o desenvolvimento de produtos e fornecedores da sua cadeia de suprimentos. Dentre estas parcerias destacamos as firmadas com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (“SEBRAE”), a Fundação COGE – FUNCOGE, a

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Fundação Dom Cabral (“FDC”), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG (“FIEMG”), o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL.

Alinhada ao objetivo estratégico de desenvolver, qualificar e gerir mercado e fornecedores, e visando assegurar a continuidade do fornecimento de material e serviços a curto, médio e longo prazo, frente às limitações da Lei nº 8.666/93, a Companhia realiza rotineiramente a prospecção de novos fornecedores para a Companhia, principalmente por meio de *workshops*, seminários, visitas internacionais, pesquisa na *Internet*, revistas especializadas, *folders*, indicação dos órgãos de engenharia e órgãos operacionais da Companhia, indicação de fornecedores já cadastrados e parceiros e troca de informações com outras concessionárias. Esta prospecção pode ser direcionada em função de necessidades específicas como novas tecnologias, encerramento de atividades de fornecedores, ou para os casos em que se vislumbra que os atuais fornecedores não serão capazes de atender as necessidades da Companhia.

Desde a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), as necessidades e expectativas de fornecedores são percebidas sistematicamente, principalmente por meio das práticas abaixo:

- Fóruns para lançamento de novas ferramentas de contratação pela Companhia e encontros com fornecedores promovidos por entidades parceiras, tais como FIEMG, SEBRAE, Sindicato Intermunicipal das Industrias do Vale do Aço – SINDIMIVA e outros. Após esses encontros, as demandas identificadas são analisadas e, quando pertinentes, são utilizadas para melhoria dos processos de suprimento e das ferramentas utilizadas pela organização, tais como: reformulação do Portal de Compras (“Portal de Compras”), visando melhorar a interface do fornecedor com o referido Portal, aumentando a confiabilidade, a transparência e a acessibilidade dos processos de aquisição; lançamento da cartilha com a Política de Suprimentos e o Manual de Relacionamento esclarecendo, entre outras coisas, como o fornecedor se habilita para participar de processos licitatórios.
- Reuniões com os fornecedores para analisar dificuldades para o fornecimento de seus produtos, por exemplo: transporte, escassez de matéria-prima, conjuntura econômica, fatos supervenientes, entre outros. Após análise, se for o caso, são tomadas ações, entre elas: postergação de prazos contratuais, alteração do período de aquisição de alguns materiais, reajustes contratuais, rescisão parcial ou total do fornecimento sem as penalidades cabíveis.
- As necessidades e as expectativas que podem implicar alteração dos padrões de cunho eminentemente técnicos são repassadas ao Comitê de Normalização de Equipamentos de Materiais – CONEM (“CONEM”), para serem apreciadas durante o processo de revisão de especificações e desenhos técnicos.

Para aprimorar as práticas relativas ao relacionamento com os fornecedores, a CEMIG promoveu, em 2008, a reestruturação da área de suprimentos, criando uma gerência com os seguintes objetivos: (i) promover a gestão do mercado fornecedor; (ii) identificar grupos de mercadorias e serviços com baixa competitividade comercial; (iii) buscar novos fornecedores e motivar o desenvolvimento dos existentes, em conjunto com as entidades de classe e órgãos de fomento do Estado. Na divulgação das atribuições da nova Gerência, a mesma participou, em 2009, do evento Fomenta Minas, organizado pelo SEBRAE. A CEMIG participa anualmente de fóruns dessa natureza esclarecendo a forma de aquisição, informando às microempresas e às empresas de pequeno porte os critérios de aquisição conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, visando ao desenvolvimento do mercado fornecedor.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Visando melhorar o relacionamento com os fornecedores, foi realizado em 2009 o Primeiro Encontro de Fornecedores CEMIG onde foi apresentada a Política de Suprimentos, reformulada em 2009, e lançado o Prêmio Fornecedores CEMIG com primeira premiação em 2010 e o “Atestado de Suprimento Assegurado de Material CEMIG”.

Até 2008, a comprovação da capacidade técnica de um fornecedor para o suprimento de determinado produto era aceita pela CEMIG somente com a homologação do produto em questão. Em 2009, visando atender aos fornecedores em relação à habilitação para participar de processos licitatórios da CEMIG, foi refinado o processo de suprimento por meio da pré-homologação de material, onde a capacidade técnica pode ser inicialmente demonstrada com a apresentação de relatórios de ensaios de tipo requeridos na especificação técnica. Essa inovação reduz o investimento inicial para a participação na licitação, uma vez que a CEMIG apenas acompanha a realização dos ensaios para a homologação do material do fornecedor vencedor da licitação. Atualmente existem 18 grupos de mercadoria pré-homologáveis.

Até 2004, os processos de aquisições da CEMIG eram disponibilizados somente em meio físico sendo necessário comparecer à sede da companhia ou solicitar o envio via correio. A divulgação dos processos de aquisição ocorria somente pelos meios legalmente exigidos, ou seja, imprensa oficial e jornais de grande circulação. A partir de 2005, com a implementação da ferramenta eletrônica Portal de Compras, além de se atender a requisitos legais, criou-se mais uma fonte de divulgação, permitindo aos fornecedores obter os processos de aquisição por meio eletrônico, gratuitamente, bem como o envio de suas propostas. Em 2009, foi implementada a versão atualizada do Portal de Compras que, entre outras melhorias, tornou o acesso mais amigável e confiável além de estender a qualquer interessado a possibilidade de obtenção dos processos e o acompanhamento de seu desenrolar. Esses refinamentos objetivaram aumentar a confiabilidade do processo de contratação, acarretando em redução de custo dos processos licitatórios.

Ressalta-se, ainda, que cerca de 70% dos processos de aquisição são realizados por meio da modalidade de licitação pregão eletrônico, o que confere maior transparência e publicidade.

Desde 2003, as melhorias no processo de suprimento são identificadas nas reuniões de avaliação de desempenho, onde também são definidas ações de melhoria. Uma das melhorias do processo de suprimento foi a criação de uma gerência, para atuar mais intensamente no desenvolvimento da cadeia de suprimento da CEMIG. Esta gerência busca, no dia a dia, novos fornecedores para suprir as necessidades da organização, verificando empresas que possuem produtos similares e os motivos pelos quais não estão fornecendo para a CEMIG, a fim de incentivar o fornecimento e reduzir os custos. Nesse contato é sugerido o envio de amostras do material, para ser avaliadas tecnicamente. Sendo a avaliação favorável, essas são encaminhadas para utilização em campo, por tempo determinado, após o qual o setor emite parecer final. Uma vez favorável, esse parecer é encaminhado às áreas de engenharia e ao CONEM para alteração do padrão do produto (desenhos ou especificações), visando, assim, aumentar a cadeia de fornecedores pelo estímulo à inovação de produtos adquiridos.

São premiados até três fornecedores de material, de cinco categorias, com melhor desempenho, segundo o Índice de Desempenho de Fornecedores (índice criado pela CEMIG para medir o nível de excelência de seus fornecedores), sendo elegíveis aqueles com desempenho igual ou superior a 75%. Para ser agraciado com o “Atestado de Suprimento Assegurado de Material Cemig”, o fornecedor de material deve atender a todos os critérios apresentados a seguir: (i) Desempenho de Excelência; (ii) estar com situação cadastral regularizada; (iii) estar com situação aprovada na ATI, quando

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

aplicável; (iv) terem sido inspecionados e entregues à CEMIG, no mínimo seis lotes de material; (v) não ocorrência de qualquer recusa de material ou de ressalvas críticas na aprovação de material; (vi) não ocorrência de acionamentos em regime de garantia; e (vii) não das áreas da CEMIG referentes ao desempenho do material, mesmo após o término do período de garantia.

O “Atestado de Suprimento Assegurado de Material Cemig”, cuja validade é de um ano, isenta seus agraciados da obrigatoriedade de ter seus produtos inspecionados por parte da CEMIG, como pré-requisito para entrega e faturamento. Essa parceria traz as seguintes vantagens e benefícios: (i) para os fornecedores: dispensa de inspeções da CEMIG como pré-requisito para entrega e faturamento, redução de custo de processo de produção (repetição de ensaios), mais celeridade no processo de aceitação do material e faturamento, possibilidade de divulgação, ao mercado nacional e internacional, do grau de suprimento assegurado CEMIG; e (ii) para a CEMIG: maior agilidade no suprimento do material, e redução do custo operacional.

Para otimizar o processo de aquisição de bens e serviços, foi implantado o pregão presencial em 2003, e o Portal de Compras em 2005, com a consequente implantação do pregão eletrônico com a finalidade de garantir mais agilidade no processo de aquisição de material, contratação de serviços e na modernização dos contratos com os fornecedores, bem como reduzir custos, além de realizar os negócios de forma mais transparente e segura. Outra forma de reduzir os custos associados ao processo de suprimento é a logística reversa, conduzida pela Superintendência de Infraestrutura (“LI”), há mais de dez anos. Por meio desse sistema, a CEMIG reintegra ao estoque, material em bom estado, oriundo de sobras de obras. É também realizada a recuperação de material usado, por meio de oficinas próprias ou serviços contratados junto a terceiros. Ao longo desse período, a LI busca soluções para aumentar o número de itens a serem recuperados e reintegrados ao estoque, como varas de manobra e isoladores. Essas ações, além de otimizar os custos do processo de aquisição, contribuem para a preservação de recursos naturais. Essa prática contribui também para a maximização do valor do negócio, de forma sustentável.

Desde 2004, a CEMIG realiza um trabalho de motivação junto aos fornecedores para melhoria de suas práticas de gestão por meio de diversas ações, envolvendo seus parceiros. Como exemplos: (i) palestras realizadas em 2005 e 2006, organizadas pela CEMIG e pela FDC, para orientar os fornecedores sobre como aderir ao Programa PAEX, voltado para a capacitação de pequenas e médias empresas; e (ii) encontros com os fornecedores, organizados pela FIEMG e CEMIG, em 2007, com o objetivo de melhorar a interação entre CEMIG e sua cadeia de suprimento e, em 2008, como continuidade, realizaram-se visitas técnicas.

CLIENTES E COMERCIALIZAÇÃO

O mercado da Companhia compreende a comercialização de energia pela Companhia, Cachoeirão, Baguari Energia, Pipoca e Centrais Eólicas Praia do Parajuru, Praia do Morgado e Volta do Rio, segundo as participações acionárias da Companhia.

Este mercado corresponde as vendas no ACL para clientes livres, localizados em Minas Gerais e outros Estados, a comercialização de energia para outros agentes do setor elétrico no ACR e no ACL para comercializadoras e geradoras, as vendas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”) e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), eliminando as transações existentes entre as empresas do grupo da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

O montante de energia comercializado pela Companhia consolidado, no ano de 2012, foi de 38.147.389 MWh, com decréscimo de 2,6% em relação a 2011.

Em dezembro de 2012, foram faturados 385 clientes, crescimento de 28,3% em relação a 2011, sendo 86,5% vendas no ACL para clientes livres industriais e comerciais.

As vendas no ACL para clientes livres industriais e comerciais totalizaram 20.522.259 MWh no ano de 2012, com crescimento de 2,9% em relação a 2011, devido a:

expansão nas vendas para clientes industriais e comerciais fora do estado de Minas Gerais; e

incremento nas vendas de energia de fontes incentivadas para clientes industriais e comerciais em Minas Gerais.

Nas vendas para clientes industriais em Minas Gerais e fora do Estado, observa-se que cinco ramos de atividade detêm 77,9% da energia total da classe e apresentaram comportamentos distintos, crescimento e redução de consumo, no ano de 2012 em relação a 2011, a saber: (i) taxas positivas de crescimento nas indústrias Extrativa Mineral (18,9%) e Clinker e Cimento (25,5%) e (ii) redução de consumo nas indústrias de Ferroligas (-4,0%), Siderurgia (-4,7%) e Químico (-4,9%).

As vendas ACR atingiram o montante de 11.559.513 MWh no ano de 2012 e cresceram 1,9% em relação ao ano de 2011, com destaque para o início de vigência de contrato de energia nova em 2012.

As vendas no ACL para comercializadoras e geradoras atingiram o montante de 2.762.027 MWh em 2012, com decréscimo de 30,1% frente ao ano- 2011. Esse decréscimo decorre da estratégia de comercialização de energia da Companhia priorizando os atendimentos aos clientes usuários finais (consumidores livres e consumidores de energia incentivada) e a participação no ACR e ACL conforme a existência de lastro de energia, a agregação de valor e a minimização de riscos.

As vendas no Proinfa cresceram 5,0% devido a ocorrência de quantidade de vento, em 2012, superior aos valores verificados em 2011. .

As vendas na CCEE durante o anos de 2012 reduziram 16,3% em relação ao ano de 2011, principalmente em função da menor disponibilidade de energia secundária em 2012, frente a 2011.

O mercado da Companhia encontra-se detalhado na tabela abaixo:

Discriminação	Ano 2012		Taxa de crescimento 2012/2011
	Energia Faturada (MWh)	Part %	
Energia Total	38.147.389	100	-2,6
Vendas no ACL – Cliente Livre	20.522.259	53,8	2,9

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Industrial	20.279.633	53,2	2,2
Comercial	242.626	0,6	139,6
Vendas no ACL – comercializadora/geradora	2.762.027	7,2	-30,1
Vendas no ACR	11.559.513	30,3	1,9
Proinfa	126.900	0,3	5,0
Vendas na CCEE (saldo positivo de compras e vendas)	3.176.690	8,3	-16,3

Fonte: Companhia

Os dez maiores grupos empresariais da Companhia e seu setor de atuação são apresentadas a seguir:

Maiores grupos empresariais da Companhia em ordem decrescente da quantidade de energia faturada no ano 2012	Setor de Atividade Econômica
USIMINAS	Siderurgia
WHITE MARTINS	Quimico
RIMA INDUSTRIAL	Ferroligas
ARCELOR MITAL	Siderurgia
VALE	Extrativa Mineral
FIAT	Material de Transporte
KNROSS BRASIL MINERAÇÃO	Extativa Mineral
SAMARCO MINERAÇÃO	Extativa Mineral
LIGAS DE ALUMINIOo	Ferroligas
COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS	Ferroligas
Maiores grupos empresariais da Companhia em ordem decrescente da quantidade de energia faturada no ano 2012	Setor de Atividade Econômica
USIMINAS	Siderurgia
WHITE MARTINS	Quimico
RIMA INDUSTRIAL	Ferroligas
ARCELOR MITAL	Siderurgia
VALE	Extrativa Mineral
FIAT	Material de Transporte
KNROSS BRASIL MINERAÇÃO	Extativa Mineral

Fonte: Cemig

A Companhia celebrou, no período entre janeiro a dezembro de 2012, 135 contratos de venda de energia a clientes livres, tanto de energia convencional quanto de energia incentivada. Os contratos de compra e venda de energia para clientes livres da Companhia são padronizados e contém cláusulas de faturamento mínimo, que representam um volume de energia a ser entregue mesmo em situações em que o consumo verificado seja menor do que esse limite, observadas as condições contratuais. Esse método de faturamento proporciona uma fonte relativamente estável de receita.

Em 2012 a Cemig D não participou de nenhum dos leilões do Ambiente de Contratação Regulada, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia, apesar de se habilitar para o 12º, 13º e 14º Leilões de Ajuste,

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

promovidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no ano de 2012, não vendeu devido aos preços de venda nos certames não atingirem o mínimo estabelecido em mandato.

PADRÕES INTERNACIONAIS RELATIVOS À PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os princípios internacionais relativos à proteção ambiental adotados pela Companhia são os mesmos adotados por sua controladora, a CEMIG. Em 2009, a CEMIG aderiu ao Pacto Global, uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social.

Os dez princípios estão descritos na cartilha *Responsabilidade Social Empresarial*, distribuída aos empregados e fornecedores da CEMIG e disponibilizada em seu *website*. Além dos princípios, a cartilha também informa as práticas que a Companhia já realiza de acordo com as diretrizes do Pacto Global, relativos à proteção ambiental.

Adicionalmente, as áreas da CEMIG podem certificar-se em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma Internacional NBR ISO 14001:2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível 1, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001 e com certificação externa.

Na data deste Formulário de Referência, todas as usinas da Companhia com capacidade instalada acima de 30 MW, suas subestações e linhas de transmissão acima de 230 kV, estão certificadas com Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001 ou SGA nível 1).

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A Cemig cuida para que os diversos setores da sociedade estejam incluídos em seus negócios e sejam parte efetiva na condução dos mesmos. Nesse sentido, podemos citar os programas: Peixe Vivo (proteção da ictiofauna), Premiar (arborização e redes), Energia Inteligente - Conviver (redução das perdas comerciais e resgate da cidadania) e Proximidade (plano de integração com as comunidades do entorno das usinas da Cemig). Todos eles partem do princípio de que a sociedade – clientes, comunidade, ONGs, universidades e centros de pesquisa, prefeituras, órgãos ambientais, especialistas nacionais e internacionais – deve ser uma parceira na construção dos objetivos e metas organizacionais, contribuindo para definir ‘o que fazer’ e ‘como fazer’. Por isso, são realizadas pesquisas de opinião para avaliar o grau de satisfação da sociedade, ações face a face, reuniões com as comunidades, workshops e oficinas. Cada programa conta com um ouvidor exclusivo, de modo a acolher os anseios e sugestões, e viabilizar a busca de soluções integradas para o melhor equacionamento dos problemas.

Outro exemplo de projeto de responsabilidade social desenvolvido pela Cemig é o Versol, uma iniciativa em parceria com a Prefeitura de Três Marias, Minas Gerais, e o Projeto Grael, que tem a chancela da Unesco e é coordenado pelos irmãos Lars, Axel e Torben Grael. O projeto atende 150 crianças e jovens entre nove e 24 anos por semestre, matriculadas no sistema público de ensino de Três Marias, com base em iniciação esportiva, educação complementar e iniciação profissionalizante.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Na esfera cultural, em 2012, a Cemig patrocinou 214 projetos através de recursos próprios, além daqueles previstos e assegurados por leis de renúncia fiscal como a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Programa “CEMIG Cultural”. Dessa forma, além de seguir alinhada a uma política pública que garante a continuação dos projetos, alcança demandas do interior de Minas Gerais, de pequenos grupos iniciantes, juntamente com iniciativas de arte contemporânea e segmentos culturais de escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

PATENTES, MARCAS E LICENÇAS

A preocupação da Cemig com a inovação e o seu desenvolvimento tecnológico coloca-a como a empresa do setor elétrico com o maior número de depósitos de patente junto ao INPI. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 9 patentes concedidas no Brasil e 47 patentes depositadas, além de 29 registros de softwares. É titular de 30 marcas registradas e 9 pedidos de registro de marca perante o INPI. Apesar de a Cemig não depender de patentes, licenciamentos ou contratos de *royalties* para o desenvolvimento de suas atividades, a marca “CEMIG” é um ativo estratégico, avaliado nos dois últimos anos por consultoria especializada.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui os seguintes pontos fortes:

Flexibilidade e segurança no negócio de geração. As receitas decorrentes do negócio de geração da Companhia são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o *pool* de distribuidoras nacionais, estabelecidos no âmbito do ACR e os contratos com clientes livres, geradores e comercializadores, estabelecidos no âmbito do ACL. Essas duas fontes de receita, aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos, conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Companhia. Ademais, no âmbito do ACR, a Companhia não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem cerca de 40 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

Receita assegurada na transmissão. As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão. Ademais, a Companhia não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão são remuneradas por todos os agentes de mercado que transacionam energia no Sistema Interligado Nacional, por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST).

Alta confiabilidade dos ativos físicos. No entendimento da Companhia, os ativos da Companhia que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Companhia.

Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia. Os funcionários da Companhia que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem, no entendimento da Companhia a, ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Companhia. Ademais, no

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

entendimento da Companhia, a Companhia tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

Relacionamento construtivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”). A Companhia pretende continuar mantendo e melhorando a cada dia o bom relacionamento com a ANEEL, com o ONS e com outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com os referidos agentes do setor elétrico. Ademais, a Companhia tem uma boa representatividade em fóruns como a Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE, a Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

Eficiência operacional. A Companhia costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacional, a Companhia obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes.

Forte geração de caixa operacional. A geração de caixa operacional medida pelo LAJIDA da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 foi de R\$ 2.353 milhões, R\$ 2.796 milhões e 2.821 milhões respectivamente.

Solidez Financeira. A Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento moderado, de aproximadamente R\$ 8.140 milhões, com 22% e 78% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Companhia está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

A Companhia, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Companhia:

Buscar a excelência na gestão de investimentos. A gestão dos investimentos da Companhia deve abranger aspectos como

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Companhia busca assegurar a rentabilidade de seus ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de energia velha e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente.

Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos. A Companhia busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de vista sua competitividade de mercado, em leilões de energia e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Companhia também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

Gerenciar riscos em bases permanentes. A Companhia busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu *mix* de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais. Aumento da eficiência operacional. A Companhia pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes. A Companhia pretende continuar tendo uma postura pró-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

Desenvolvimento ecologicamente sustentável. Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Companhia pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Companhia implementou um Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”), baseado na Norma NBR ISO 14001 e no SGA interno da CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

Fortalecimento de sua imagem. A Companhia tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos municipal, estadual e federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a ideia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Companhia, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações. A Companhia mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Companhia cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Companhia, seja adequado para seus consumidores.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Expansão das atividades de geração e transmissão. A Companhia, no âmbito do Plano Estratégico de Longo Prazo do Grupo CEMIG, está empenhada em expandir sua atuação no setor elétrico, seja via crescimento orgânico ou via aquisições de ativos, por meio de investimentos próprios, ou em parceria com a iniciativa privada, ou, ainda, utilizando sua subsidiária Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como veículo de crescimento, pautando-se, sempre, pela disciplina em realizar investimentos que agreguem valor ao acionista.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

a. controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), que detém 100% de seu capital social (exceto pelas ações detidas pelos membros do Conselho de Administração da Companhia).

CEMIG

A CEMIG acredita ser um dos mais sólidos e importantes grupos do segmento de energia elétrica do Brasil, participando em 117 sociedades e 17 consórcios, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Minas Gerais a CEMIG responde por 96% da área de concessão, com mais de sete milhões de consumidores, em 774 municípios. É, ainda, na visão de seus Diretores, a maior fornecedora de energia para clientes livres do Brasil, com 25% do mercado, e um dos maiores grupos geradores, responsável pela operação de 70 usinas, com capacidade instalada de 7.038 megawatts. A atuação da CEMIG estende-se a 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e ao Chile, com a operação de uma linha de transmissão em consórcio com a Guarupart Participações Ltda. Em 2010, ampliou sua participação na Light S.A., distribuidora que atende o Rio de Janeiro e outras cidades fluminenses. Também possui participação em empresas transmissoras de energia elétrica (Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.), investimentos no segmento de gás natural (Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG), telecomunicações (Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom) e eficiência energética (Efficientia S.A.).

A CEMIG é uma sociedade de capital aberto, possuindo cerca de 117 mil acionistas em mais de 40 países. Suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (NYSE) e da Espanha (LATIBEX). A CEMIG é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 50,95% das ações ordinárias e 22,27% do capital social total da Companhia. Os demais acionistas da CEMIG são: AGC Energia S.A. (32,96% das ações ordinárias e 14,41% do capital social total), BlackRock Inc. (9,39% das ações preferenciais e 5,29% do capital social total), Lazard Asset Management LLC (7,46% das ações ordinárias e 4,20% do capital social total). As demais ações ordinárias e preferenciais, representativas de 53,78% do capital social total da CEMIG são detidas por outros acionistas.

b. controladas e coligadas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia detém participação societária direta nas seguintes sociedades:

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Sociedade	Participação Direta (%)	Atividade Principal
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica (pré-operacional).
Coligadas		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Guanhães Energia S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica (pré-operacional).
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	Produção independente de energia elétrica.
Madeira Energia S.A.	10,00	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (pré-operacional).
Baguari Energia S.A.	63,39	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica (UHE) Baguari.
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	Transmissão de energia elétrica.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Central Eólica Praias do Morgado S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.
Lightger S.A.	49,00	Produção independente de energia elétrica (pré-operacional).

Além disso, a Companhia possui participação de 74,50% na Amazônia Energia Participações S.A. (coligada), cuja atividade principal é a implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, por meio da Norte Energia S.A.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação societária direta em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além das participações nas controladas e coligadas, descritas no item (b) do item 8.1 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Além da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), não há sociedades participantes do grupo que possuam participações na Companhia.

e. sociedades sob controle comum

A CEMIG detém participação direta nas seguintes sociedades, além da participação detida na Companhia:

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.
- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light é responsável pela distribuição de energia elétrica em municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital. A Companhia detém 26,06% de participação na Light.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Companhia (49%).
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho. A Companhia detém 100% de participação na Sá Carvalho.
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS. A Companhia detém 100% de participação na Ipatinga.
- Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à aquisição, ao armazenamento, ao transporte, à transmissão, à distribuição e à comercialização de gás combustível, no Estado de Minas Gerais, mediante concessão. A Companhia detém 59,57% de participação na GASMIG.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Cemig Telecomunicações S.A. – CEMIG Telecom (“CEMIG Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) – Sociedade dedicada à prestação e exploração de serviços especializados na área de telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A CEMIG Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center S.A. (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TI – Tecnologia de Informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações. A Companhia detém 99,99% de participação na CEMIG Telecom.
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) – Sociedade dedicada à prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia. A Companhia detém 100,00% de participação na Efficientia.
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina. A Companhia detém 100,00% de participação na Horizontes.
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos. A Companhia detém 100,00% de participação na Cogeração.
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Companhia detém 100,00% de participação na Rosal.
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. A Companhia detém 100,00% de participação na Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.
- Cemig PCH S.A. (“Cemig PCH”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Pequena Central Hidrelétrica de Pai Joaquim. A Companhia detém 100,00% de participação na Cemig PCH.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. A Companhia detém 100,00% de participação na Capim Branco, que, por sua vez, possui 21,0526% de participação no consórcio.
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da central termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais. A Companhia detém 100,00% de participação na Barreiro.
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) – Sociedade dedicada à comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia. A Companhia detém 100,00% de participação na Cemig Trading.
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé. A Companhia detém 25,00% de participação na Transleste.
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora. A Companhia detém 24,00% de participação na Transudeste.
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí. A Companhia detém 24,50% de participação na Transirapé.
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a controlada Empresa Santos Dumont de Energia S.A., com participação de 100%. A Companhia detém 49,98% de participação na ETEP.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão. A Companhia detém 49,99% de participação na ENTE.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará. A Companhia detém 49,99% de participação na ERTE.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Controlada) e Lumitrans Companhia. Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Controlada). A Companhia detém 49,98% de participação na EATE.
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina. A ECTE venceu, em 16 de dezembro de 2011, o Lote D do Leilão Aneel 006/2011. Para o recebimento outorga de concessão da ANEEL e implantação das instalações que foram objeto do referido leilão, a ECTE constituiu, em 17 de janeiro de 2012, uma sociedade de propósito específico denominada Empresa de Transmissão Serrana S.A. A Companhia detém 19,09% de participação na ECTE.
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas subestações Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010. A Companhia detém 49,00% de participação na Transchile.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010. A Companhia detém 51,00% de participação na Centroeste.
- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto 25%) – Sociedade dedicada à participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati possui participação de 96,80% na Redentor Energia S.A., que por sua vez possui participação na Rio Minas Energia Participações

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

S.A. e 100% de participação na Luce Empreendimentos e Participações S.A. A Companhia detém 25,00% de participação na Parati.

- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) – A Cemig Serviços tem por objeto a prestação de serviços relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes. A Companhia detém 100,00% de participação na Cemig Serviços.

Além disso, a CEMIG detém participação indireta nas seguintes sociedades:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Pequena Central Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operação em 2009. A Cachoeirão é controlada em conjunto pela Santa Maria Energética (51%) e Cemig GT (49%).
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009. A Parajuru é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari, formado pela Baguari Energia - 49,00% e Baguari I Geração de Energia Elétrica (SPE pertencente à Neoenergia S.A. - Neoenergia) - 51,00%, localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010. A Baguari Energia é controlada em conjunto pela Cemig GT (69,39%) e Furnas (30,61%).
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (Controlada em conjunto): a Companhia possui participação de 43,36% na TAESA, cuja atividade principal é a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 estados do país, além do Distrito Federal. A TAESA, por sua vez, controla em conjunto a ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (52,58%), a Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (38,6645%), e possui 100% de participação nas empresas: São Gotardo Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A. e ATE III Transmissora de Energia S.A. cujas principais atividades são a exploração de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da rede básica.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Central Eólica Praia do Morgado S.A. (“Morgado”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em abril de 2010. A Morgado é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010. A Volta do Rio é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, em Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais. A usina entrou em operação comercial em outubro de 2010. A Pipoca é controlada em conjunto pela Omega Energias Renováveis (51%) e Cemig GT (49%).
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de Transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011. Conforme indicado acima, é detida pela Cemig GT (49%) e pela EATE (51%).
- Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhões, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhões, e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virgínia, todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início de operação no final de 2013. A CEMIG GT possui participação de 49% na Guanhões Energia.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. A CEMIG GT detém 100% da participação na Cemig Baguari.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da controlada Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, tendo sua operação comercial se iniciado no princípio de 2012. A CEMIG GT detém participação de 10% na Madeira.

- Lightger S.A. (“Lightger”) (controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à análise da viabilidade técnica e econômica, elaboração do projeto, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi, localizada no Ribeirão das Lajes, no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A usina entrou em operação comercial em maio de 2012. A Lightger é controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%).
- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de propósito específico que detém a participação de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa que detém a concessão da Hidrelétrica Belo Monte, localizada na bacia do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu (PA). Controlada em conjunto pela Light (25,5%) e pela CEMIG GT (74,5%).
- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) – Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A Light possui participação de 100% na Light SESA.
- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda., Central Eólica Fontainha Ltda., Guanhães Energia e Renova Energia S.A. (“Renova”). A Renova, por sua vez, possui participação em 18 sociedades de propósito específico e em uma pequena central hidrelétrica, conforme indicado no item III abaixo. A Light possui participação de 100% na Light Energia.
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) – Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação de 33% na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. A Light possui participação de 100% na Light Esco.
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) – Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. A Light possui participação de 100% na Itaocara Energia.
- Lightger – Sociedade dedicada à análise da viabilidade técnica e econômica, elaboração do projeto, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Central Hidrelétrica Paracambi, localizada no Ribeirão das Lajes, no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A usina entrou em operação comercial em maio de 2012. A Lightger é controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%).

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) (Controlada) – Anteriormente denominada Lighthidro S.A., passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, tendo como atividade principal a prestação de serviço a clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral. A Light possui participação de 100% na Light Soluções.
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) – Sociedade que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades. A Light possui participação de 100% no Instituto Light.
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) – Sociedade que tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia. A Light possui participação de 100% na Lightcom.
- Axxiom (Controlada em conjunto) – Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Companhia (49%), tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades.
- CR Zongschen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“CR Zongschen”) (Controlada em Conjunto) – Sociedade na qual a Light é acionista com 20% das ações, a partir da aquisição em 9 de setembro de 2011, tendo como objeto principal a fabricação de veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”, com foco em bicicletas e scooters elétricas. A fábrica será instalada no Município de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro, área de concessão da Light.
- Amazônia Energia (controlada em conjunto) – Sociedade de propósito específico que detém a participação de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa que detém a concessão da Hidrelétrica Belo Monte, localizada na bacia do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu (PA). Controlada em conjunto pela Light (25,5%) e pela CEMIG GT (74,5%).
- Controladas e Controladas em Conjunto da Renova

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

A Renova possui participação direta nas seguintes sociedades: Nova Renova Energia S.A., Enerbrás Centrais Elétricas S.A., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Centrais Eólicas São Salvador Ltda. e Renova PCH Ltda.

Além disso, a Renova possui participação indireta nas seguintes sociedades: Bahia Eólica Participações S.A., Renova Eólica Participações S.A., Salvador Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Igaporã S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas N. Sra. Da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A., Centrais Eólicas Serra do Salto S.A., Energética Serra da Prata S.A., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda., Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda., Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Elétricas Morrão Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda., e Centrais Elétricas Maron Ltda.

As sociedades controladas pela Renova dedicam-se à geração de energia elétrica a partir de usinas eólicas e pequenas centrais hidrelétricas. Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

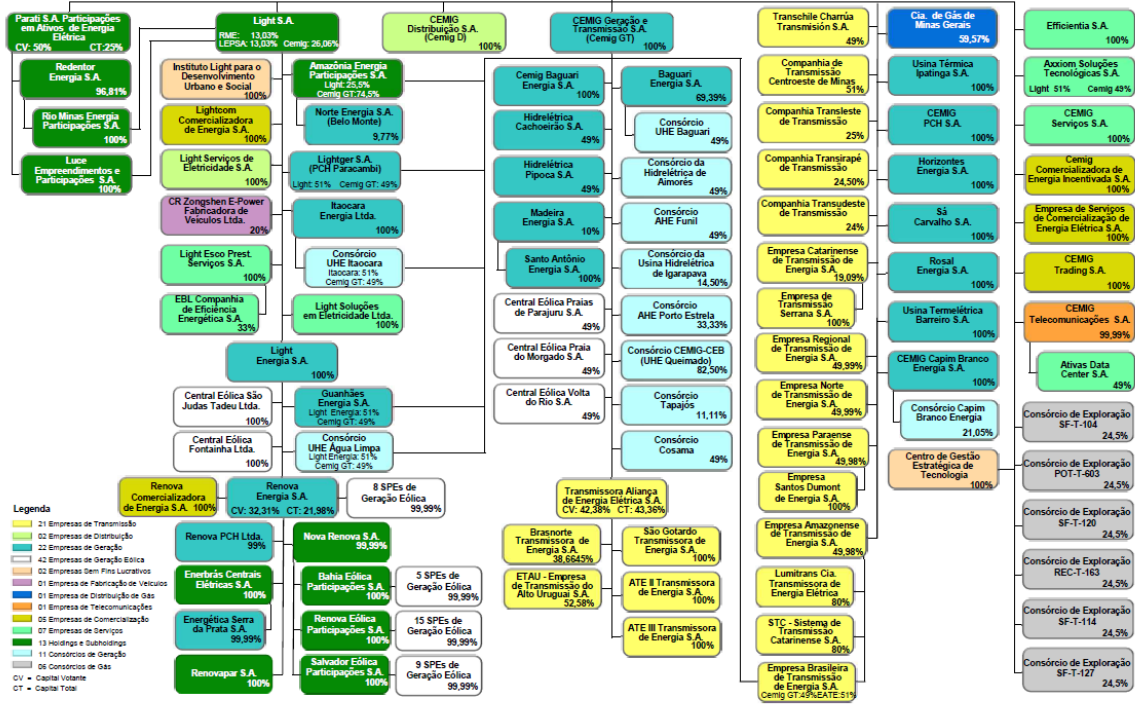
8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

GRUPO CEMIG

117 Sociedades e 17 Consórcios

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Posição em 30 de abril de 2013



Fonte: Companhia

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que o ano de 2012 foi de grandes mudanças, complexidade e desafios. Entendem que a busca de eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente contribuíram de forma significativa para o crescimento em virtude da expansão das diversas empresas nas quais a Companhia tem participação significativa no capital e na gestão.

Nesse contexto, estão confiantes que a visão estratégica da Companhia, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

O resultado obtido em 2012 é de grande repercussão devido à sua dimensão, pois, o lucro líquido alcança a R\$ 1.900 milhões, representando um aumento de 51,22% em relação ao exercício de 2011, quando o lucro atingiu R\$1.269 milhões.

No ano de 2012, destaca-se, ainda, a oferta de *units* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) a qual foi bem recebida por parte dos investidores do mercado de capitais, resultando em um ganho significativo para a TAESA e, conseqüentemente, para a Companhia (aproximadamente R\$259 milhões). Esta bem sucedida oferta, executada em condições de mercado consideradas desfavoráveis é uma clara demonstração de confiança dos investidores nas estratégias da Companhia. A TAESA é o veículo preferencial da Companhia na condução de seus investimentos na área de transmissão de energia elétrica.

O mercado brasileiro de capitais mais uma mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos de financiamento de nossas atividades totalizando R\$ 3,9 bilhões captados.

A Companhia se destacou no mercado de capitais em 2012, a realizar a sua 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, no valor de R\$1.350 milhões, a qual foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Vale destacar que esse Novo Mercado é resultado de um esforço conjunto, implementado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), Banco Central do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (“BNDES”) e o Ministério da Fazenda, no sentido de se fomentar um ambiente de negociação mais líquido no mercado secundário, capaz de ampliar a base de investidores (inclusive de investidores estrangeiros) e, mais importante, proporcionar a realização de operações de mais longo prazo e vinculadas a índices de preços, compatíveis com os investimentos em infraestrutura necessários para o crescimento do país, criando alternativas de financiamento complementares aos recursos disponibilizados pelo BNDES.

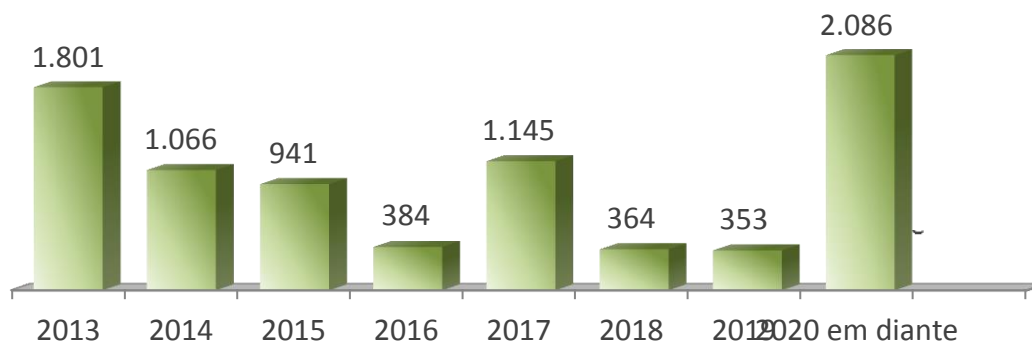
Os Diretores da Companhia sustentam que a liquidez da empresa é adequada, dada a posição de caixa no nível de R\$825 milhões em 31 de dezembro de 2012. O caixa montava R\$1.550 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010. Ademais, os Diretores da Companhia destacam a relativa estabilidade do fluxo de caixa advinda da diversificação dos clientes da transmissora e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia da geradora.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$8.100 milhões, sendo 22% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 78% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha um endividamento de R\$8.300 milhões, sendo 68% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 32% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 23% da dívida da Companhia no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (waiver foi obtido em 14 de março de 2012). Já em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$7.600 milhões, sendo 13,36% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 86,64% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem seu cronograma de amortizações e escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 5,28 anos, conforme gráfico abaixo. Os pagamentos são de até R\$1.200 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2012 (R\$ milhões)



	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
--	------	------	------	------	------	------	------	----------------	-------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Moedas**

Dólar (1)	19.900	19.440	20.791	22.977	24.725	28.314	25.806	64.314	226.267
Indexadores									
UMBND (2)	7.460	7.338	7.338	6.771	5.316	4.530	3.238	270	42.261
IGP-M (3)	-	-	-	-	-	-	-	52.758	52.758
FINE (4)	12.998	-	-	-	-	-	-	-	12.998
IPCA (5)	729.535	486.393	500.376	(112)	(112)	220.498	220.510	1.202.140	3.359.228
CDI (6)	942.358	443.733	290.925	232.689	1.000.246	(28)	(28)	(134)	2.909.761
TJLP/URTJ	87.313	107.713	117.099	116.055	109.394	105.775	97.997	727.713	1.469.059
Outros	1.772	1.777	3.986	5.272	5.272	5.272	5.154	39.486	67.991
	1.781.436	1.046.954	919.724	360.675	1.120.116	336.047	326.871	2.022.233	7.914.056
	1.801.336	1.066.394	940.515	383.652	1.144.841	364.361	352.677	2.086.547	8.140.323

Fonte: Companhia

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (4,83% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012, 6,58% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 6,77% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2012, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) (41% do total), CDI (36% do total), e URTJ (18% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
LAJIDA / Juros	5,53	3,78	3,66
Dívida Líquida / LAJIDA	2,03	2,41	2,50
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	58%	57%	54%

Fonte: Companhia

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$5.406 milhões, enquanto a dívida líquida era de 7.320 milhões. Já em 31 de dezembro de 2011, era de R\$5.086 milhões e de R\$6.798 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2010 era de R\$5.051 milhões e de R\$5.874 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 58% em 31 de dezembro de 2012, 57% em 31 de dezembro de 2011 e 54% em 31 de dezembro de 2010.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2012, foram gerados pelas atividades operacionais o montante de R\$2.214 milhões de disponibilidades. Em 2011, foram gerados R\$2.070 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2010 foram gerados R\$1.622 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$825 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$1.550 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.762 e milhões em 31 de dezembro de 2010.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$7.315 milhões, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$6.798 milhões e em 31 de dezembro de 2010 a dívida líquida era de R\$5.874 milhões. Os indicadores de 2010 e 2011 indicam que cerca de 2,5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já em 2012, a geração de caixa operacional (LAJIDA) de dois anos quitaria o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 1ª emissão Notas Promissórias, em 26 de julho de 2006, no valor de R\$900 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos, com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileira S.A. (“Eletrobrás”) e com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (“FORLUZ”), bem como ao resgate parcial da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”);
- 1ª emissão de debêntures simples, em 01 de novembro de 2006, no valor de R\$ 588.371.752,56, destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 21 de dezembro de 2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 e das dívidas vincendas até o final do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos e com a Eletrobrás;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 30 de outubro de 2009, no valor de R\$2.700 milhões destinados para aportes de capital, recomposição de caixa e investimentos;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15 de janeiro de 2010, no valor de R\$2.700 milhões destinados à rolagem da 3ª emissão de Notas Promissórias;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 13 de janeiro de 2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.

O passivo circulante era de R\$2.909 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$6.269 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.591 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e, também, garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2012, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil S.A., conforme segue: (i) operações contratadas em 2006 e com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; (ii) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a CEMIG manteve a coobrigação e a Companhia manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais.

Em março de 2012, a Companhia concluiu a sua terceira emissão pública de debêntures simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de cinco anos, sete anos e dez anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100 do CDI acrescida de taxa equivalente a 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries têm seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig, e foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Ao longo do ano de 2011, a Companhia valeu-se de sua posição de caixa para pagar o seu serviço de dívida, num montante de R\$1.219 milhões (sendo R\$689 milhões de principal), sem, praticamente, recorrer a novas captações, como forma de otimizar sua alavancagem.

Em 2010, foram captados pela Companhia R\$2.949 milhões, sendo (i) R\$2.700 milhões por meio de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da TAESA e outros investimentos, (ii) R\$242 milhões por meio de rolagem de dívidas bancárias e (iii) R\$7 milhões por meio de contratos celebrados com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP ("FINEP") para a realização de estudos de inventário de usinas. Para uma visão consolidada da Companhia, deve-se registrar a contratação de cerca de R\$1.061 milhões em financiamentos por parte de suas controladas e coligadas (valor proporcional à participação acionária da Companhia).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (*debêntures*, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: dívida / EBITDA menor ou igual a dois e dívida líquida / (patrimônio líquido + dívida líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$8,14 bilhões, sendo R\$7,32 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$8,35 bilhões, sendo R\$6,80 bilhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7,64 bilhões, sendo R\$5,87 bilhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,00	2,08	1,90
Dívida Líquida / EBITDA	2,03	2,41	2,50
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	58%	57%	54%

Fonte: Companhia

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem limites de financiamento já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A) Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em relação a 2011:

- Aumento de 674,70% nos saldos de Títulos e Valores Mobiliários circulantes em função de otimização das aplicações financeiras da Companhia e do maior volume de recursos em função da oferta pública de ações da TAESA.
- Redução de 68,29% no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures no curto prazo em função principalmente do expressivo volume de dívidas com vencimento para 2012 e que foram renegociadas para o longo prazo pela Companhia, o que justifica o maior saldo apresentado em 2012 no passivo não circulante.
- Juros sobre o capital próprio e dividendos em 2012 no montante de R\$399 milhões e não apresentação de saldo em 2011, tendo em vista que no ano anterior a Companhia fez o pagamento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dos dividendos obrigatórios dentro do próprio exercício.

B) Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em relação a 2010:

- Aumento de 26,86% nos ativos financeiros da concessão registrados no Curto e Longo Prazo, no montante de R\$997 milhões, em função da aquisição de participação nos ativos de transmissão do grupo Abengoa (para maiores de detalhes *vide* item 10.2 de Formulário de Referência), com a consolidação dos ativos financeiros da controlada em conjunto, e também da atualização do ativo financeiro constituído em exercícios anteriores.
- Registro de Investimentos em 2011 no valor de R\$110 milhões referente a aquisição de participação na empresa Norte Energia, empresa detentora da concessão da usina de Belo Monte (para maiores de detalhes *vide* item 10.2 de Formulário de Referência).
- Aumento de 9,33% na dívida com empréstimos e financiamentos da Companhia, no valor de R\$712 milhões, em função dos empréstimos obtidos em 2011 no valor de R\$1.193 milhões em comparação a amortização de financiamentos de R\$744 milhões.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2012 (valores expressos em mil):

FINANCIADORES	31 de dezembro de 2012					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-
		Libor + spread de 1,7 a 2,2%				
BID - ATE II (10)	2022	a.a.	USD	6.796	76.729	83.525
BID - ATE III(10)	2023	Libor + spread de 1,5 a	USD	13.104	129.638	142.742

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		1,975% a.a.				
Dívida referente à						
Moeda Estrangeira				19.900	206.367	226.267
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	4.901	442.348	447.249
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	22.848	-	22.848
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	31.629	-	31.629
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	611.432	300.000	911.432
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	43.068	-	43.068
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	793	-	793
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.935	96.020	103.955
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	548	455	1.003
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	34.675	-	34.675
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.998	-	12.998
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.593	-	7.593
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	46.006	-	46.006
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.781	13.905	18.686
Consórcio Pipoca (6)	2013	IPCA	R\$	185	-	185
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	705	4.368	5.073
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	17.303	20.035
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.278	377.635	378.913
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.762	387.475	389.237
Banco da Amazônia (4)	2029	10 % a.a. – Taxa fixa	R\$	96	57.437	57.533
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.160	33.853	37.013
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.404	54.297	61.701
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	6.055	43.391	49.446

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.809	80.925	90.734
BNDES - ETAU- SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBANDES + 4,0%	R\$	259	1.033	1.292
BNDES - ETAU- SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	1.338	5.367	6.705
BNDES - NTE- SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBANDES + 5,0%	R\$	1.377	3.515	4.892
BNDES - NTE- SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	8.213	20.925	29.138
CEF (10) (12)	2016	117,5 do CDI*	R\$	1.842	4.541	6.383
CEF (CUSTO TRANSAÇÃO) (10) (12)	2016	0,0059	R\$	(38)	(39)	(77)
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	Taxa fixa 5,5% a.a.	R\$	13	245	258
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	Taxa Fixa + 5,5% a.a.	R\$	4	70	74
FINAME ALSTOM - SUBCREDITO "A"	2022	5,5% a.a.	R\$	3	315	318
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI +,90	R\$	7.043	0	7.043
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	2.003	61.325	63.328
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$	1.434	8.377	9.811
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) (10) (12)	2012	CDI + 105,5%	R\$	-	-	-
CUSTO TRANSAÇÃO NP ITAU (10)(12)	2012	0,0019**	R\$	-	-	-
BNDES(10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	9.354	42.788	52.142
BNDES(10)	2018	UMBANDES + 4,0% a.a.	R\$	1.721	8.041	9.762

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES(10)	2019	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	R\$	11.835	69.356	81.191
BNDES(10)	2019	UMBNDDES + 3,0% a.a. - 4,3% a.a.	R\$	3.301	19.699	23.000
BNDES(10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	4.823	15.029	19.852
BNDES(10)	2017	UMBNDDES + 5,0% a.a.	R\$	804	2.511	3.315
Unibanco	2013	TJLP + 3,8% a.a.	R\$	341	-	341
BNDES (13)	2028	URTJ + 1,97	R\$	4.009	57.561	61.570
Dívida em Moeda Nacional				922.072	2.230.071	3.152.143
Total de Empréstimos e Financiamentos				941.972	2.436.438	3.378.410

DEBÊNTURES	31 de dezembro de 2012					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures (1) Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	52.758	52.758
Debêntures (1) (12)	2015	IPCA + 7,68	R\$	542.935	902.626	1.445.561
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2015	0,042**	R\$	(476)	(495)	(971)
Debêntures (1) (12)	2012	CDI+,-,90	R\$	-	-	-
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2012	0,1051	R\$	-	-	-
Debêntures (1) (12)	2017	CDI +,-,90	R\$	37.598	480.000	517.598
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2017	0,101	R\$	(49)	(153)	(202)
Debêntures (1) (12)	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.877	208.643	220.520
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2019	0,007	R\$	(34)	(275)	(309)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures (1) (12)	2022	IPCA + 6,20	R\$	41.049	697.924	738.973
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2022	0,005	R\$	(14)	(75)	(89)
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	80.613	78.905	159.518
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	CDI+1,30	R\$	55.694	99.728	155.422
CUSTO TRANSAÇÃO DEB 1ª EMISSÃO	2015	0,00013	R\$	(148)	(86)	(234)
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	IPCA +7,91	R\$	46.971	84.935	131.906
CUSTO TRANSAÇÃO DEB 1ª EMISSÃO	2015	0,00013	R\$	(126)	(73)	(199)
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (15)	2013	106% do CDI	R\$	31.743	-	31.743
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1) (10)	2017	106% do CDI	R\$	1.028	353.383	354.411
CUSTO TRANSAÇÃO DEB 2ª EMISSÃO	2017	0,000069	R\$	(365)	(816)	(1.181)
DEBENTURES 3ª EMISSÃO (10)	2017	CDI +-,78%	R\$	4.542	288.343	292.885
DEBENTURES 3ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO	2017	CDI +-,78%	R\$	(28)	(301)	(329)
DEBENTURES 3ª EMISSÃO (10)	2020	IPCA + 4,85% a.a.	R\$	3.429	349.165	352.594
DEBENTURES 3ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO	2020	IPCA + 4,85% a.a.	R\$	(34)	(363)	(397)
DEBENTURES 3ª EMISSÃO (10)	2024	IPCA + 5,10% a.a.	R\$	3.189	309.097	312.286
DEBENTURES 3ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO	2024	IPCA + 5,10% a.a.	R\$	(30)	(321)	(351)
Total de Debêntures				859.364	3.902.549	4.761.913

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Total Geral****Consolidado**

	<u>1.801.336</u>	<u>6.338.987</u>	<u>8.140.323</u>
--	-------------------------	-------------------------	-------------------------

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (4) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”)
- (12) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
- (13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC-8 :
- (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Lighetger S.A. (“LIGHT GER”)
- (15) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Guanhães Energia S.A

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2012, era superior a R\$ 50 milhões):

I. Cédulas de Crédito Bancário nº 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393, no valor de R\$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 500 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 33,3 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada uma dessas Cédulas de Crédito Bancário em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 101,3 milhões, totalizando R\$ 506,4 milhões.

II. Cédulas de Crédito Bancário nº 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nº 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395, no valor de R\$ 35

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 280 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 11,6 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada um dessas Cédulas de Crédito Bancário em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 35,4 milhões, totalizando, aproximadamente, R\$ 283,2 milhões.

III. Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392, no valor de R\$ 120 milhões, para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização da Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 121,5 milhões.

IV. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da Companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 103,0 milhões.

V. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 289,0 milhões.

VI. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 104,0 milhões.

VII- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 1.476,5 milhões. Para outras informações sobre a terceira emissão de debêntures da Companhia, *vide* item 10.1(d) deste Formulário de Referência.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	31 de dezembro de 2011					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
BNP Paribas	2012	5,89	EUR	1.387	-	1.387
		Libor + spread de				52.90
BID - ATE II (10)	2022	1,7 a 2,2% a.a	USD	2.969	49.933	2
		Libor + spread de				92.56
BID - ATE III (10)	2023	1,5 a 1,88% a.a	USD	7.061	85.500	1
Dívida referente a Moeda Estrangeira					135.43	146.8
				11.417	3	50
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	492.83	-	492.8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

					8		38
							46.21
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	23.896	22.319		5
							32.51
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.516	30.000		6
					918.66		918.6
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	1	-		61
							87.06
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	87.064	-		4
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	830	775		1.605
					103.65		111.6
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.027	1		78
							69.92
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.829	34.096		5
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	640	910		1.550
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	-	-		-
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	46.896		46.89
							6
					1.369.		1.369.
Debêntures (1) (13)	2015	IPCA + 7,68*	R\$	385	-		385
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2015	0,042**	R\$	(1.448)	(971)		(1.448)
							(971)
					1.754.		1.754.
Debêntures (1) (13)	2012	CDI + 0,90*	R\$	782	-		782
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2012	0,1051**	R\$	(68)			(68)
		FINEL + 7,50 a					25.60
ELETOBRÁS	2013	8,50	R\$	12.887	12.716		3
							15.33
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.910	7.429		9
							92.97
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	48.207	44.765		2
		TJLP + 5,00 ETJLP					19.91
FINEP	2018	+ 8	R\$	4.274	15.643		7
Consórcio Pipoca (6)	2011	IPCA	R\$	185	-		185
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	864	4.904		5.768
							22.76
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	20.036		8
					348.25		349.5
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.251	4		05
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	135.45	71.644		207.0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

				0		94
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.686	353.097	354.783
						54.80
Banco da Amazônia (4)	2029	TJLP + 4,0	R\$	92	54.715	7
						39.96
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.054	36.907	1
						64.78
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.941	57.843	4
						52.10
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.685	46.424	9
						95.26
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.294	85.973	7
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBNDDES + 4,0%	R\$	237	66.695	66.932
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	60	9.792	9.852
BNDES - NTE-SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBNDDES + 5,0%	R\$	311	1.552	1.863
BNDES - NTE-SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	1.763	8.736	10.499
CEF (10) (13)	2016	117,5 do CDI*	R\$	1.667	5.871	7.538
						48.76
CEF (Custo de Transação) (10) (13)	2016	0,0059**	R\$	10.817	37.951	8
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	70% - Taxa fixa 8,70% a.a	R\$	3	333	336
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	20% - TJLP + 4,2% a.a.	R\$	1	95	96
						18.46
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI + 0,90	R\$	9.264	9.198	2
						670.24
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	7	-	47
						(1.115)
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$)	-)
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) (10) (13)	2012	CDI + 105,5%*	R\$	2.442	8.311	10.753
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) CUSTO TRANS. (10) (13)	2012	0,0019**	R\$	(67)	(101)	(168)
						40.13
BNDES (10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	6.164	33.967	1
BNDES (10)	2018	Cesta de Moedas	R\$	875	6.029	6.904

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		TJLP + 3 a 4,3%				60.70
BNDES (10)	2019	a.a.	R\$	7.806	52.902	8
						15.75
BNDES (10)	2019	Cesta de Moedas	R\$	1.994	13.758	2
						16.10
BNDES (10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	3.177	12.927	4
BNDES (10)	2017	Cesta de Moedas	R\$	426	2.050	2.476
Unibanco	2013	TJLP + 3,8% a.a.	R\$	447	222	669
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1)					196.59	207.1
(10) (13)	2015	CDI + 1,30%*	R\$	10.555	3	48
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10)						
(13)	2015	0,00013**	R\$	(340)	(379)	(719)
DEBENTURES 1ª EMISSÃO(1)					157.84	163.5
(10) (13)	2015	IPCA + 7,91%*	R\$	5.679	3	22
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10)						
(13)	2015	0,00013**	R\$	(167)	(186)	(353)
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1)					462.05	464.6
(10) (13)	2017	106,0% do CDI*	R\$	2.605	1	56
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (CUSTO TRANSAÇÃO) (1) (10)					(1.543)	(2.020)
(13)	2017	0,000069**	R\$	(477)))
						49.58
BNDES (14)	2028	URTJ + 1,97	R\$	1.550	48.038	8
Dívida referente à Moeda				5.669.	2.531.	8.201.
Nacional				388	702	090
				5.680.	2.667.	8.347.
Total Geral				805	135	940

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(4) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

(6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

(9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(12) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia

(13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto LIGHT GER

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em mil):

Em 31 de dezembro de 2010 (Consolidado)

FINANCIADORES	Vencimento	Encargos		Moeda	Não		Total
		Principal	Financeiros Anuais (%)		Circulante	Circulante	
(em milhares)							
MOEDAESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. ⁽¹⁾	2009	3,90	JPY	-	-	-	-
B.N.P. Paribas	2010	Libor+1,875	US\$	-	-	-	-
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.568	1.241	3.809	
UNIBANCO S.A. ⁽²⁾	2009	6,50	US\$	-	-	-	-
UNIBANCO S.A. ⁽³⁾	2009	5,00	US\$	-	-	-	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.568	1.241	3.809	
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.							
	2010	06,00 do CDI	R\$	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	254.741	484.111	738.852	
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	24.549	44.638	69.187	
Banco do Brasil S.A.	2013	07,60 do CDI	R\$	2.208	30.000	32.208	
Banco do Brasil S.A.	2014	04,10 do CDI	R\$	17.842	900.000	917.842	
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	46.143	84.215	130.358	
Banco Votorantim S.A.	2010	13,50 do CDI	R\$	-	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	854	1.551	2.405	
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.055	111.281	119.336	
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	36.603	68.192	104.795	
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	1	1.365	1.366	
Bradesco S.A. ⁽¹⁵⁾	2010	CDI	R\$	-	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2009	CDI+1,20	R\$	-	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2011	04,00 do CDI	R\$	243.038	-	243.038	
Debêntures – Governo do Estado de M. G. ⁽⁴⁾⁽⁶⁾							
	2031	IGP-M	R\$	-	37.083	37.083	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	IPCA+7,68 *	R\$	87.906	1.198.877	1.286.783
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,042 **	R\$	(475)	(1.448)	(1.923)
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2012	CDI+0,90 *	R\$	161.685	1.566.000	1.727.685
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2012	0,1051 **	R\$	(1.643)	(68)	(1.711)
		Finel+7,50 a				
ELETROBRÁS	2013	8,50	R\$	12.591	24.133	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	8.112	14.857	22.969
UNIBANCO S.A	2009	CDI+2,98	R\$	-	-	-
UNIBANCO S.A	2013	CDI+1,70	R\$	49.431	89.531	138.962
Energ Power ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
FINEP ⁽⁹⁾	2015	TJLP+5,00	R\$	2.233	12.769	15.002
ORTENG Equipamentos e Sistemas ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
Construtora Quebec ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	R\$	270	-	270
Unibanco S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	712	5.748	6.460
Banco do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	2.732	22.768	25.500
BNDES ⁽⁷⁾	2033	TJLP+2,40	R\$	-	262.420	262.420
Debêntures ⁽⁷⁾	2013	IPCA	R\$	-	182.188	182.188
BNDES (Repasse) ⁽⁷⁾	2033	TJLP+3,8	R\$	-	247.502	247.502
Banco da Amazônia ⁽⁷⁾	2029	TJLP+4,0	R\$	-	68.656	68.656
BNDES ⁽⁸⁾	2024	TJLP+2,50	R\$	2.758	39.360	42.118
CEF ⁽¹⁰⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	5.327	48.830	54.157
CEF ⁽¹¹⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	6.496	60.632	67.128
CEF ⁽¹²⁾	2021	TJLP+3,50	R\$	7.992	88.609	96.601

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES ⁽¹³⁾	2018	TJLP	R\$	277	1.646	1.923
BNDES ⁽¹³⁾	2018	UMBND	R\$	1.770	10.455	12.225
CEF ⁽¹³⁾⁽¹⁶⁾	2016	17,5 do CDI*	R\$	2.468	10.687	13.155
CEF ⁽¹³⁾⁽¹⁶⁾	2016	0,059 **	R\$	(84)	(168)	(252)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	CDI+1,30 *	R\$	10.610	195.593	206.203
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,013 **	R\$	(299)	(612)	(911)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	IPCA+7,91 *	R\$	4.696	147.595	152.291
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,01 3**	R\$	(226)	(461)	(687)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2017	106 do CDI *	R\$	2.558	462.051	464.609
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2017	0,0069 **	R\$	(475)	(1.965)	(2.440)
Sindicato Bancos Novatrans ⁽¹³⁾	2013	CDI+0,90	R\$	9.328	18.368	27.696
Sindicato Bancos ⁽¹³⁾	2010	CDI+1,50	R\$	-	-	-
BNDES ⁽¹⁴⁾	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.452	67.016	72.468
BNDES ⁽¹⁴⁾	2019	4,50	R\$	1.335	10.385	11.720
Banco Pine ⁽¹⁴⁾	2010	CDI+4,80	R\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Nacional				1.017.571	6.614.390	7.631.961
Total Geral				1.020.139	6.615.631	7.635.770

⁽¹⁾ a ⁽³⁾ Foram contratados *swaps* com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os *swaps*:

(1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

⁽⁴⁾ Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

⁽⁵⁾ Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

⁽⁶⁾ Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

⁽⁷⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

⁽⁸⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

⁽⁹⁾ Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

⁽¹⁰⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

⁽¹¹⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

⁽¹²⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

⁽¹³⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA.

⁽¹⁴⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE.

⁽¹⁵⁾ 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia.

⁽¹⁶⁾ Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas Controladas e instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Cerca de 66,17% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da empresa *holding* CEMIG e cerca de 0,68 % da dívida é garantido por recebíveis da controladora.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco Itaú BBA S.A. e com o Banco Santander (Brasil) S.A. há *covenants* financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Itaú BBA S.A.:

EBITDA/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patrimônio líquido + dívida):	menor ou igual a 53
Dívida/EBITDA:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/EBITDA:	menor ou igual a 90
Investimento/EBITDA:	menor ou igual a 60

Banco Santander (Brasil) S.A.:

Ebitda/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 2,5

Fonte: Companhia

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia requer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelos seguintes itens: (i) fornecimento bruto de energia elétrica; (ii) receita de uso da rede – consumidores livres; (iii) transações com energia na CCEE; (iv) receita de construção de infraestrutura de distribuição; (v) outras receitas operacionais; e (v) impostos e encargos incidentes sobre as receitas.

A Diretoria da Companhia entende que os itens mais significativos da receita são fornecimento de energia elétrica e do uso da rede de distribuição pelos consumidores finais dentro da sua área de concessão, conforme pode ser observado em tabela de composição da receita no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência. A receita com fornecimento bruto de energia decorre dos valores de energia comercializada a consumidores residenciais, comerciais, rurais, industriais e outros e a receita de uso da rede decorre de valores auferidos pela utilização, pelos consumidores, das linhas de distribuição da Companhia.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Diretoria da Companhia entende que os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia estão relacionados na Seção 10.1 deste Formulário de Referência, onde destacamos: (i) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012); (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012; e (iii) aumento de 25,55% no gasto com energia elétrica comprada para revenda, decorrente, principalmente, das exposições financeiras no mercado de curto prazo ocasionada pelo aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados.

a. resultado das operações da Companhia:

Resultado de exercício de 2012 em comparação ao resultado do exercício de 2011

A Companhia apresentou, no exercício de 2012, um resultado de R\$1.919 milhões em comparação ao resultado de R\$1.269 milhões no exercício de 2011, representando um aumento de 51,22%. O resultado foi positivamente impactado pelo aumento de 19,68% na receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 14,74% nos custos e despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*Receita Operacional*

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012	2011	Variação
	R\$ milhões	R\$ milhões	%
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.671	4.152	12,50
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	1.490	1.305	14,18
Receita de Construção	119	92	29,35
Receita de Indenização de Transmissão	192	-	100,00
Transações com energia na CCEE	263	148	77,70
Outras receitas operacionais	25	22	13,64
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.336)	(1.187)	12,55
	5.424	4.532	19,68

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado				Preço Médio – R\$	
	MWh (*)		R\$ milhões			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	20.279.63	19.841.43				
Industrial	3	9	2.791	2.488	137,63	125,39
Comercial	242.626	101.282	64	23	263,78	227,09
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	12	66	-	-
	20.522.25	19.942.72				
	9	1	2.867	2.577	139,70	129,22
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	14.321.54	15.300.80				
	0	1	1.764	1.539	123,17	100,58
Vendas no Proinfa	126.900	120.827	40	36	315,21	297,95
	34.970.69	35.364.34				
	9	9	4.671	4.152	133,57	117,41

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.671 milhões em 2012 em comparação a R\$4.152 milhões em 2011, representando um aumento de 12,50%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Este resultado decorre principalmente do aumento de 2,91% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres associado à variação do preço médio de venda para esses consumidores, que passou de R\$129,22 em 2011 para R\$139,70 em 2012, um aumento de 8,11%.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 6,40%, houve um aumento de 14,62% na receita com energia vendida, R\$1.764 milhões em 2012 comparados a R\$1.539 milhões em 2011, em função do aumento de 22,46% no preço médio de venda da energia, R\$123,17 em 2012 em comparação a R\$100,58 em 2011.

Receita de Concessão da Transmissão e indenização

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.490 milhões em 2012 comparados a R\$1.305 milhões em 2011, um aumento de 14,18%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas no segundo semestre de 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada em conjunto TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$696 milhões em 2012 comparada a R\$564 milhões em 2011.

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579, no valor de R\$192 milhões.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 4 e nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.336 milhões em 2012 comparados a R\$1.187 milhões em 2011, um aumento de 12,55%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE/Proinfa foram de R\$73 milhões em 2012 na comparação com R\$56 milhões em 2011, com aumento de 30,36%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas repassadora deste custo, uma vez que os valores são cobrados dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$49 milhões em 2012 na comparação com R\$59 milhões em 2011, com redução de 16,95%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.428 milhões em 2012 na comparação com R\$2.116 milhões em 2011, representando um aumento de 14,74%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal em 2012 foi de R\$312 milhões, comparados a R\$300 milhões em 2011, representando um aumento de 4,00%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos salários dos empregados em função de acordos coletivos de novembro de 2011 (efeito integral em 2012) e novembro de 2012, com reajustes médios de 8,20% e 4,5%, respectivamente, parcialmente compensado pela redução na quantidade média de empregados que passou de 1.804 em 2011 para 1.760 em 2012.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$63 milhões em 2012 comparados a R\$55 milhões em 2011, representando um aumento de 14,55%. Este resultado decorre principalmente do reajuste salarial ocorrido em 2011 e 2012 conforme mencionado acima e ao melhor resultado financeiro apurado em 2012.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$729 milhões em 2012 comparados a R\$583 milhões em 2011, representando um aumento de 25,04%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização em 2012, com a compra de energia para revenda, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$218 milhões em 2012 na comparação com R\$164 milhões em 2011 representando um aumento de 32,93%. A principal variação ocorreu nos serviços de manutenção e instalações de equipamentos elétricos, advindos principalmente da UNISA - União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (“UNISA”), subsidiária integral da nossa controlada em conjunto TAESA. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 25b das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$118 milhões em 2012 comparados a R\$92 milhões em 2011, representando um aumento de 28,26%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e seu aumento decorre de maior investimento em ativos da concessão no exercício de 2012.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$640 milhões em 2012 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$662 milhões em 2011, uma redução de 3,32%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Renda de Aplicação Financeira: esta receita foi de R\$174 milhões em 2012 comparados a R\$253 milhões em 2011, representando uma redução de 31,23%. Esta redução decorre de menor volume de recursos aplicados em 2012.
- Receita de Variação Cambial: reconhecimento de R\$29 milhões em 2012 advinda, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da controlada em conjunto TAESA.
- Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: em 2012 esta despesa foi de R\$588 milhões comparados a R\$747 milhões em 2011 representando uma redução de 21,29%. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI em 2012 em comparação a 2011. A variação do CDI em 2012 foi de 8,37% comparada a 11,64% em 2011.
- Despesa de Variação Cambial: O valor da despesa com variação cambial foi de R\$44 milhões em 2012 comparados a R\$11 milhões em 2011. O aumento decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada em conjunto TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Variação Monetária das Concessões Onerosas: O valor da variação monetária foi de R\$33 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGP-M que passou de 5,10% em 2011 para 7,82% em 2012.
- Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos: esta despesa foi de R\$130 milhões em 2012 na comparação com R\$88 milhões em 2011. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA em 2012 em comparação a 2011. A variação acumulada do IPCA em 2012 foi de 5,53% comparada a 6,64% em 2011.

1.Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$693 milhões em relação ao Resultado de R\$2.612 milhões, representando um percentual de 26,52%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$484 milhões em relação ao Resultado de R\$1.753 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,60%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11b das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O Lajida da Companhia apresentou um aumento de 29,08% em 2012 na comparação com 2011, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	1.919	1.269	51,22
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	693	484	43,18
+ Resultado Financeiro	640	662	(3,32)
+ Amortização e Depreciação	357	381	(6,30)
= LAJIDA	<u>3.609</u>	<u>2.796</u>	<u>29,08</u>

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Resultado de exercício de 2011 em comparação ao resultado do exercício de 2010

A Companhia apresentou, no exercício de 2011, um resultado de R\$1.269 milhões em comparação ao resultado de R\$1.084 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 17,07%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*Receita Operacional*

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2011 R\$ milhões	2010 R\$ milhões Reclassificado	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.300	3.703	16,12
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	1.305	1.058	23,35
Receita de Construção	92	163	(43,56)
Outras receitas operacionais	22	28	(21,43)
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.187)	(1.026)	15,69
	<u>4.532</u>	<u>3.926</u>	<u>15,44</u>

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado				Preço Médio – R\$	
	MWh (**)		R\$ milhões			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Industrial	19.841.439	18.644.010	2.488	2.079	125,40	111,51
Comercial	101.282	56.067	23	15	229,44	272,87
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	65	14	-	-
	<u>19.942.721</u>	<u>18.700.077</u>	<u>2.576</u>	<u>2.108</u>	<u>129,21</u>	<u>112,75</u>
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	15.300.801	15.253.926	1.539	1.446	100,57	94,80
Transações com energia na CCEE	3.797.573	2.401.305	149	125	39,04	51,94
Vendas no Proinfa	120.827	84.771	36	24	298,08	280,49
Total	<u>39.161.922</u>	<u>36.440.079</u>	<u>4.300</u>	<u>3.703</u>	<u>109,79</u>	<u>101,62</u>

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.300 milhões em 2011 em comparação a R\$3.703 milhões em 2010, representando um aumento de 16,12%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 6,65% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização de energia em 2011. Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 6,43% na receita com energia vendida, R\$1.539 milhões em 2011 comparados a R\$1.446 milhões em 2010, em função do aumento de 6,09% no preço médio de venda da energia, R\$100,57 no exercício de 2011 em comparação a R\$94,80 no exercício de 2010.

Receita de Concessão da Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.305 milhões em 2011 comparados a R\$1.058 milhões em 2010, um aumento de 23,35% em decorrência, principalmente, da atualização monetária do ativo de transmissão da TAESA, com um impacto no resultado da Companhia de R\$178 milhões. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da TAESA a partir de julho de 2011, no percentual de 9,77%.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.187 milhões comparados a R\$1.026 milhões em 2010, um aumento de 15,69%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$59 milhões em 2011 comparados a R\$46 milhões em 2010, representando um aumento de 28,26%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$38 milhões em 2011 na comparação com R\$37 milhões em 2010, com aumento de 2,70%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.116 milhões em 2011 na comparação com R\$1.947 milhões em 2010, representando um aumento de 8,68%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$583 milhões em 2011 comparados a R\$371 milhões em 2010, representando um aumento de 57,14%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$300 milhões em 2011 comparados a R\$307 milhões em 2010, representando uma redução de 2,28%. Este resultado decorre, principalmente, da redução do número de empregados médios, que foi de 1.804 em 2011 e 1.922 em 2010, uma variação de 6,14%, compensando o aumento nos salários em função dos acordos coletivos de novembro de 2010 (efeito integral em 2011) e novembro de 2011, com reajustes médios de 7% e 8,20% respectivamente.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$55 milhões em 2011 comparados a R\$75 milhões em 2010, representando uma redução de 26,67%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$11 milhões relativo à Participação Extraordinária adicional prevista no Acordo Coletivo de Trabalho de 2009.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$164 milhões em 2011 na comparação com R\$149 milhões em 2010 representando um aumento de 10,07%. A principal variação ocorreu nos serviços de consultoria, parcialmente compensado com a redução de custos com cortes e religações de consumidores. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 24b das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$12 milhões em 2011 comparados a uma reversão de provisão de R\$9 milhões em 2010. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de provisões de contingências trabalhistas e provisões para créditos de liquidação duvidosa em 2010 para adequação às expectativas de perdas da Companhia. Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$92 milhões em 2011 comparados a R\$164 milhões em 2010, representando uma redução de 43,90%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e sua redução decorre de menor investimento em ativos da concessão no exercício de 2011.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O Lajida da Companhia apresentou um aumento de 18,83% em 2011 na comparação com 2010. O expressivo aumento do Lajida em 2011 decorre basicamente do incremento de 15,44% na receita líquida, resultado da maior atividade de comercialização, em comparação a um menor crescimento nas despesas, de 8,68%, refletindo a otimização de custos implementada pela Companhia.

LAJIDA - R\$ mil	2011	2010	Var %
Resultado do Exercício	1.269	1.084	17,07
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	484	382	26,70
+ Resultado Financeiro	662	513	29,04
+ Amortização e Depreciação	381	374	1,87
= LAJIDA	<u>2.796</u>	<u>2.353</u>	<u>18,83</u>

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$662 milhões em 2011 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010, um aumento de 29,04%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$747 milhões em 2011 comparados a R\$642 milhões em 2010. Esse aumento decorre basicamente dos novos empréstimos e financiamentos obtidos em 2011 e da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$88 milhões em 2011 na comparação com R\$67 milhões em 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA em 2011 em comparação a 2010. A variação acumulada do IPCA em 2011 foi de 6,50% comparada a 5,91% em 2010;
- despesa líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$1 milhão em 2011 na comparação a uma receita líquida de R\$37 milhões em 2010. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2011 o IGPM apresentou variação positiva de 5,1% e, em 2010, uma variação de 11,32%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$484 milhões em relação ao Resultado de R\$1.753 milhões, representando um percentual de 27,60%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao Resultado de R\$1.466 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 26,06%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2010 em relação a 2009:

- Redução de 42,13% no caixa consolidado, R\$3.044 milhões em 2009 comparados com R\$1.762 milhões em 2010, decorrente substancialmente do programa de investimentos e pagamento de dividendos ocorridos em 2010 conforme maiores detalhes no fluxo de caixa da Companhia.
- Aumento de 41,24% nos ativos financeiros da concessão registrados no Longo Prazo, no montante de R\$914 milhões, em função da aquisição de participação adicional na TAESA (para maiores de detalhes *vide* item 10.2 de Formulário de Referência), com a consolidação dos ativos financeiros da controlada em conjunto.
- Redução em 2010 do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no curto prazo, R\$1.020 milhões em 2010 comparados a R\$4.620 milhões em 2009. No ano de 2009 a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos, sendo obtido o consentimento dos seus credores após a data de 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, em atendimento as novas normas contábeis, todos os empréstimos com cláusulas restritivas foram transferido em 2009 do curto para o longo prazo e reclassificados novamente para o longo prazo em 2010.

Resultado de exercício de 2010 em comparação ao resultado do exercício de 2009

A Companhia apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$1.084 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.103 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 1,72%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010 (reclassificado)	2009	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.703	3.621	2,26
Receita de uso da rede –com impostos	1.058	667	58,62
Receita de Infraestrutura de transmissão – com impostos	163	122	33,61
Outras receitas operacionais	28	25	12,00
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.026)	(899)	14,13
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.926	3.536	11,03

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.703 milhões em 2010 em comparação a R\$3.621 milhões em 2009, representando um aumento de 2,26%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 13,80% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, compensada pela redução do preço médio por MWh em 2010. A receita, com consumidores livres, foi de R\$2.108 milhões em 2010 comparados a R\$1.765 milhões em 2009. A tarifa média de venda em 2010 foi de R\$112,75 na comparação com R\$107,48 em 2009, um aumento de 4,90%.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, reduziu em 3,41%, com uma diminuição na receita advinda dessa venda no montante de R\$214 milhões. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento da energia para clientes livres.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, a operação e manutenção à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Companhia e suas controladas, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Cemig, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A Receita de uso da rede foi de R\$1.058 milhões em 2010 na comparação com R\$667 milhões em 2009, um aumento de 58,62%. Este aumento deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa média de transmissão e da aquisição da Controlada TAESA no final de 2009, sendo a receita originada dessa controlada reconhecida integralmente no resultado de 2010 em comparação a apenas 2 meses de 2009.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.026 milhões comparados a R\$899 milhões em 2009, um aumento de 14,13%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre à receita são como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$46 milhões em 2010 comparados a R\$25 milhões em 2009, representando um aumento de 84,00%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$37 milhões em 2010 na comparação com R\$29 milhões em 2009, com aumento de 27,59% e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.946 milhões em 2010 na comparação com R\$1.723 milhões em 2009, representando um aumento de 12,94%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal em 2010 foi de R\$307 milhões em 2010 na comparação com R\$309 milhões em 2009, sem apresentar variação relevante. Deve ser destacada a redução de 10,68% no quadro de empregados da Companhia, que passou de 2.041 em 2009 para 1.823 em 2010. Essa redução foi obtida em função do Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia, que teve uma despesa relacionada a sua implementação de R\$41 milhões em 2009 contra R\$15 milhões no mesmo período de 2010 (ajuste da provisão de 2009).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroEnergia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$371 milhões em 2010 comparados a R\$149 milhões em 2009, representando um aumento de 148,99%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$149 milhões em 2010 na comparação com R\$151 milhões em 2009, sem apresentar variação expressiva. Os principais custos estão relacionados a meio ambiente, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e conservação, vigilância e limpeza de prédios.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$374 milhões em 2010 na comparação com R\$445 milhões em 2009, uma redução de 15,96%.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$82 milhões em 2010 na comparação com R\$52 milhões em 2009, um aumento de 57,69%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com arrendamento e aluguéis, seguros e taxa de fiscalização.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 4,21% em 2010 na comparação com 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	1.084	1.103	(1,72)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	382	433	(11,78)
+ Resultado Financeiro	513	277	85,20
+ Amortização e Depreciação	374	445	(15,96)
= LAJIDA	<u>2.353</u>	<u>2.258</u>	<u>4,21</u>

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	15	41	(63,41)
= LAJIDA AJUSTADO	<u>2.368</u>	<u>2.299</u>	<u>3,00</u>

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$277 milhões em 2009, um aumento de 85,20%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 62% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$243 milhões em 2010 na comparação com R\$150 milhões em 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados em 2010 na comparação com 2009 tendo em vista o maior volume de recursos disponíveis;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$358 milhões em 2009. Este aumento decorre do aumento do endividamento da Companhia no final de 2009, com a emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (*commercial papers*), no montante de R\$2.700 milhões, liquidadas em março de 2010 através da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures no mesmo valor;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$67 milhões em 2010 na comparação com R\$5 milhões em 2009, decorrente da maior variação em 2010 dos índices inflacionários utilizados como indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia;
- receita líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$37 milhões em 2010 na comparação a uma despesa de R\$6 milhões em 2009. Este resultado decorre da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2010 o IGPM apresentou variação positiva de 11,32% e, no mesmo período do ano anterior, apresentou variação negativa de 2,58%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao lucro de R\$1.466 milhões, representando um percentual de 26,06%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$433 milhões em relação ao lucro de R\$1.536 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

28,19%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia possui contratos de venda de energia aos seus consumidores industriais e também às distribuidoras de energia elétrica que possuem cláusulas de correção baseadas na variação dos índices inflacionários, principalmente Índice Geral do Mercado (“IGP-M”) e Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

A Companhia possui contratos de venda de energia a seus consumidores industriais indexados a variação do dólar norte-americano, entretanto, esses contratos representam um percentual reduzido da receita da Companhia, não provocando efeitos expressivos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional da Companhia em função da inflação decorrem do aumento da receita referente aos contratos de venda de energia indexados a índices inflacionários, conforme mencionado no item anterior.

O resultado financeiro da Companhia é impactado principalmente pela variação da taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro CDI e IPCA, tendo em vista que 35,75% e 41,27% da dívida da Companhia está vinculada a estes indexadores, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia entendem que nos últimos três exercícios sociais não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação acionária – ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a controlada em conjunto Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) celebrou contratos de compra e venda de ações com o Grupo Abengoa, sendo o primeiro relativo a 100% de uma concessão e o segundo, à participação de 50% em sociedade com o Grupo Abengoa composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica. A TAESA adquiriu (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. – UNISA) no capital social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e, e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. A operação aumentou a participação da Taesa no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6%, em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A Companhia pagou por esta aquisição, com os recursos oriundos de sua 4ª emissão de notas promissórias, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações, o valor total de aproximadamente R\$1,17 bilhão em 29 de novembro de 2011, quando da conclusão da operação.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da Unisa pela Taesa

Em 16 de março de 2012, a TAESA celebrou com o Grupo Abengoa um contrato para aquisição dos 50% remanescentes do capital da UNISA. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estavam, à época, sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas. Em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pelo Grupo Abengoa no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), em 04 de julho de 2012.

Com base no exposto acima, a UNISA entre 30 de novembro de 2011 e 03 de julho de 2012 era controlada em conjunto pela TAESA e pelo Grupo Abengoa e, a partir de 03 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$ 876.193, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$ 902.390, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$ 27.717 e de contas a pagar no valor de R\$ 1.520, na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Aquisição da Norte Energia S.A.

Os Conselhos de Administração da Companhia e da Light S.A. (“Light”) aprovaram, em outubro de 2011, a aquisição de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão para construção e operação da UHE Belo

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Monte. A aquisição foi realizada através da Amazônia Energia, empresa na qual a Light detém 51% das ações ordinárias e a Companhia detém 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. O preço total pago em 01 de novembro de 2011 pela aquisição das ações da NESA foi de R\$88.424, e se refere ao reembolso dos valores aportados até o momento pelos vendedores, corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo até 26 de outubro de 2011.

c. eventos ou operações não usuais:

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis em 2012 nem em 2011.

As primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS foram em 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das orientações técnicas de nº de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

a) Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de transmissão de energia e de geração eólica, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de transmissão:

Na atividade de transmissão a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita anual permitida (RAP) durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização (para os casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como um Ativo Financeiro.

Os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Cemig GT, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto, são como segue:

Concessões de transmissão novas:

Para as novas concessões de transmissão, os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor justo, que inclui, para alguns contratos, margem de lucro.

Deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como um ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Também para as novas concessões foi registrada no ativo, durante o período da construção, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, ajustada pelo valor justo.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Os impactos no Patrimônio Líquido em função da adoção do ICPC 01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa.

Concessões de transmissão antigas:

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia considera que em função do volume e idade dos ativos, não haveria condições de aplicar a ICPC.01 de forma retroativa. Dessa forma, com base na aprovação do seu Conselho de Administração em 28 de março de 2011, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente alocados como um ativo financeiro.

Os impactos no patrimônio líquido em função da adoção do ICPC.01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa, sendo que para as concessões de transmissão antigas não ocorreu impacto, tendo em vista que foram utilizados na adoção os saldos contábeis originalmente registrados.

Aplicação na atividade de geração eólica:

A interpretação técnica ICPC.01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente depreciados durante o período de vigência da concessão.

Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.

Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, foram transferidos para o ativo intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

b) Pronunciamento CPC. 27 (IAS 16) e Interpretação Técnica ICPC.10 – Ativo Imobilizado

A Companhia fez uma avaliação do valor justo dos seus ativos de geração mais antigos registrados nas controladas e controladas em conjunto Cemig GT, Sá Carvalho, Rosal, Horizontes, Light e Cemig PCH, sendo contratada empresa

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

especializada para avaliação dos ativos de geração e Light Energia e a definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que a Companhia adotou aquelas estimadas e definidas pela ANEEL.

Para os demais ativos de geração, a Companhia entende que os valores contábeis refletem basicamente o seu valor justo, não sendo feita nova avaliação dos ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio Líquido da Companhia.

c) Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão - Outorgas onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir do exercício de 2010, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

O Ativo Intangível é amortizado a partir da entrada em operação da usina, sendo que a obrigação registrada a valor presente no passivo também é atualizada mensalmente com base nas premissas financeiras que foram utilizadas para registro inicial dessa obrigação.

d) Pronunciamento CPC.20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

Em função do pronunciamento mencionado, foram alterados os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a obras específicas.

Esse procedimento implica na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

e) Pronunciamento CPC.27 (IAS 16) e ICPC.01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Até o exercício de 2009 a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, através de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$2.204.

f) Pronunciamento CPC.33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC.33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, determina que na adoção do Pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 ainda não reconhecidos e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$147.646 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 01 de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC.33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$111.550, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

g) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais – IASB desde 2005, através de consecutivas reuniões do IFRIC (Comitê de Interpretações de Normas Contábeis).

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

recebimento de contribuições. Em 2010, devido ao número expressivo de contribuições recebidas, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para o último trimestre de 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 29 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

h) Pronunciamento CPC 32 (IAS 12) – Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Apenas as ênfases abaixo:

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 1.353.287 mil (R\$ 1.279.002 mil no Consolidado). O efeito proporcional na Companhia é de R\$ 127.900 mil. Na referida nota explicativa estão descritos os planos da Administração da Madeira Energia S.A. para equalização da situação do capital circulante líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 11.510.013 mil, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o primeiro trimestre de 2012. O montante proporcional à Companhia é de R\$ 1.151.001 mil no ativo imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A 1ª ênfase mencionada acima destaca a única diferença entre o IFRS e as demonstrações contábeis individuais da Companhia, elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionada à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas.

A 2ª ênfase destaca a situação do capital circulante negativo da Madeira, sendo necessário o aportes de recursos dos acionistas, estimados em R\$2.881 milhões em 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Os recursos para garantir o cumprimento das obrigações estão previstos no orçamento da Companhia.

A 3ª ênfase está relacionada à necessidade de aportes na controlada Madeira Energia para a manutenção das suas atividades, tendo em vista que ainda se encontra em atividade pré-operacional. Os recursos para garantir a continuidade das suas atividades estão previstos no orçamento da Companhia.

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Apenas as ênfases abaixo:

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado.

A 1ª ênfase mencionada acima destaca a única diferença entre o IFRS e as demonstrações contábeis individuais da Companhia, elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionada à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas.

A 2ª ênfase está relacionada à necessidade de aportes na controlada Madeira Energia para a manutenção das suas atividades, tendo em vista que ainda se encontra em atividade pré-operacional. Os recursos para garantir a continuidade das suas atividades estão previstos no orçamento da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2012, com base nos critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos e compra de venda de energia, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.801.336	1.066.394	940.515	383.652	1.144.840	2.803.586	8.140.323
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	11.593	12.288	13.025	13.807	14.635	119.057	184.405
Compra de Energia	1.467.056	1.487.835	1.166.490	1.102.969	1.544.411	28.188.825	34.957.586
	3.279.985	2.566.517	2.120.030	1.500.428	2.703.886	31.111.468	43.282.314

Fonte: Companhia

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Despesas futuras com compra de energia

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia. Nestes casos, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Taxas, Depreciação e Amortização), ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA, garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros dois anos do horizonte máximo de cinco anos abrangido pelo *Guidance*.

O prazo de validade é de um ano ou até a data de uma revisão do *Guidance* justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do *Guidance* são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos, conhecidos ou não. Não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da Diretoria da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais como o ambiente macroeconômico, as condições de mercado do setor elétrico e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Companhia, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos resultados de operações futuras da Companhia, planos e objetivos bem como outros fatores. Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Companhia, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Companhia, favor consultar item “4.1. - Fatores de Riscos” neste Formulário de Referência e no “Form 20F” arquivado na U.S. Securities and Exchange Commission – SEC.

Principais Premissas

- Planejamento das empresas existentes, sem novas aquisições ou participações em leilões.
- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes às normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards*, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros foram elaborados pelas consultorias especializadas MCM Consultores Associados Ltda. e, posteriormente, LCA Consultores Ltda. (a partir de 2012), que tiveram como foco principal os desempenhos da economia mineira, nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxa de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores livres.
- Expectativa de preços de venda futuros para contratos firmados com consumidores livres.
- Estratégias de comercialização.
- Evolução da receita de transmissão.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional (“PMSO”), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória (negócio transmissão) e melhores práticas de mercado (negócio geração).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos PMSO.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- EBITDA e Lucro Líquidos das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária e que são registrados no demonstrativo de resultado da Companhia através dos métodos de equivalência patrimonial ou consolidação plena.
- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se os PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos PMSO e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Companhia objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

Além disso, ressalta-se que os valores verificados relativos a 2010 foram apurados de acordo com o padrão contábil vigente à época, para que fosse mantida a comparabilidade dos dados, tendo em vista que as projeções dos referidos *Guidance* foram elaboradas antes da adoção plena dos IFRS no exercício de 2010. Dessa forma, os valores considerados como verificados neste item do Formulário de Referência necessariamente devem ser diferentes dos valores divulgados nas demonstrações de resultados oficiais do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010. Ressalta-se ainda que, a partir de 2010, as faixas de LAJIDA do *Guidance* da Companhia são apresentadas no formato consolidado.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO - GT

INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE 2010							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2010 (antes de IFRS)		2011		2010 (antes de IFRS)		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.182	2.666	2.479	3.030	2.311	5,9%	-13,3%

GUIDANCE 2011							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2011		2012		2011		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.603	3.182	2.716	3.319	2.795	7,4%	-12,2%

GUIDANCE 2012							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2012		2013		2012		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.700	3.400	2.820	3.450	3.609	33,7%	6,1%

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

sbs/cfsr

8/4/2013

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

- a) **informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

A Companhia apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

- b) **quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. deste Formulário de Referência. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2010

Para o ano de 2010, primeiro ano das projeções do Guidance 2010, o LAJIDA verificado na Cemig GT ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 5,9% acima do limite inferior e 13,3% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (6,3% superior ao limite inferior e 7,6% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig GT a serem discriminados em relação aos resultados de 2010.

Guidance 2011

Para o ano de 2011, primeiro ano das projeções do Guidance 2011, o LAJIDA verificado na Cemig GT ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 7,4% acima do limite inferior e 12,2% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (5,3% superior ao limite inferior e 6,0% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig GT a serem discriminados em relação aos resultados de 2011.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Guidance 2012

Os principais fatores que impactaram positivamente os resultados de 2012 são:

- Indenização pela renovação dos ativos de transmissão preconizados pela MP 579;
 - Elevação do PLD com consequente aumento na receita de transação de energia na CCEE.
- c) **quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

O Guidance 2012-2016 foi divulgado, em 28 de maio de 2012, no XVII Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia;
- iii) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- iv) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00¹.
- v) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- vi) convocar a Assembleia Geral;
- vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- viii) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- ix) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a auditar companhias abertas;
- x) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- xi) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;
- xii) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;
- xiii) aprovar o plano diretor, o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual da Companhia, bem como suas alterações e revisões;
- xiv) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual da Companhia aprovado;
- xv) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- xvi) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;
- xvii) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;
- xviii) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e
- xix) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, mediante proposta da Diretoria Executiva.

Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de transmissão, nos termos da legislação.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia. Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- i) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;
- ii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- iii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, o qual deverá refletir o plano plurianual e estratégico da Companhia então vigente, assim como suas revisões;
- iv) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹, com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado plano plurianual e estratégico da Companhia e o orçamento anual;
- v) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00¹;
- vi) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual da Companhia aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvada a competência do Diretor de Gestão Empresarial para a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e contratações correspondentes, de valor inferior a R\$ 2.800.000,00²;
- vii) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;
- viii) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹;
- ix) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00¹;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- x) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00¹, mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;
- xi) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observada a competência do Diretor Presidente para, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, propor à Diretoria as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- xii) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual aprovado; e
- xiii) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observada a competência do Conselho de Administração para autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, e a competência da Diretoria Executiva para autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹.

Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo IGP-M, da FGV.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas, na forma do seu Regimento.

Comitês e Suas Atribuições

Os Comitês do Conselho de Administração não têm função executiva ou poder de decisão, mas têm como finalidade assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho.

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração – tem como atribuição avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – tem como atribuição propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Recursos Humanos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Estratégia – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor da Companhia, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual da Companhia, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, covenants/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, pay back, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 3 de agosto de 2010.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Cada Comitê deverá:

- i) ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- ii) buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;
- iii) ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- iv) atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- v) buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- vi) informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- vii) adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornando-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- viii) estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e
- ix) atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Os Comitês, exceto o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, deverão obrigatoriamente apreciar e emitir parecer sobre os assuntos específicos constantes das suas atribuições.

Os Comitês deverão apreciar e dar parecer sobre os assuntos de sua área de interesse, ainda que não previstos explicitamente no respectivo Regimento Interno, desde que a sua apreciação e parecer tenham sido expressamente solicitados por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado.

- b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente. A data de criação de cada um dos comitês está indicada no item “a” acima.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme determinado em seu Regimento Interno, está prevista avaliação anual do Conselho de Administração por seus membros através de formulário de auto avaliação e avaliação do órgão por cada membro. Essa avaliação não possui, atualmente, nenhuma relação com a remuneração dos conselheiros.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva não são submetidos, atualmente, a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

- d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- ii) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do plano plurianual e estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- iv) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- v) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- vi) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- vii) conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;
- viii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- ix) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

O Diretor Vice-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- ii) propor a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iii) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- iv) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- v) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- vi) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; e
- vii) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

O Diretor de Finanças e Relações com Investidores tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- ii) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- iv) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- v) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- vi) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no plano plurianual e estratégico da Companhia;
- vii) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no plano plurianual e estratégico da Companhia e no orçamento anual;
- viii) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ix) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- x) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;
- xi) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- xii) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
- xiii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- xiv) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;
- xv) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e
- xvi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

O Diretor de Gestão Empresarial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover pessoal adequado à Companhia;
- ii) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- iii) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- iv) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- v) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- vi) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- vii) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- viii) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- ix) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- x) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- xi) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- xii) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- xiii) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- xiv) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- xv) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00²;
- xvi) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;
- xvii) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador; e
- xviii) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Diretor de Distribuição e Comercialização tem como atribuições e poderes individuais, conforme o Estatuto Social da Companhia Energética de Minas Gerais:

- i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;
- ii) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;
- iii) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;
- iv) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- v) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- vi) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;
- vii) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- viii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;
- ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- x) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;
- xi) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;
- xii) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades; e
- xiii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Geração e Transmissão tem como atribuições e poderes individuais:

- i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;
- ii) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iii) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- iv) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- v) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- vi) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- vii) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico –ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abrage e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;
- viii) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- ix) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;
- x) propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- xi) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;
- xii) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- xiii) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- xiv) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos; e
- xv) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor Comercial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- ii) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iii) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- iv) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;
- v) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- vi) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- vii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- viii) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- ix) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- x) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- xi) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;
- xii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Desenvolvimento de Negócios tem como atribuições e poderes individuais:

- i) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- ii) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iii) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;
- iv) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;
- v) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
- vi) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- vii) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;
- viii) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
- ix) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- x) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;
- xi) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;
- xii) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);
- xiii) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- xiv) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- xv) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;
- xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;
- xviii) representar a Companhia nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;
- xix) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

O Diretor de Gás tem como atribuições e poderes individuais:

- i) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;
- ii) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;
- iii) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;
- iv) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;
- v) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;
- vi) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;
- vii) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- viii) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;
- ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- x) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

O Diretor Jurídico tem como atribuições e poderes individuais:

- i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;
- ii) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;
- iii) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;
- iv) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

O Diretor de Relações Institucionais e Comunicação tem como atribuições e poderes individuais:

- i) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- ii) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- iii) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- iv) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- v) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;
- vi) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- vii) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- viii) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- ix) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;
- x) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- xi) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;
- xii) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;
- xiii) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes; e
- xiv) conduzir as atividades de ouvidoria.

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no Estatuto Social da Companhia, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria
Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos Comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva não são submetidos a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

- (1) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Atualmente este valor é de R\$ 15.864.031,01.
- (2) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Atualmente este valor é de R\$ 3.172.806,20.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	17/05/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	17/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Gestão Empresarial			
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	17/05/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	17/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor Comercial			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	17/05/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0
374.076.436-87	Advogada e Contadora	19 - Outros Diretores	17/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretora Jurídica			
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	23/11/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0
070.853.896-72	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	23/11/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Gás			
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1ª RCA após a AGO de 2015	0
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	09/05/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Desenvolvimento de Negócios.			
Ricardo José Charbel		Pertence apenas à Diretoria	23/11/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0
383.259.856-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/11/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor, sem denominação específica.			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	17/05/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
007.940.236-49	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	17/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	17/05/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	17/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016.	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores Diretor de Geração e Transmissão	09/05/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	17/05/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2015.	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores Diretor de Relações Institucionais e Comunicação	17/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO de 2016.	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Tadeu Barreto Guimarães		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
370.853.526-04	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Empregado.					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Guy Maria Villela Pachcoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
000.976.836-04	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
603.695.316-04	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Empregado.					
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
009.880.816-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Wando Pereira Borges		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
000.289.756-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Leonardo Maurício Colombini Lima		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
065.276.716-87	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Joaquim Francisco de Castro Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
026.491.797-91	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Danilo de Castro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO a realizar-se em 2016	0
064.447.416-53	Aposentado e Servidor Público	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Custódio Antônio de Mattos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
221.421.507-72	Servidor Público	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
José Pais Rangel		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO a realizar-se em 2016	0
239.775.667-68	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não ocupa outro cargo/função no emissor.					
José João Abdalla Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO a realizar-se em 2016	0
245.730.788-00	Servidor Público	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não ocupa outro cargo/função no emissor.					
Luiz Augusto de Barros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO de 2016.	0
076.215.406-30	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Marina Rosenthal Rocha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO de 2016.	0
060.101.836-26	Engenheira Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Flávio Miarelli Piedade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO de 2016.	0
703.736.396-00	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015.	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até AGO de 2015.	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drummond		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até AGO de 2015.	0
026.939.257-20	Jornalista e Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até AGO de 2015.	0
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até AGO de 2015.	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até AGO de 2015.	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Lauro Sander		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015.	0
130.841.600-82	Bancário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até AGO de 2015.	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Salvador José Cardoso de Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015.	0
302.074.607-87	Bancário e Economiário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/função no emissor.					
Bruno Gonçalves Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
075.851.006-39	Contabilista/Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%

Não exerce outro cargo no emissor.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

Nascido em 1969, o Sr. Frederico Pacheco de Medeiros, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1992. Foi assessor jurídico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Na data deste Formulário de Referência, ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig,

O Sr. Frederico Pacheco de Medeiros não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Nascido em 1958, o Sr. José Raimundo Dias Fonseca graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Concluiu o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá - FUPAI/EFEL. Concluiu o curso de Pós-graduação em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em Management of Electric Power Utilities em Estocolmo, Suécia. No período de 2008 a 2009 ocupou de Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL. No período de 2007 a 2011 foi Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, em que foi responsável pela coordenação, gestão, execução, controle e liquidação das operações de compra e venda de energia e potência no atacado nos mercados brasileiros e sul-americano visando atender às necessidades de energia da Companhia. Desde 2011 ocupa o cargo de Diretor Comercial da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A., e da Cemig Distribuição S.A.

O Sr. José Raimundo Dias Fonseca não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

Nascida em 1960, a Sra. Maria Celeste Morais Guimarães graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (“UFMG”) em 1983, em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1987 e em Administração pela mesma instituição em 1985. Concluiu o curso de especialização em Direito Comercial pela UFMG em 1997 e concluiu Mestrado em Direito pela mesma instituição em 2002. Concluiu Doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual - CONREGGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - CONACI entre 2007 e 2009. É colaboradora e membro da Comissão de Energia da Comissão de Direito da Ordem dos Advogados do Brasil. É, também, conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil. Desde 2010, é conselheira certificada do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Desde 1988, é professora adjunta das Faculdades Milton Campos. Foi professora assistente da UFMG de 2006 a 2008. Entre 2006 e 2008 foi diretora do departamento de direito empresarial do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Na data deste Formulário de Referência, ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, da Cemiga Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

A Sra. Maria Celeste Morais Guimarães não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

Nascido em 1946, o Sr. José Carlos de Mattos é administrador de empresas e professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período, ocupou a diretoria do BIAPE - Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e, entre 2003 e 2005, atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVIMINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais - Gasmig, entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, Cemig Distribuição e da Cemig GT de 2007 a 2010. Entre 2010 e 2012 exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia, Cemig Distribuição e da Cemig GT. Em, 23 de novembro de 2012 foi eleito Diretor de Gás da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., e diretor presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig.

O Sr. José Carlos de Mattos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Nascido em 1960, o Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto é membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros desde 2005. É membro do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2007. É membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS desde 2008. É membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom desde 2010. É membro do Conselho de Administração da Light e da Light SESA desde 2010. É membro do Conselho de Administração da Renova Energia desde 2011. Além disso, foi Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e da Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 2007 a 2008. Foi Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A. de 2008 a 2010. É Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2010. Ademais, é membro do Conselho de Administração das Empresas do “Grupo TBE”: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica – Lumitrans, desde 2011.

O Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Nascido em 1959, o Sr. Ricardo José Charbel é formado em Engenharia Elétrica - na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG em 1981. É pós-graduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Gradou-se em Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie - São Paulo em 1994. Fez MBA Empresarial e Gestão de Negócios no IBMEC. Participou do Programa Trilhas da Liderança Internacional - Fundação Dom Cabral em 2011. Atua na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde 1983, tendo exercido o cargo de Analista de Sistemas, Engenheiro, Gerente de Divisão, Gerente de Relacionamento Comercial, Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos, Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição e, atualmente, exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e da Cemig Distribuição S.A., além de ser Diretor sem denominação específica da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Ricardo José Charbel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Nascido em 1945, o Sr. Arlindo Porto Neto graduou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004, ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de 1996 a 1998. De 1991 a 1994, foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas, de 1983 a 1988. Na data do presente Formulário, ocupa a vice-presidência da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

O Sr. Arlindo Porto Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Nascido em 1949, o Sr. Luiz Fernando Rolla graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1974. Iniciou sua carreira na Companhia em 1974 e ocupou o cargo de Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e project finance. Foi Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de Relações com Investidores pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - Apimec e, ainda, pela IR Magazine, em 2006. Na data deste Formulário de Referência, é Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

O Sr. Luiz Fernando Rolla não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Nascido em 1957, o Sr. Luiz Henrique de Castro Carvalho graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1982. Concluiu Pós Graduação pela mesma instituição em Análise de Sistemas com ênfase em Suporte Mainframe em 1983. Em fevereiro de 2000, concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas - FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás - CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de 1983 a 1984. Iniciou sua carreira na Companhia como Analista de Suporte no Grupo Software e Apoio em 1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Departamento de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais Gasmig, no ano de 2008, Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia e é na data deste Formulário de Referência é Diretor de Geração e Transmissão da Companhia, e da Cemig GT, e Diretor sem denominação específica da Cemig D. Além das suas atribuições na Companhia, é Diretor da Horizontes Energia S.A., desde 2002, assumindo o cargo de Diretor Presidente em 2010, que exerce até a presente data. É membro do Conselho de Administração da Central Termelétrica de Cogeração S.A. desde 2004 e membro efetivo do Conselho de Administração da Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia - CGET desde 2005. É membro suplente do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. desde 2005 e ocupa o cargo de Diretor Técnico desde 2011. Dentre outras funções, exerceu os cargos de Diretor Administrativo do Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig - CLIC no período de 1999 a 2003, Diretor de Ação Social na Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais - SUCESU/MG, de 2000 a 2002, Diretor Presidente da Associação Intergerencial da Cemig - AIC, de 2005 a 2007, Diretor Presidente da Sá Carvalho S.A. desde 2009, Diretor Presidente da Rosal Energia S.A. desde 2011 e Diretor Presidente da UTE Barreiro S.A. desde 2010. É Diretor da Cemig Capim Branco Energia S.A. desde 2011, Diretor da Cemig PCH S.A. desde 2010, Diretor da UTE Ipatinga desde 2009 e Diretor da Cemig Baguari Energia S.A. desde 2009.

O Sr. Luiz Henrique de Castro Carvalho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Nascido em 1951, o Sr. Luiz Henrique Michalick graduou-se em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas, entre 1986 e 1987. Foi assessor de imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Companhia, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 o cargo de Superintendente de Comunicação Empresarial, no qual permaneceu de 2003 a 2011. Na data deste Formulário de Referência, ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Luiz Henrique Michalick não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Nascido em 26 de março de 1966, o Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz foi técnico Administrativo da Cemig Distribuição S.A. Membro titular do Comitê do Prosaúde da Forluz (de 2006 a 2010). Desde 2009, Membro Efetivo do Conselho Conselho de Administração Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Nascido em 30 de abril de 1938, o Sr. Eduardo Borges de Andrade Empresa na Andrade Gutierrez S.A Membro do Conselho de Administração. Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A. Presidente do Conselho de Administração. Empresa: Administradora São Miguel S.A – Holding que possui 33% das ações da Andrade Gutierrez S.A Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Empresa: CCR S.A. Presidente do Conselho de Administração. Empresa: LIGHT S.A. Presidente do Conselho de Administração. Fundação: Fundação Dom Cabral Membro do Conselho Curador Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A, Presidente do Conselho de Administração. Empresa: CCR S.A, Presidente do Conselho de Administração. Empresa: LIGHT S.A, Presidente do Conselho de Administração. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Eduardo Borges de Andrade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Nascido em 5 de julho de 1960, o Sr. Tadeu Barreto Guimarães integra, Consultor da Presidencia do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG (desde 01-08-2012); Diretor-Presidente – (Secretário de Estado) Escritório de Prioridades Estratégicas (janeiro/2011 a agosto/2012); Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – Copasa - (abril/2011 a abril/2013); Coordenador Executivo – (Secretário Adjunto na Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais-SEPLAG); Programa Estado para Resultados – EpR, (janeiro/2007 a dezembro/2010). Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – Copasa.

O Sr. Tadeu Barreto Guimarães não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Nascido em 12 de outubro de 1970, o Sr. Franklin Moreira Gonçalves é Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho de Administração das Empresas do “Grupo TBE”: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (desde 12-09-2011). Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Franklin Moreira Gonçalves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Nascido em 7 de agosto de 1952, o Sr. Guilherme Horta Gonçalves Júnior foi Assessor Especial do Governador do Estado de Minas Gerais e Membro do Conselho Fiscal do BDMG. – (2008/2010) Membro do Conselho Fiscal da MGI e titular da Coordenadoria Especial de Gestão das Unidades de Atendimento Integrado - UAI/SEPLAG-MG. - (2011/2012) Desde 2008 - Assessor Especial do Presidente da CODEMIG e Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.. - (2011/2012) Diretor de Projetos, Suprimentos e Recursos Humanos da Transmissora Aliança de Energia – TAESA, desde 2012. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Guilherme Horta Gonçalves Junior não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Pachoa - 000.798.806-06

Nascido em 1933, o Sr. Guy Maria Villela Paschoal foi Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais e, em FURNAS, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira e, na ELETROBRAS, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte; tendo sido ainda, na CEMIG, membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau. - 2003-2008 Presidente do Conselho e Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE (Brasília); Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.; Membro do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade do Brasil (Rio de Janeiro) e do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso (Hospital Felício Rocho). - 2008/2012 Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Guy Maria Villela Paschoal não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Nascido em 19 de dezembro de 1925, o Sr. João Camilo Penna é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2008. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. João Camilo Penna não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Nascido em 4 de abril de 1968, o Sr. Lauro Sérgio Vasconcelos David foi Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – CLIC (2005-2011); Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A. – CemigTelecom (desde março/2003); Membro do Conselho Fiscal da FUNCOGE (desde dezembro/2008); Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.. (desde março/2006); Superintendente de Coordenação e Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais (2005 - até setembro/2011); Diretor Técnico-Comercial das Empresas do “Grupo TBE”: Empresa Catarinense de Energia S.A. – ECTE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (desde setembro/2011); Membro do Conselho de Administração do ONS – Operador Nacional do Sistema (desde abril/2012). Membro Suplente do Conselho de Administração Cemig Telecomunicações S.A. – CemigTelecom; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.; Superintendente de Coordenação e Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais.

O Sr. Lauro Sérgio Vasconcelos David não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Nascido em 30 de junho de 1947, o Sr. Fuad Jorge Noman Filho Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – de 2007 até 06/2010. Membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG – de 2007 a 2011. Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. – desde 2008.

Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig - de 03-01-2011 a 01-08-2012. Conselheiro de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – de 20-01-2011 .

Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT – de 03-01-2011 a 01-08-2012. Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos do Estado de Minas Gerais – desde 01-08-2012. Secretário de Estado Extraordinário para a Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais – de 02-08-2012 a 18.10.2012. Diretor de Varejo, Segurança e Distribuição do Banco do Brasil – 1999. Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. – desde 2008. Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT – de 03-01-2011 até 01-08-2012.

O Sr. Fuad Jorge Noman Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Wando Pereira Borges - 000.289.756-34

Nascido em 16 de março de 1936, o Sr. Wando Pereira Borges Membro do Conselho de Administração da BOZEL Mineração S/A (abril/2008 a fevereiro/2010); Presidente da ELEJA – Elétrica Jacuí S/A (maio/2008 a outubro/2009); Administrador da Powerbras Energia Holding Ltda (outubro/2008 a outubro/2009); Administrador da Powerbras Leão II Mineração Ltda e Riomaggiore Mineração Ltda (fevereiro a outubro/2009).

O Sr. Wando Pereira Borges declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Nascido em 30 de maio de 1969, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Nascido em 31 de maio de 1951, o Sr. Otávio Marques de Azevedo atuou na ANDRADE GUTIERREZ SA Holding do Grupo Andrade Gutierrez, especializado em Infraestrutura Presidente da Empresa desde outubro de 2007; Oi Concessionária Operadora de Telecomunicações Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011; Telemar Participações Controladora do Grupo Oi Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Contax Operadora de Call Center Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011 CTX Controladora da Contax Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde outubro de 2010). Membro de Conselho da Portugal Telecom Oi Concessionária Operadora de Telecomunicações Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011; Telemar Participações Controladora do Grupo Oi Presidente do Conselho de Administração desde 2008 CTX Controladora da Contax Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Otávio Marques de Azevedo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Nascido em 25 de outubro de 1961, o Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes é Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000. Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011. Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012. Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Port e Companhia Operadora de Rodovias S.A.. Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A.. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A.. Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A.. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Nascido em 10 de janeiro de 1961, o Sr. Paulo Sérgio Machado Ribeiro é Subsecretário de Política Mineral e Energética do Estado de Minas Gerais, desde 2008. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2008. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Paulo Sérgio Machado Ribeiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Nascido em 4 de março de 1948, o Sr. Ricardo Coutinho de Sena (2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A. Ramo de Atividade: Holding Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A. Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho da Light e da Light SESA e da CCR S.A. ;Membro do conselho da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

O Sr. Ricardo Coutinho de Sena não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Nascido em 4 de março de 1948, o Sr. Ricardo Coutinho de Sena (2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A. Ramo de Atividade: Holding Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A. Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho da Light e da Light SESA e da CCR S.A. ;Membro do conselho da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

O Sr. Ricardo Coutinho de Sena não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Nascido em 10 de junho de 1960, o Sr. Tarcísio Augusto Carneiro É empregado do Grupo Andrade Gutierrez desde 20 de dezembro de 1988, onde atuou na Construtora Andrade Gutierrez S/A, no Departamento de Concorrências, na área de estudos econômico-financeiros até dezembro de 1998. Em janeiro de 1999, foi transferido para a Andrade Gutierrez Concessões S/A, onde atua como Executivo da Empresa. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro Suplente do Conselho de Administração da CCR S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Tarcísio Augusto Carneiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Nascido em 14 de março de 1955, o Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha é Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços de Minas Gerais, subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – (desde março/2011); Presidente da Instituição de Treinamento, Ensino e Pesquisa do Setor Elétrico - Fundação COGE – (2008 a 2010); Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004; Diretor de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. - (2007 a 2011); Diretor Presidente da Sá Carvalho S.A. – (2007 a 2011); Diretor Vice-Presidente da Rosal Energia S.A. – (2007 a 2011); Diretor da Capim Branco Energia S.A., da Central Termelétrica de Cogeração S.A. e da Cemig Telecomunicações S.A.- (2007 a 2011); Membro do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim SA (2007-2011); Diretor Administrativo da Cemig Serviços S.A. – (2008 a 2011); Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Telecomunicações S.A. Diretor de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig , Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Marco Antonio Rodrigues da Cunha não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Nascido em 5 de abril de 1946, o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima atua Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda. Membro dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.. Membro do Conselho de Administração da MGI – Minas Gerais Participações

O Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Nascido em 3 de março de 1944, o Sr. Joaquim Francisco de Castro Neto Membro do Conselho de Administração do Unibanco; Presidente do Conselho de Administração da Redecard; Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza; Membro do Conselho de Administração da Jereissati Holding; Membro do Conselho de Administração da Bodytech; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011. Diretor executivo, Vice-Presidente, Presidente e membro do Conselho de Administração do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.; Membro e Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Joaquim Francisco de Castro Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Danilo de Castro - 064.447.416-53

Membro da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças; Presidente do Conselho da Loteria do Estado de Minas Gerais; Secretário de Estado de Governo do Estado de Minas Gerais, desde janeiro 2011. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Danilo de Castro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Nascido em 2 de dezembro de 1964, o Sr. José Augusto Gomes Campos atuou na Corporación Quiport S/A (2006-2008) Diretor de Project Finance – Reportando-se ao CEO da Companhia, responsável pelo desenvolvimento do relacionamento entre a Quiport e seus financiadores: IADB, OPIC, US EXIM e EDC (Canadá). Responsável por todo o processo de desembolso dos financiamentos, preparação, supervisão e envio de todos os documentos relativos ao pacote de financiamentos, no valor de 376.4 MUSD. Responsável pela coordenação de todas as atividades internas visando o cumprimento das obrigações assumidas pela Quiport perante os financiadores, incluindo as inspeções periódicas dos Lenders Engineers e dos Environmental Experts. Responsável pela elaboração, submissão e gestão dos orçamentos anuais da companhia, em conjunto com o CFO, tanto para os Lenders quanto para os Acionistas. Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos Controle Acionário: Andrade Gutierrez Concessões – 45.49% AECON Concessions (Canadá) – 45.49% Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00% Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02% Andrade Gutierrez Concessões S.A. (2008 -) Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos – Reportando-se ao Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, foi responsável pela estruturação de financiamentos a projeto, bem como a estruturação de novos negócios no setor de Aeroportos. Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008. Entre Mai/2008 e Mar/2010, as atividades se concentraram na aquisição do Projeto do Aeroporto Internacional Juan Santamaría, de San José – Costa Rica bem como a estruturação de um financiamento de 100 MUSD junto ao BID e à OPIC para refinanciamento do projeto. Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas. A Partir de Jul2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás. Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos Controle Acionário: Andrade Gutierrez Participações – 85.00% International Finance Corporation (IFC) – 15.00% Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. José Augusto Gomes Campos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Nascido em 26 de novembro de 1986, o Sr. Bruno Magalhães Menicucci Engenheiro é Assistente, na AGC Energia S.A., atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

O Sr. Bruno Magalhães Menicucci não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

Secretário Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais;Deputado Federal, pelo Estado de Minas Gerais; Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Deputado Estadual de Minas Gerais; Diretor Financeiro do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS – Ministério da Previdência Social; Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Custódio Antônio de Mattos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM.

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José Pais Rangel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Diretor Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro Suplente do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A.; Diretor-Presidente da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial. Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José João Abdalla Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Nascido em 14 de janeiro de 1944, o Sr. Luiz Augusto de Barros é Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde agosto/2012. Diretor de Obras da Cia de Desenvolvimento de Estado de Minas Gerais-CODEMIG – desde março de 2011; Diretor Superintendente da Camter Construções e Empreendimentos – de setembro/2004 até abril/2010; Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC – Gestões 2005 a 2008 e 2008 a 2011; Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG Vice-Presidente – 2006 a 2010; Diretor – 2010 a 2014; Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos-COAL – 2006 a 2010 e Conselheiro – 2010 a 2014. Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR Diretor – 2009 a 2012; Conselheiro – 2006 a 2009. Conselheiro do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – SICEPOT-MG – desde 2009. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.,

O Sr. Luiz Augusto de Barros não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nascida em 22 de setembro de 1982, a Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 18-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio, no rio Madeira. Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A..

A Sra. Marina Rosenthal Rocha declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Araujo Fonte: prospecção e condução de processos de MeA e operações estruturadas diversas – (desde 2013);

Citibank / Credicard: Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, Head da Credicard Financiamentos, condução de processos de expansão da Cia. – (2009 a 2012).

Membro do conselho de Administração: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Flávio Miarelli Piedade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Nascido em 16 de março de 1937, o Sr. Djalma, Presidente do Conselho de Administração na Companhia de Gás de Minas Gerais- GASMIG, desde 29-01-1999; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A; Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 14-01-1999, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004; Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom, - desde 20-05-1999; Membro do Conselho de Administração na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A., desde 10-08-2006; Presidente do Conselho de Administração na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.-TAESA, desde 04-11-2009; Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, desde 29-01-1999; Presidente do Conselho de Administração da Central Termelétrica de Cogeração S.A.. Presidente do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., - (de 28-12-2005 a 17-06-2011). Membro do Conselho de Administração Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. – desde 10-08-2006. Diretor-Presidente da Cemig Serviços S.A., - desde 09-04-2008. Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica., - desde 11-04-2011. Diretor-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A.; Presidente do Conselho de Administração na Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom; Membro do Conselho de Administração na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A. Presidente do Conselho de Administração na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.-TAESA.

O Sr. Djalma Bastos Morais não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Nascido em 7 de outubro de 1953, o Sr. Aliomar Silva Lima é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom, e Redentor Energia S.A.

O Sr. Aliomar Silva Lima não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Nascido em 3 de março de 1942, o Sr. Ari Barcelos da Silva é Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – desde março/2011. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A.. Maio de 1985 a Outubro de 1990 -Assistente da Diretoria Econômica-Financeira -Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social-ELETROS Maio de 1974 a Abril de 1985 Chefe do Departamento de Contabilidade Junho de 1966 a Abril de 1971 Adjunto do Contador Geral da empresa Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

O Sr. Ari Barcelos da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Nascido em 22 de novembro de 1944, o Sr. Aristóteles é Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973. Escreve nas revistas FOCO e Encontro e é colaborador do Jornal do Brasil (eletrônico), Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006. Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O Sr. Aristóteles Luiz de Menezes Vasconcellos Drummond não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Nascido em 25 de fevereiro de 1977, o Sr. Helton da Silva Soares é Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. desde julho de 1998, atua como membro do Conselho Fiscal da Madeira Energia S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da CONTAX Participações S.A.. É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O Sr. Helton da Silva Soares declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação (i) criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Nascido em 21 de abril de 1955, o Sr. Luiz Guaritá Neto foi Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macro regional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM. Membro do Conselho Estadual de Habitação. Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo / Mandato: 01-01-2003 a 31-12-2010. Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009. Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000. Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986. Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006. Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O Sr. Luiz Guaritá Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Nascido em 16 de setembro de 1941, o Sr. Marcus Eolo de Lamounier Bicalho foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011. Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011. Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O Sr. Marcus Eolo de Lamounier Bicalho declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação (i) criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sander - 130.841.600-82

Nascido em 17 de fevereiro de 1953, o Sr. Lauro Sander foi Superintendente Estadual do Tocantins, Amazonas, Acre e Roraima, entre 2003 e 2007, e Superintendente de Governo para Região Sul e Sudeste, entre 2007 e 2008. Também foi membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, de 1 de maio de 2009 a 30 de abril de 2010, e membro do Conselho de Administração da Bombril S.A., de 1 de maio de 2010 a 30 de abril de 2012. Desde abril de 2013, é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Lauro Sander não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Nascido em 22 de março de 1940, o Sr. Thales de Souza Ramos Filho é membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004. Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Thales de Souza Ramos Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Nascido em 6 de agosto de 1952, o Sr. Salvador José Cardoso de Siqueira foi Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB, de 1 de novembro de 2005 a 31 de agosto de 2008. Além disso, também foi, de 1 de novembro de 2005 a 30 de abril de 2011, Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB e Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur, de 1 de agosto de 2008 a 31 de maio de 2011. Entre 1 de abril de 2001 a 30 de abril de 2012, foi Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil. Exerceu o cargo de Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A., entre 1 de setembro de 2008 e 30 de abril de 2011, e o de Diretor-Presidente do BB Leasing Company, entre 1 de agosto de 2008 e 30 de abril de 2011. Foi Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A., no período de 1 de novembro de 2005 a 30 de abril de 2011. Desde abril de 2013, é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Salvador José Cardoso de Siqueira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

Nascido em 7 de julho de 1985, o Sr. Bruno Gonçalves Siqueira foi da AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda. Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna. Andrade Gutierrez Concessões S.A. Analista de Controladoria (desde 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia. Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez: Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013); Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012). Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.. Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A.

O Sr. Bruno Gonçalves Siqueira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Wando Pereira Borges - 000.289.756-34

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Daniilo de Castro - 064.447.416-53

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

José Pais Rangel - 239.775.667-68

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Lauro Sander - 130.841.600-82

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Bruno Magalhães Menicucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016.
081.100.286-16	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de de Recursos Humanos, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Custódio Antônio de Mattos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
221.421.507-72	Comitê de Apoio	Servidor Público		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Apoio e do Comitê de Estratégia.						
Danilo de Castro	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até a AGO de 2016.
064.447.416-53	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Aposentado e Servidor Público		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é coordenador do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2013.
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro efetivo do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016.
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.						
Flávio Miarelli Piedade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
703.736.396-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Apoio, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Finanças Auditoria e Riscos.						
Guy Maria Villela Pachcoal	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até AGO de 2016
000.798.806-06	Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro Eletricista		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é o coordenador do Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
000.976.836-04	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade						
José Augusto Gomes Campos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
505.516.396-87	Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Físico		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Administrador		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos, do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Leonardo Maurício Colombini Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
065.276.716-87	Comitê de Apoio Conselho de Administração	Contador		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Apoio Conselho de Administração						
Luiz Augusto de Barros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
076.215.406-30	Comitê de Estratégia	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até AGO de 2016
292.581.976-15	Comitês de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é o coordenador do Comitês de Apoio ao Conselho de Administração do Comitê de RH e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Marina Rosenthal Rocha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
060.101.836-26	Comitê de Recursos Humanos	Engenheira Civil		30/04/2014	0	0%
A conselheira é membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Des de Negócios e Controle Empres. das Controladas e Coligadas						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		30/04/2014	Até AGO de 2016
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
400.540.200-34	Comitê de Estratégia	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até AGO de 2016
428.576.006-15	Comitê de Estratégia	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é o coordenador do Comitê de Estratégia e membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Apoio Conselho Administração						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
787.495.906-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Eletricista		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia, do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Tadeu Barreto Guimarães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até AGO de 2016
370.853.526-04	Comitê de Des de Negócios e Controle Empres. das Controladas e Coligadas	Economista		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Des de Negócios e Controle Empres. das Controladas e Coligadas e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		30/04/2014	Até AGO de 2016
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Civil		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16						
Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72						
Danilo de Castro - 064.447.416-53						

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Custódio Antônio de Mattos - 221.421.507-72

Danilo de Castro - 064.447.416-53

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), controladora da Companhia, adota as seguintes práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (“Código”) publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”):

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
1.1	Cada sócio deve ser um dos proprietários da empresa.	Cada sócio é um dos proprietários da empresa.
1.3	Os acordos entre acionistas devem estar disponíveis a todos os demais sócios e arquivados na sede social, juntamente com as respectivas alterações ou rescisões.	A CEMIG não possui acordo de acionistas vigente.
1.4	A Assembleia Geral deve ser o órgão soberano da empresa.	A Assembleia Geral é o órgão soberano da empresa.
1.4.1	Devem ser competências exclusivas da Assembleia Geral: (i) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto; (ii) eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (iv) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa, (v) deliberar sobre a avaliação de bens que venham a integralizar o capital social; e (vi) aprovar a remuneração dos administradores.	As referidas matérias são competência exclusiva da Assembleia Geral.
1.4.2	A convocação da Assembleia Geral, considerando o local, data e hora, deve ser feita de forma a favorecer a presença do maior número de sócios possível e oferecer tempo para que se preparem adequadamente para a deliberação.	A convocação da Assembleia Geral, considerando o local, data e hora, é feita de forma a favorecer a presença do maior número de sócios possível e oferecer tempo para que se preparem adequadamente para a deliberação.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
1.4.3	<p>A pauta da Assembleia Geral e documentação pertinente, com maior detalhamento possível, devem estar disponibilizadas, na data da primeira convocação. A existência de votos dissidentes deve constar em ata, quando requerido.</p>	<p>Juntamente com a convocação da Assembleia Geral, a CEMIG disponibiliza uma "Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral", a qual contém informações e documentos explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados.</p>
1.10	<p>As companhias de capital aberto devem se esforçar para preservar a liquidez de seus títulos, mantendo em circulação um número adequado de ações através da gestão ativa da base acionária, sempre com a devida cautela para evitar negociações que levem à formação artificial de preços.</p>	<p>O free-float da CEMIG é de 77.69%</p>
1	<p>Toda organização deve ter um Conselho de Administração eleito pelos sócios, sem perder de vista as demais partes interessadas, seu objeto social e sua sustentabilidade no longo prazo.</p>	<p>O free-float da CEMIG é de 76.67%</p>
2.3	<p>O Conselho de Administração deve zelar pelos valores e propósitos da organização e traçar suas diretrizes estratégicas. Para que o interesse da organização sempre prevaleça, o Conselho deve prevenir e administrar situações de conflitos de interesses e administrar divergências de opiniões.</p>	<p>O Conselho de Administração da CEMIG zela pelos valores e propósitos da organização e traça suas diretrizes estratégicas. O Conselho previne e administra situações de conflitos de interesses e administra divergências de opiniões.</p>
2.14	<p>O número de conselheiros deve variar conforme o setor de atuação, porte, complexidade das atividades, estágio do ciclo de vida da organização e necessidade de criação de comitês. O recomendado é de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) conselheiros.</p>	<p>O Conselho de Administração da CEMIG possui 14 conselheiros.</p>

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
2.12	Outros executivos da organização, assessores técnicos ou consultores podem ser convidados ocasionalmente para assessorar o Conselho de Administração.	Há possibilidade de o Conselho de Administração convidar pessoas-chave da empresa, assessores técnicos ou consultores para participarem da reunião.
2.28	Comitês são órgãos assessoriais do Conselho de Administração. Sua existência não implica a delegação de responsabilidade que competem ao Conselho de Administração como um todo. Dentre os comitês que podem ser formados	A Cemig possui Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, de Governança, de Recursos Humanos, de finanças e de auditoria e riscos. Não possui, no entanto, Comitê de Auditoria stricto sensu.
2.35	O Conselho de Administração deve indicar um profissional (que não seja um dos conselheiros) para exercer a função de secretário.	Há possibilidade de o Conselho de Administração.
2.39	O Conselho de Administração deve escolher o diretor-presidente.	O Conselho de Administração escolhe o diretor-presidente.
2.34.4	O relacionamento com os auditores independentes é direito e dever indelegável do Conselho, a quem cabe escolher profissionais, aprovar os respectivos honorários e ratificar um plano de trabalho, bem como avaliar o seu desempenho.	O Conselho de Administração.
3.1	O diretor-presidente deve prestar contas ao Conselho de Administração e deve ser responsável pela execução das diretrizes por este fixadas.	O diretor-presidente da CEMIG presta contas ao Conselho de Administração e é responsável pela execução das diretrizes por este fixadas.
3.5	Como resultado de uma política clara de comunicação e de relacionamento com as partes interessadas, a organização deve divulgar, ao menos em seu website, de forma completa, objetiva, tempestiva e igualitária, relatórios periódicos informando sobre todos os aspectos de sua atividade empresarial, inclusive os de	A CEMIG divulga, ao menos em seu website, de forma completa, objetiva, tempestiva e igualitária, relatórios periódicos informando sobre todos os aspectos de sua atividade empresarial,

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
3.5.1	<p>ordem sócio ambiental, operações com partes relacionadas, custos das atividades políticas e filantrópicas, remuneração dos administradores, riscos, entre outras, além das informações econômicas financeiras e das demais exigidas por lei. Esses relatórios devem conter ainda relatos sobre as atividades do Conselho e seus comitês, assim como um detalhamento do modelo de gestão e de governança.</p> <p>As organizações devem reconhecer as tendências internacionais e as exigências internacionais e as exigências da sociedade. Por isto, devem preparar os relatórios periódicos de acordo com padrões internacionalmente aceitos, no que diz respeito à contabilidade e às diretrizes para elaboração de relatórios que incluam aspectos econômico-financeiros, sociais, ambientais e de Governança Corporativa.</p>	<p>inclusive os de ordem sócio ambiental, operações com partes relacionadas, custos das atividades políticas e filantrópicas, remuneração dos administradores, riscos, entre outras, além das informações econômicas financeiras e das demais exigidas por lei. Esses relatórios contem ainda relatos sobre as atividades do Conselho e comitês, assim como um detalhamento do modelo de gestão e de governança.</p> <p>A CEMIG divulga suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS.</p>
3.6	<p>O diretor-presidente, em conjunto com a Diretoria e auxiliado pelos demais órgãos de controle vinculados ao Conselho de Administração, é responsável pela elaboração e proposição para aprovação do Conselho de sistemas de controles internos. Esses sistemas são voltados a monitorar o cumprimento dos processos operacionais e financeiros, assim como os riscos de não conformidade.</p>	<p>O diretor-presidente é responsável pela elaboração e proposição para aprovação do Conselho de sistemas de controles internos. Os sistemas são voltados a monitorar o cumprimento dos processos operacionais e financeiros, assim como os riscos de não conformidade.</p>
4.1	<p>Toda organização deve ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor externo independente.</p>	<p>A CEMIG possui auditoria independente externa.</p>

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
4.2	Os auditores independentes devem manifestar, se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.	O Relatório Anual menciona as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.
4.5	Os auditores devem ser contratados por período pré-definido, podendo ser recontratados após avaliação formal a documentada, efetuada pelo Comitê de Auditoria e/ou Conselho de Administração, de sua independência e desempenho.	O Relatório Anual especifica a participação no capital e a remuneração agregada dos conselheiros e diretores.
4.6	O Conselho de Administração deve divulgar às partes interessadas a proporcionalidade entre os honorários pagos aos auditores pelos serviços de auditoria e os eventuais pagamentos por outros serviços. Deve ainda estabelecer regras formais a aprovação de serviços a serem prestados pelos auditores independentes que não sejam de auditoria das demonstrações financeiras.	A CEMIG divulga suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS.
4.7	O auditor independente deve assegurar, anualmente, por escrito ao Comitê de Auditoria, a sua independência em relação à sociedade.	A asseguaração anual por escrito, pelo auditor independente ao Comitê de Auditoria.
5.1	Os principais objetivos do Conselho Fiscal são: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de	O Conselho Fiscal da CEMIG (i) fiscaliza, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verifica o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opina sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
5.2	<p>debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, além de sugerir providências úteis à companhia; (v) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vi) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.</p> <p>O princípio da representatividade de todos os sócios no Conselho Fiscal deve ser preservado mesmo em organizações sem controle definido.</p>	<p>Geral; (iii) opina sobre as propostas dos órgãos da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denuncia, por qualquer de seus membros, aos órgãos de Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, além de sugerir providências úteis à companhia; (v) analisa, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vi) examina as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.</p> <p>[No Conselho Fiscal da CEMIG, dentro os cinco conselheiros, dois são eleitos por acionistas preferenciais.</p>

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
5	Ao Conselho Fiscal convé, introduzir um regimento interno, que não iniba a liberdade de ação individual dos conselheiros.	A KPMG, auditora externa, foi contratada por cinco anos, conforme Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.
4	A responsabilidade dos conselheiros fiscais é com a organização, independentemente daqueles que o tiver indicado.	A responsabilidade dos conselheiros fiscais da CEMIG é perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.
5.6	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho dos auditores independentes.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho dos auditores independentes.
5.1	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho da auditoria interna, contábeis e outros e o relacionamento desses profissionais com a Administração.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho da auditoria interna, contábeis e o relacionamento desses com a Administração da CEMIG.
6.1	Além do respeito às leis do país, toda organização deve ter um código de conduta que comprometa administradores e funcionários. O documento deve ser elaborado pela diretoria de acordo com os princípios e políticas definidos pelo Conselho de Administração e por este aprovados.	A CEMIG possui código de ética, o qual compromete administradores e funcionários.
5.3	O Código de Conduta deve abranger o relacionamento entre conselheiros, diretores, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes interessadas (stakeholders)..	O código de ética da CEMIG abrange o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.
6.2	Há conflito de interesses quando alguém não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da organização. Essa pessoa deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular.	Pelo código de ética da CEMIG, qualquer pessoa que tiver conflito de interesses em relação a uma determinada matéria deverá manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
6	<p>Tão logo tenha sido identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, a pessoa envolvida deve afastar-se, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações, sem descuidar dos deveres legais do administrador.</p> <p>O Código de Conduta deve enquadrar como violação ao princípio básico da equidade o uso de informações privilegiadas para benefício próprio ou de terceiros. A organização deve também dispor, em documento específico,</p>	<p>Na CEMIG, caso seja identificado um conflito de interesses em relação a um tema específico, a pessoa envolvida deve afastar-se.</p> <p>O Código de Ética da CEMIG veda aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada.</p>
6.3	<p>sobre os procedimentos a serem observados para evitar ou punir o uso indevido dessas informações.</p>	<p>de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada.</p>
6.5	<p>Como forma de materializar o princípio de transparência, a organização deve formalizar uma política de divulgação de informações. Essa política deve contemplar a divulgação de informações além das exigidas por lei ou regulamento. A premissa é que a divulgação seja completa, objetiva, tempestiva e igualitária.</p>	<p>A Cemig possui política de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores.</p>

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	11,00	10,00	34,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	129.272,26	1.032.075,30	89.496,03	1.250.843,59
Benefícios direto e indireto	23.036,31	286.753,38	17.720,24	327.509,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	25.854,45	531.429,83	17.899,21	575.183,49
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS contribuição empresa e FGTS	INSS empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	647.598,00	0,00	647.598,00
Participação em reuniões	129.272,26	0,00	0,00	129.272,26
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	25.854,45	0,00	0,00	25.854,45
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			
Pós-emprego	1.753,12	240.400,47	0,00	242.153,59
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Os benefícios diretos e indiretos correspondem ao seguro de vida.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Composição dos benefícios diretos e indiretos: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença Remunerada.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Composição dos benefícios diretos e indiretos: seguro de vida.	
Total da remuneração	335.042,85	2.738.256,98	125.115,48	3.198.415,31

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	11,00	10,00	34,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	124.347,83	1.032.075,30	89.496,03	1.245.919,16
Benefícios direto e indireto	23.036,31	286.753,38	17.720,24	327.509,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	24.869,55	531.429,83	17.899,17	574.198,55
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa.	INSS contribuição empresa e FGTS.	INSS contribuição empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	626.132,03	0,00	626.132,03
Participação em reuniões	124.347,83	0,00	0,00	124.347,83
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	24.869,55	0,00	0,00	24.869,55
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa.			
Pós-emprego	1.382,99	240.400,47	0,00	241.783,46
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Os benefícios diretos e indiretos correspondem ao seguro de vida.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Composição dos benefícios diretos e indiretos: plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença Remunerada.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Composição dos benefícios diretos e indiretos: seguro de vida.	
Total da remuneração	322.854,06	2.716.791,01	125.115,44	3.164.760,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,83	11,00	8,33	32,16
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	117.319,40	966.918,10	71.830,18	1.156.067,68
Benefícios direto e indireto	21.104,08	68.481,58	13.528,26	103.113,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	31.356,53	634.277,03	15.637,45	681.271,01
Descrição de outras remunerações fixas	Gratificações e INSS contribuição empresa.	Gratificações, pagamentos referentes a licenças remuneradas + 1/3 de licença remunerada, INSS empresa e FGTS.	Gratificações e INSS contribuição empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	15.622,44	517.731,62	0,00	533.354,06
Participação em reuniões	117.319,40	0,00	0,00	117.319,40
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	25.529,12	0,00	0,00	25.529,12
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa.			
Pós-emprego	1.200,20	185.369,49	0,00	186.569,69
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente o valor era de R\$ 4.716,00. 3) Composição dos benefícios diretos e indiretos: seguro de vida. 4) As Gratificações foram pagas somente até abril/2011.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente era de R\$27.901,00 para presidente e 23.148,00 para diretores. 3) Composição dos benefícios diretos e indiretos: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida e vale refeição.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente o valor era de R\$ 2.358,00. 3) Composição dos benefícios diretos e indiretos: seguro de vida. 4) As Gratificações foram pagas somente até abril/2011.	
Total da remuneração	329.451,17	2.372.777,82	100.995,89	2.803.224,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	9,00	5,00	27,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	67.490,84	444.347,87	25.568,64	537.407,35
Benefícios direto e indireto	24.587,62	115.796,91	7.396,22	147.780,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	12.262,48	146.889,83	5.539,19	164.691,50
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa.	INSS contribuição empresa e FGTS.	INSS contribuição empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	50.191,30	182.723,07	0,00	232.914,37
Participação em reuniões	67.490,84	0,00	0,00	67.490,84
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	12.262,48	0,00	0,00	12.262,48
Descrição de outras remunerações variáveis	Valores correspondentes a contribuições ao INSS.			
Pós-emprego	0,00	69.104,35	0,00	69.104,35
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	234.285,56	958.862,03	38.504,05	1.231.651,64

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

a. Termos e condições gerais

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Principais objetivos do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f. Número máximo de ações abrangidas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

h. Condições de aquisição de ações

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

k. Forma de liquidação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

l. Restrições à transferência das ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

a) Modelo de precificação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Nos últimos três exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Processos administrativos e judiciais trabalhistas	
Avaliação de Perda	Valor Envolvido
Provável	R\$ 8 milhões
Possível	R\$ 42 milhões
Remota	R\$ 12 milhões
Total	R\$ 62 milhões

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**a. Política de salários e remuneração variável**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Política de benefícios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileira-MG	Não	Sim	13/01/2010		
2.896.785.330	100,000	0	0,000	2.896.785.330	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
28	0,000	0	0,000	28	0,000	
TOTAL						
2.896.785.358	100,000	0	0,000	2.896.785.358	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria						
		Não	Não	27/04/2012		
0	0,000	410.396	0,076	410.396	0,043	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
AGC Energia S.A						
11.221.326/0001-65	Brasileira-MG	Sim	Não	30/04/2013		
138.700.848	32,964	0	0,000	138.700.848	14,408	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BlackRock, Inc.						
	Norte Americana	Não	Não	30/04/2013		
0	0,000	50.931.874	9,399	50.931.874	5,291	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro-MG	Sim	Sim	30/04/2013		
214.414.739	50,958	0	0,000	214.414.739	22,273	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
FIA Dinâmica Energia						
		Sim	Sim			
22.110.954	5,255	0	0,000	22.110.954	2,297	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
45.538.167	10,823	490.565.407	90,526	536.103.574	55,689	
TOTAL						
420.764.708	100,000	541.907.677	100,000	962.672.385	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Energia S.A				11.221.326/0001-65		
OUTROS						
122.901.990	100,000	0	0,000	122.901.990	100,000	
TOTAL						
122.901.990	100,000	0	0,000	122.901.990	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BlackRock, Inc.					
OUTROS					
0	0,000	45.130.429	100,000	45.130.429	100,000
TOTAL					
0	0,000	45.130.429	100,000	45.130.429	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais				18.715.615/0001-60	
OUTROS					
189.991.615	100,000	0	0,000	189.991.615	100,000
TOTAL					
189.991.615	100,000	0	0,000	189.991.615	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física	28
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
FORLUZ	31/12/2011	1.554.727.500,43	37.114.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até 2024.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada.						
Objeto contrato	Obrigações Pós-emprego. Os valores atualmente registrados são: R\$147.290mil(passivo não circulante 31/12/2012) e R\$21.153mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$53.687mil(passivo circulante 31/12/2011), R\$138.095mil(passivo não circulante 31/12/2011) e R\$24.082mil (despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
FORLUZ	31/12/2011	16.747.000,00	17.990.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada.						
Objeto contrato	Despesa de Pessoal. O valor anteriormente registrado era: R\$16.747mil (despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
FORLUZ	31/12/2011	5.113.000,00	5.113.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Custeio Administrativo. O valor anteriormente registrado era: R\$3.606mil(despesa 31/12/2011).						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Saúde	31/12/2011	133.572.000,00	133.572.000,00	Não é possível aferir tal montante	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Assistência Médica						
Objeto contrato	Plano de Saúde e odontológico. O valor atualmente registrado é: R\$13.988mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$130.969(passivo 31/12/2011) e R\$12.557mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Andrade Gutierrez SA	01/05/2012	6.903.359.314,22	2.797.000,00	.	Até 31/12/2027	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário da CEMIG.						
Objeto contrato	Construção UHE Santo Antonio. Os valores atualmente registrados são: R\$6.961mil(ativo não circulante 31/12/2012) e R\$507mil(ativo circulante 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$4.395mil(ativo não circulante 31/12/2011) e R\$6.892mil(passivo 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	23/04/2009	37.716.000,00	37.716.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.						
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. O valor anteriormente registrado era: R\$115.026mil(ativo 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	23/04/2009	27.163.000,00	1.068.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até o final do contrato de concessão.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.						
Objeto contrato	Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec. O valor atualmente registrado é: R\$9.809mil (despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$1.430mil (passivo 31/12/2011) e R\$12.411mil (despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Light S.A.	04/08/2004	4.830.000,00	127.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até o final do contrato de concessão.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.						
Objeto contrato	Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec. Os valores atualmente registrados são: R\$1mil(ativo 31/12/2012), R\$4.830mil(receita 31/12/2012) e R\$14mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$138mil(ativo 31/12/2011), R\$1mil(ativo 31/12/2011), R\$4.305mil(receita 31/12/2011) e R\$16mil(despesa 31/12/2011).						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Light S.A.	17/12/2004	718.629.990,00	130.000,00	Não é possível aferir tal montante.	31/12/2041	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.						
Objeto contrato	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$26.841mil(receita 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$130mil(passivo 31/12/2011) e R\$26.215mil(receita 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Baguari Energia	27/04/2012	26.218.000,00	26.218.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.						
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. O valor registrado anteriormente era: R\$5.513mil(ativo 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Baguari Energia	04/08/2004	64.000,00	64.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até o final do contrato de concessão.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.						
Objeto contrato	Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec. O valor anteriormente registrado era: R\$42mil(receita 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2002	120.000.000,00	52.758.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até 28/12/2031.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais.						
Objeto contrato	Debêntures. O valor atualmente registrado é: R\$5.862mil(despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$46.896mil(passivo 31/12/2011) e R \$9.813mil(despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Andrade Gutierrez S.A	06/12/2008	48.189.380,20	31.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário da CEMIG.						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre a Andrade Gutierrez S.A. e Santo Antônio Energia S.A. O valor anteriormente registrado era: R\$28mil(passivo 31/12/2011).						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O saldo refere-se à diferença na alteração do índice de remuneração do contrato de mútuo celebrado entre Andrade Gutierrez Participações S.A e Santo Antônio Energia S.A em 6 de dezembro de 2008 de IGP-M para TJLP acrescida de 3,1%, aprovada em reunião do Conselho da Administração da Santo Antônio Energia S.A realizada em 24 de fevereiro de 2010.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CEMIG	04/08/2004	701.000,00	749.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.						
Objeto contrato	Convênio de Cooperação. Os valores registrados atualmente são: R\$701mil(despesa 31/12/2012) e R\$ 1.470mil de ativo não circulante (31/12/2012). E os registrados anteriormente eram: R\$7.018mil(passivo 31/12/2011), R\$1.641mil(despesa 31/12/2011) e R\$20mil(ativo não circulante 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CEMIG	04/08/2004	2.586.000,00	2.586.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.						
Objeto contrato	Pessoal Cedido. O valor registrado anteriormente era: R\$2.586mil(passivo 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CEMIG	31/12/2009	917.054.000,00	399.476.000,00	917.054.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.						
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável, por se tratar de pagamento de JCP/Dividendos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Distribuição S.A.	01/01/2005	163.675.000,00	3.274.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Enquanto durar a concessão da distribuidora.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.						
Objeto contrato	Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec. Os valores registrados atualmente são: R\$17.467mil (ativo 31/12/2012), R\$163.675mil (receita 31/12/2012) e R\$41.318mil (despesa 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$14.350mil (ativo 31/12/2011), R\$3.522mil (passivo 31/12/2011), R\$132.987mil (receita 31/12/2011) e R\$45.312mil (despesa 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2011	18.066.000,00	18.063.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.						
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Os valores atualmente registrados são: R\$1.547mil(despesa 31/12/2012) e R\$16.629mil(ativo não circulante). E os anteriores eram: R\$18.066(passivo 31/12/2011), R\$ 7.978(despesa 31/12/2011) e R\$260mil(ativo não circulante 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Distribuição S.A.	23/12/2004	1.479.515.325,00	13.293.000,00	Não é possível aferir tal montante.	31/12/2041	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.						
Objeto contrato	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. O valor atualmente registrado é: R\$146.548mil(receita 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$14.819mil(ativo 31/12/2011) e R\$120.013mil(receita 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cemig Distribuição S.A.	23/12/2004	1.479.515.325,00	13.293.000,00	Não é possível aferir tal montante.	31/12/2041	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. O valor atualmente registrado é: R\$146.548mil(receita 31/12/2012). E os anteriores eram: R\$14.819mil(ativo 31/12/2011) e R\$120.013mil(receita 31/12/2011).						
Garantia e seguros	Recebíveis.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações que decorram das mesmas circunstâncias, segue estritamente os termos do artigo 12 do estatuto social da Companhia, que atribui aos membros do Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a legislação: “deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum”.

Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia (“Regimento Interno”) estabelece, em seu artigo 23, que os membros do Conselho de Administração da Companhia devem “exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social”, devendo o conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de participar da sua discussão e votação. Nesse mesmo sentido, o artigo 26 do Regimento Interno proíbe os membros do Conselho de Administração da Companhia de intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata, em conformidade com o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Evita-se, ainda, tempestivamente o mau uso dos ativos da Companhia e, especialmente, hipotéticos abusos em transações entre partes relacionadas.

Além disso, a Companhia acredita que os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo, sendo lhes obtida a devida aprovação por parte dos órgãos competentes, conforme mencionado acima.

Por fim, cabe ressaltar que o grupo do qual a Companhia faz parte está comprometido com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, estando a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), controladora da Companhia, submetida ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), que prevê, em sua cláusula 4.6, que a CEMIG deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e quaisquer sociedades que façam parte de grupo econômico, de fato ou de direito, em

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

comum com seus administradores ou seu acionista controlador, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, valor igual ou superior a R\$ 200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

Cabe destacar que a administração possui estrutura de controles internos que garantem que as operações realizadas estão em condições similares àquelas que seriam estabelecidas com partes não relacionadas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Subscrito				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Integralizado				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações que a Companhia julga relevantes foram descritas acima.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Segunda Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/10/2010
Data de vencimento	15/01/2015
Quantidade	270.000
Valor total	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	A segunda emissão pública de debêntures simples da Companhia contou com as seguintes principais características: (i) Séries: duas. (ii) Valor Nominal Unitário R\$10.000,00, sendo o valor total de: (a) R\$1.566.000.000,00, para a 1ª série; e R\$1.134.000.000,00, para a 2ª série. (iii) Data de Vencimento: (a) 2 anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012, para a 1ª série; e (b) 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015, para a 2ª série. (iv) Remuneração: (a) CDI + 0,9% ao ano, para a 1ª série; e (b) 7,6796% ao ano, para a 2ª série. A Remuneração é paga anualmente, em 15 de janeiro. (v) Amortização do Principal: (a) na data de vencimento da série, em 15 de janeiro de 2012, para a 1ª série; (b) em três parcelas anuais, em 15 de janeiro de 2013, 15 de janeiro de 2014 e 15 de janeiro de 2015 (33%, 33% e 34%, respectivamente), para a 2ª série. (vi) Correção Monetária: (a) as debêntures da 1ª série não têm correção monetária; (b) as debêntures da 2ª série serão corrigidas monetariamente pelo IPCA, pago juntamente com a amortização do principal. (vii) Garantia: Garantia fidejussória prestada através de fiança pela CEMIG. (viii) Crédito: Quirografário, (viii) Restrições Impostas ao Emissor: Não há. (ix) Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Título e Valores Mobiliários S.A; Remuneração: parcelas anuais de R\$13.659,65 atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM; Ressarcimento de despesas: todas as despesas razoáveis e usuais incorridas para proteger os direitos e interesses dos debenturistas. Para informações adicionais sobre esta emissão, inclusive hipóteses de vencimento antecipado, vide seção 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação. As alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das debêntures; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas; (iii) à espécie das debêntures; (iv) à cláusula VII da escritura (vencimento antecipado); (v) às autorizações ou permissões (waivers) com relação a obrigações da Companhia decorrentes da escritura; e/ou (vi) às disposições e/ou dos quóruns estabelecidos na escritura deverão ser aprovados por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A
Identificação do valor mobiliário	4a emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografia, série única, distr. pública
Data de emissão	23/12/2013
Data de vencimento	23/12/2016
Quantidade	50.000
Valor total	500.000.000,00
Restrição a circulação	Slm

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	as debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Atualização monetária: não há; Juros remuneratórios: 100% da Taxa DI capitalizada de spread de 0,85% ao ano; Pagamento dos juros remuneratórios: anualmente; Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento; Repactuação: não haverá. Garantia: fiança prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Crédito: sem preferência, concorrendo com os demais credores. Restrições ao Emissor: não há. Hipóteses de Vencimento Antecipado: Vide item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia de Debenturistas: exceto pelo disposto nos subitens a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures da respectiva série da Emissão: (i) os quora expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura; (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.2 da Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII da Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas.

Identificação do valor mobiliário	Terceira Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/02/2012
Data de vencimento	15/02/2022
Quantidade	1.350.000
Valor total	1.350.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide características dos valores mobiliários.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

A terceira emissão de debêntures simples da Companhia contou com as seguintes principais características: (i) Séries: três. (ii) Valor Nominal Unitário R\$1.000,00, sendo o valor total de: (a) R\$480.000.000,00, para a 1ª série; (b) R\$200.000.000,00 para a 2ª série; e (c) R\$670.000.000,00, para a 3ª série. (iii) Atualização monetária: (a) 1ª série: não há; (b) 2ª e 3ª séries: pela variação acumulada do IPCA. (iv) Remuneração: (a) 1ª série: 100% da Taxa DI capitalizada de spread de 0,9% ao ano; (b) 2ª série: 6,0% ao ano; e (c) 3ª série: 6,2% ao ano. Pagamento da remuneração: anualmente para todas as séries. (v) Amortização: (a) 1ª série: em uma única parcela, na data de vencimento; (b) 2ª série: em 2 parcelas anuais, iguais e consecutivas, a partir do 6º ano contado da data de emissão; e (c) 3ª série: em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir do 8º ano contado da data de emissão, na proporção de 33%, 33% e 34% do valor nominal. Repactuação: não haverá. (vi) Garantia: Garantia fidejussória prestada na forma de fiança pela CEMIG. (vii) Crédito: sem preferência, concorrendo com os demais credores. (viii) Restrições ao Emissor: não há. (ix) Resgate Antecipado Obrigatório: os debenturistas da 2ª série e/ou os debenturistas da 3ª série que assim o desejarem, poderão solicitar à Companhia o resgate antecipado das debêntures de sua titularidade na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) caso as debêntures da 2ª série não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, 10 (dez) investidores, com participação individual máxima de 20% da referida série; (b) caso as debêntures da 3ª série não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, 5 investidores, com participação individual máxima de 20% da referida série; (c) caso a classificação de risco (rating) da emissão não seja atualizada pela Agência de Classificação de Risco em periodicidade mínima anual, na hipótese de a ocorrência do referido evento não resultar no vencimento antecipado das debêntures da 2ª série e/ou das debêntures da 3ª série; (d) caso as debêntures da 2ª série ou as debêntures da 3ª série, conforme o caso, passem a ser remuneradas por outras taxas que não juros prefixados, índices de preços e/ou outras taxas de juros de referência; (e) caso o formador de mercado deixe de exercer sua função durante os primeiros 12 meses após a data de emissão, na hipótese de a ocorrência do referido evento não resultar no vencimento antecipado das debêntures; (f) caso deixe de ser adotado mecanismo que garanta a divulgação periódica de relatório de análise preparado por analistas de investimento devidamente credenciados pela CVM durante os primeiros 12 meses após a data de emissão; (g) caso as debêntures da 2ª série e/ou as debêntures da 3ª série deixem de ser negociadas em mercado de bolsa de valores ou de balcão organizado, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência por terceiros, na hipótese do referido evento não resultar no vencimento antecipado das debêntures; e (h) a ocorrência do disposto no subitem (i) das hipóteses de vencimento antecipado, no caso de a ocorrência do referido evento de inadimplemento não resultar no vencimento antecipado das debêntures. Nenhum prêmio ou remuneração adicional será devido aos debenturistas por conta do Resgate Antecipado Obrigatório, que será calculado da mesma forma que o pagamento da remuneração, (x) Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Remuneração: parcelas anuais de R\$8.000,00 atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM; Ressarcimento de despesas: todas as despesas razoáveis e usuais incorridas para proteger os direitos e interesses dos debenturistas. Para informações adicionais sobre esta emissão, inclusive hipóteses de vencimento antecipado, vide seção 18.10 deste Formulário de Referência.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Assembleia de Debenturistas: vide seção 18.10 deste Formulário de Referência.

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.; Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram destinados para o resgate total das 100 notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia, emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal unitário acrescido de juros remuneratórios e para reforço do capital de giro da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As debêntures emitidas pela Companhia, nos termos do item 18.5 deste Formulário de Referência, são registradas para negociação no mercado secundário por meio do: (i) Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (antigo SND - Sistema Nacional de Debêntures , administrado pela CETIP S.A. -, Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

2ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 27 de dezembro de 2004, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes da 2ª emissão de debêntures. Esta dívida foi, portanto, integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista no referido Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

4ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 27 de dezembro de 2004, a CEMIG e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

5ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 5ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

6ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2007, a CEMIG celebrou com a Companhia um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da escritura da Escritura Particular da 6ª Emissão Privada de Debêntures da CEMIG, visando a transferência dos recursos obtidos da obrigação pelo pagamento da dívida para a Companhia, uma vez que tais recursos deveriam ser aplicados na AHE Irapé. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

Em relação às emissões elencadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, apresentamos as seguintes informações adicionais:

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas*Debêntures Simples da 2ª Emissão da Companhia, não conversíveis em ações***Características dos Valores Mobiliários:**

(i) **Hipóteses de Vencimento Antecipado:** (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da CEMIG, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou pela CEMIG; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e/ou da CEMIG, nos termos da legislação aplicável; (b) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da CEMIG decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia e/ou a CEMIG seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia e/ou da CEMIG, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da CEMIG, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da CEMIG; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia; (f) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia; (g) se a Companhia e/ou a CEMIG, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG, salvo se por determinação legal. (ii) **Destinação Recursos:** os recursos recebidos foram integralmente utilizados para o resgate das 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia,

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

emitidas em 30 de outubro de 2009.

Debêntures Simples da 3ª Emissão, não conversíveis em ações**Características dos Valores Mobiliários:**

(i) **Hipóteses de Vencimento Antecipado:** (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da CEMIG, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou pela CEMIG, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e/ou da CEMIG, nos termos da legislação aplicável; (ii) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da CEMIG decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia e/ou a CEMIG sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas à época; (v) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vi) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia; (vii) se a Companhia e/ou a CEMIG, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (viii) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória; (b) vinculada à eventual transferência da participação acionária da Companhia na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (“TAESA”) para a CEMIG; (c) relacionada a operação de swap de ativos (otimização societária); ou (d) não provocar a alteração do rating da emissão para uma nota inferior a

Condições para alteração

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

“Aa3.br” fornecida pela Moody’s América Latina ou classificação equivalente emitida por outra agência de classificação de risco a ser contratada pela Companhia; e/ou (ix) transformação da Companhia em sociedade limitada. (ii) **Assembleia de Debenturistas:** exceto pelo disposto nos subitens a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures da respectiva série da Emissão: (i) os quorum expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura; (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das debêntures, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, conforme previsto na Escritura; e/ou; (c) à espécie das debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures da respectiva série da Emissão; (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII da Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação; e (iv) as alterações das disposições e/ou dos quora estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 da Escritura, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer outra subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série da Emissão.

Além das emissões de valores mobiliários, mencionadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes emissões cujas obrigações já haviam sido integralmente quitadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012: (i) 1ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 900.000.000,00; (ii) 2ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 200.000.000,00; (iii) 3ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 2.700.000.000,00; (iv) 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00 e (v) 1ª emissão pública de debêntures simples, no valor de R\$ 588.371.752,56.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas***Debêntures Simples da 4ª Emissão, não conversíveis em ações*****Valor Mobiliário****Características dos valores Mobiliários****Debêntures**

Hipóteses de Vencimento Antecipado: são considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, de todos os valores devidos as debenturistas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos seguintes eventos: (i) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável;

(ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da Garantidora, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora; (v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vi) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (viii) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique na redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou ainda se não provocar a alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a “AA-” fornecida pela Fitch Ratings ou classificação equivalente emitida pela Moody’s ou Standard & Poor’s; e/ou (ix) transformação da Emissora em sociedade limitada.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Estão subordinados à política de divulgação de ato ou fato relevante e uso de informações, assim como à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, os: Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivos da Companhia; empregados e executivos com acesso as informações relevantes; e, ainda quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na sociedade, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Pessoas Relacionadas”). As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, que versem sobre matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, a Informação Relevante deverá ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, para que o mesmo divulgue a eventual Informação Relevante ao mercado simultaneamente à realização da reunião.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da Companhia aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as bolsas de valores e a *Securities Exchange Commission* (“SEC”), se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas bolsas de valores, e, ainda, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre Ato ou Fato Relevante deverão ser comunicadas à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a *Securities Exchange Commission* (“SEC”) (caso aplicável) e à(s) bolsa(s) de valor(es) na(s) qual(is) o(s) valor(es) mobiliário(s) seja(m) admitido(s) à negociação.

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá(ão) estar indicado(s) nas publicações o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às bolsas de valores, e à SEC, caso aplicável. A divulgação e a comunicação de Ato ou Fato Relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

As Pessoas Relacionadas com acesso à informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de Ato ou Fato Relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de Ato ou Fato Relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação escape ao controle ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Ligadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subsequentes alterações e o descumprimento de tais planos.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A comunicação à CVM e à(s) bolsa(s) de valor(s) deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.